



Ministério das Finanças e da  
Administração Pública

Direcção-Geral do  
Tesouro e Finanças

Sector Empresarial do Estado

# Relatório 2007





Ministério das Finanças  
e da Administração Pública

---

**“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2007”**  
é uma publicação da

**Direcção-Geral do Tesouro e Finanças**  
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa  
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19  
Presença na *Internet*: [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt)  
*E-mail*: [tesouro@dgt.pt](mailto:tesouro@dgt.pt)

---



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

### **Nota Prévia**

O presente Relatório constitui um instrumento de transparência, de extrema importância, sobre a actividade das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) - que integra, juntamente com os sectores empresariais das Regiões Autónomas e dos Municípios e respectivas Associações, o Sector Público Empresarial (SPE).

Com efeito, constitui obrigação do Estado divulgar, de modo adequado, a evolução da situação económica e financeira das empresas sobre as quais exerce a sua função accionista, e o respectivo contributo para a economia nacional, dada a sua dimensão infraestruturante ou a sua configuração como serviços públicos de interesse geral.

Depois de vários exercícios relativamente aos quais não foi divulgada informação sobre o SEE, retoma-se assim a iniciativa levada a cabo em 2006, relativamente ao exercício de 2005 e positivamente apreciada pela Comissão Europeia ao reconhecer favoravelmente o contributo de tal divulgação para a qualidade do controlo financeiro das empresas públicas e indirectamente das finanças do Sector Público Administrativo, globalmente considerado<sup>1</sup>.

Como traços gerais da evolução, ocorrida no exercício de 2006, destaca-se a redução do número de participações do Estado, bem como a diminuição do peso do SEE, tanto no produto nacional como no emprego.

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se que em 2006, o SEE está mais robusto, mercê, em grande medida da profícua interacção entre os gestores e as tutelas, sectorial e financeira, permitindo alcançar um desempenho muito satisfatório para o conjunto destas empresas, que se consubstancia:



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

- (i) num crescimento superior a 550M€ dos resultados, que embora ainda sejam globalmente negativos, são já positivos (7,4M€) se ponderados pela participação do Estado;
- (ii) num crescimento de 19,4% do volume de negócios, equivalente a mais 1078M€;
- (iii) no aumento de 413M€ dos dividendos distribuídos, ascendendo a 533M€, e
- (iv) no crescimento de 19,6% do investimento (+ 785M€), o qual foi financiado em 49% com base em recursos próprios, e apenas 27% com recurso a endividamento.

Esta evolução viabilizou a redução do esforço financeiro do Estado em cerca de 20%, correspondente a 172M€, totalizando 704M€, sendo que as Indemnizações Compensatórias e Assunção de Passivos, no seu conjunto representam 78% desse esforço financeiro.

Convém, contudo realçar, que a repartição sectorial do esforço financeiro do Estado tende a observar uma distribuição que está longe de ser equitativa, o que pode ser ilustrado pelo facto de os sectores da Comunicação Social (que representa 6% do SEE) e dos Transportes (que representa 25% do SEE) beneficiarem respectivamente, de 32% e 30% desse esforço.

Esta situação constitui um desequilíbrio que urge corrigir. Sendo essa, obviamente, uma responsabilidade do Estado, foram já tomadas medidas nesse sentido, designadamente, através, por um lado, da diminuição das transferências para o sector da comunicação social (de 245M€ em 2005 para 224M€ em 2006), sem pôr em causa o trabalho de saneamento em curso no quadro do acordo de reestruturação assinado e, por outro, do aumento das transferências para o sector dos transportes (de 137M€ em 2005 para 210M€ em 2006).



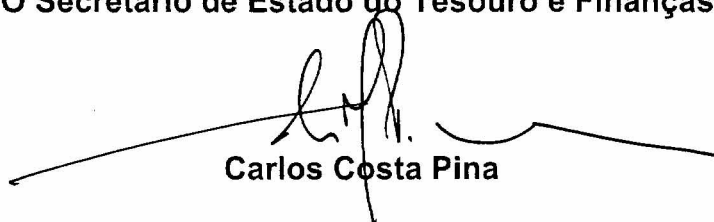
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

Concluindo, cabe ao Estado, através do Governo, assumir as suas responsabilidades, adoptando as medidas de política económica e financeira que em cada momento, se revelem mais adequadas, cabendo aos gestores colocar as empresas na rota da sustentabilidade, sendo necessária uma convergência de esforços conducente: a uma maior eficiência na utilização dos recursos; à obtenção de melhores resultados que assegurem a compatibilização das obrigações de serviço público com a adequada remuneração do accionista; e à definição de metas de investimento compatíveis com a sustentabilidade do endividamento e com a capacidade financeira do Estado nos apoios a disponibilizar, que mais não representa senão a capacidade financeira dos contribuintes, presentes e futuros.

Lisboa, 24 de Julho de 2007

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças,



Carlos Costa Pina

<sup>1</sup> Cfr. Economic assessment of the stability programme of Portugal (Update of December 2006), Note for the Economic and Financial Committee, European Commission, pág 37

*As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Apesar ter sido colocado o devido cuidado na compilação e análise dos dados, não pode excluir-se a possibilidade de ocorrência de eventuais erros ou imprecisões. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da actividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas*



S. R.  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b><i>Introdução</i></b>	<b>5</b>
<b>2.</b>	<b><i>Âmbito da análise</i></b>	<b>6</b>
<b>3.</b>	<b><i>Alterações ao enquadramento jurídico do Sector Empresarial do Estado</i></b>	<b>8</b>
<b>4.</b>	<b><i>Participações directas do Estado/DGTF</i></b>	<b>10</b>
<b>4.1.</b>	<b><i>Universo das participações</i></b>	<b>10</b>
4.1.1.	<i>Participações Relevantes</i>	10
4.1.2.	<i>Carteira Acessória</i>	13
4.1.3.	<i>Outras Participações</i>	13
<b>4.2.</b>	<b><i>Direitos especiais detidos pelo Estado</i></b>	<b>13</b>
<b>4.3.</b>	<b><i>Evolução das participações do Estado</i></b>	<b>14</b>
4.3.1.	<i>Liquidação e dissolução de empresas</i>	14
4.3.2.	<i>Alienação de participações</i>	15
4.3.3.	<i>Privatizações</i>	16
<b>5.</b>	<b><i>Situação económica e financeira global do SEE</i></b>	<b>19</b>
<b>5.1.</b>	<b><i>Resultados</i></b>	<b>19</b>
<b>5.2.</b>	<b><i>Situação Patrimonial</i></b>	<b>22</b>
<b>6.</b>	<b><i>Situação económica e financeira do SEE por sectores de actividade</i></b>	<b>26</b>
<b>6.1.</b>	<b><i>Empresas públicas não financeiras</i></b>	<b>26</b>
6.1.1.	<i>Comunicação social</i>	26
6.1.2.	<i>Gestão de infra-estruturas</i>	28
6.1.2.1.	<i>Infra-estruturas aéreas</i>	28
6.1.2.2.	<i>Infra-estruturas ferroviárias</i>	31
6.1.2.3.	<i>Infra-estruturas portuárias</i>	34
6.1.2.4.	<i>Infra-estruturas rodoviárias</i>	36
6.1.2.5.	<i>Outras infra-estruturas</i>	39
6.1.3.	<i>Indústria</i>	41
6.1.4.	<i>Requalificação urbana</i>	43
6.1.4.1.	<i>Programa Polis</i>	43
6.1.4.2.	<i>Outros</i>	46
6.1.5.	<i>Saúde</i>	48
6.1.6.	<i>Serviços de utilidade pública</i>	52
6.1.7.	<i>Transportes</i>	55
6.1.8.	<i>Parpública</i>	62
6.1.8.1.	<i>A actividade da Parpública</i>	62
6.1.8.2.	<i>Situação económica e financeira</i>	65
6.1.8.3.	<i>Situação Patrimonial</i>	66
6.1.9.	<i>Outros sectores</i>	68
6.1.10.	<i>Empresas Sedeadas no estrangeiro</i>	71
<b>6.2.</b>	<b><i>Empresas públicas financeiras</i></b>	<b>73</b>
<b>6.3.</b>	<b><i>Capital de risco</i></b>	<b>80</b>



S. R.  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

<b>7.</b>	<b><i>Financiamento do SEE</i></b>	<b>84</b>
<b>7.1.</b>	<b><i>Financiamento Global das EPNF</i></b>	<b>84</b>
<b>7.2.</b>	<b><i>Financiamento do Investimento</i></b>	<b>88</b>
<b>7.3.</b>	<b><i>Esforço financeiro do Estado</i></b>	<b>93</b>
7.3.1.	<i>Indemnizações compensatórias / subsídios</i>	95
7.3.2.	<i>Dotações de capital</i>	97
7.3.3.	<i>Assunção de passivos e de outras responsabilidades financeiras</i>	98
7.3.4.	<i>Empréstimos</i>	99
7.3.5.	<i>Concessão de garantias</i>	100
7.3.6.	<i>Dividendos / remuneração do capital estatutário</i>	103
<b>8.</b>	<b><i>Peso do SEE na economia</i></b>	<b>105</b>
<b>8.1.</b>	<b><i>Peso no Produto Interno Bruto</i></b>	<b>105</b>
<b>8.2.</b>	<b><i>Emprego</i></b>	<b>106</b>
<b>9.</b>	<b><i>Anexos</i></b>	<b>108</b>
<b>9.1.</b>	<b><i>Participações relevantes em 2005 e 2006</i></b>	<b>108</b>
<b>9.2.</b>	<b><i>Carteira acessória</i></b>	<b>111</b>
<b>9.3.</b>	<b><i>Outras Participações</i></b>	<b>112</b>
<b>9.4.</b>	<b><i>Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2006</i></b>	<b>114</b>
<b>9.5.</b>	<b><i>Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2005</i></b>	<b>115</b>
<b>9.6.</b>	<b><i>Balanço das EPNF por sectores – 2006</i></b>	<b>116</b>
<b>9.7.</b>	<b><i>Balanço das EPNF por sectores – 2005</i></b>	<b>117</b>
<b>9.8.</b>	<b><i>Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2005-2006</i></b>	<b>118</b>
<b>9.9.</b>	<b><i>Balanço das EPF – Grupo CGD - 2005-2006</i></b>	<b>119</b>
<b>9.10.</b>	<b><i>Demonstração de resultados das empresas de capital de risco - 2005-2006</i></b>	<b>120</b>
<b>9.11.</b>	<b><i>Balanço das empresas de capital de risco - 2005-2006</i></b>	<b>121</b>
<b>9.12.</b>	<b><i>Conclusões do Relatório de avaliação global do cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Estado.</i></b>	<b>122</b>





S. R.  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

### Conceitos e Abreviaturas Utilizadas

Abreviatura – Conceito	Significado
<b>A</b>	
ACT	Acordo Colectivo de Trabalho
ARF	Acordo de Reestruturação Financeira
ARS	Administração Regional de Saúde
Autonomia Financeira	Capital próprio/Activo Líquido
<b>B</b>	
<b>C</b>	
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CR	Capital de Risco
C.R.L.	Cooperativa de Responsabilidade Limitada
<b>D</b>	
DL	Decreto-Lei
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
<b>E</b>	
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
Estrutura Patrimonial	Capitais permanentes/Activo fixo
<b>F</b>	
FCR	Fundos de Capital de Risco
FIQ	Fundo de Investimento para Investidores Qualificados
FRDP	Fundo de Regularização da Dívida Pública
<b>G</b>	
GCPP	Gabinete Coordenador do Programa Polis
<b>H</b>	
<b>I</b>	
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
IAS	Normas Internacionais de Contabilidade
IFRS	Normas Internacionais de Relato Financeiro / Normas
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
<b>J, K</b>	
<b>L</b>	
L. <sup>da</sup>	Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada
Liquidez Reduzida	Caixa e Depósitos em bancos centrais/Passivo financeiro

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Abreviatura – Conceito	Significado
<b>M</b>	
Meios Libertos Líquidos	Resultado Líquido + Amortizações + Variação das Provisões
Meios Libertos Operacionais	Resultado Operacional + Amortizações + Variação das Provisões
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
<b>N</b>	
<b>O</b>	
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
<b>P</b>	
PE	Plano Estratégico
PIB <sub>pm</sub>	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PK	Passageiros x Km
PME	Pequenas e Médias Empresas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POCMS	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
<b>Q, R</b>	
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
<b>S</b>	
S.A.	Sociedade Anónima
S.A.R.L.	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SCR	Sociedade de Capital de Risco
S.C.R.L.	Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada
SEE	Sector Empresarial do Estado
S.G.P.S.	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo
Solvabilidade bruta	Fundos próprios/Activo líquido
<b>T, U</b>	
<b>V</b>	
VAB <sub>cf</sub>	Valor Acrescentado Bruto valorizado ao custo dos factores
VAB <sub>pm</sub>	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado
<b>W, X, Y, Z</b>	



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

## **1. Introdução**

Pese embora o processo de reprivatização de empresas iniciado em 1989, com o objectivo de promover a reestruturação do Sector Empresarial do Estado (SEE) e a redução do peso do Estado na economia, o SEE continua a manter uma dimensão bastante expressiva e a assumir uma grande importância ao nível da satisfação das necessidades colectivas e da promoção e desenvolvimento económico e social do país.

A extensão e complexidade do SEE são bem elucidativas da sua importância enquanto instrumento de política económica e social. Efectivamente, as empresas que integram o SEE desenvolvem actividades que se inserem em sectores diversos, desde o financeiro, da comunicação social, da gestão de infra-estruturas, designadamente, aéreas, ferroviárias, portuárias e rodoviárias, da indústria, da requalificação urbana, da saúde e de outros serviços de utilidade pública.

As empresas do SEE regem-se, em linhas gerais, pelo Direito Societário (Código das Sociedades Comerciais), se bem que a natureza da sua actividade e a necessidade de assegurar o cumprimento das directivas da tutela, fundamentam a necessidade de respeitarem um quadro jurídico próprio.

Diferentemente do Sector Público Administrativo, o SEE enquadra-se numa lógica de mercado, visando a aplicação das regras de direito privado e dos mecanismos de gestão privada, tendentes à garantia de uma maior flexibilidade e eficiência no domínio da gestão e de uma maior eficácia e qualidade dos resultados.

Pretende-se assim apresentar dados informativos concretos sobre as empresas integradas no SEE, no que respeita ao exercício de 2006, visando uma melhor avaliação do seu desempenho e a identificação, quer das potencialidades, quer dos principais desafios com que se defrontam.

## 2. Âmbito da análise

O presente Relatório reporta-se às empresas que integram o SEE nos termos do regime jurídico que o enquadra (Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro), restringindo-se, porém, a análise da situação económica e financeira, desenvolvida nos **pontos 5 e 6**, às empresas em que a participação do Estado é considerada relevante, excluindo-se, portanto, as empresas em que, apesar de o Estado deter uma participação superior a 10%, apresentam uma reduzida expressão económica, ou um interesse diminuto para a prossecução do interesse público (ver **ponto 4.1.**).

Foram objecto de análise 83 empresas públicas<sup>1</sup>, das quais 81 detêm a natureza de empresas não financeiras e 2 a natureza de empresas financeiras.

O universo destas empresas agrupado por sectores de actividade é apresentado no **Quadro 2.1.** A PARPÚBLICA – Participações Públicas, (S.G.P.S.), S.A., é abordada de forma autónoma, por se tratar de uma sociedade instrumental para a gestão das participações do Estado.

A análise da situação económica e financeira das empresas teve como suporte os documentos de prestação de contas respectivos, assim como outros dados e informações complementares obtidos pela DGTF no exercício das suas competências, designadamente ao nível da função accionista do Estado. Sempre que disponíveis, foram utilizadas as contas aprovadas e, no caso de grupos empresariais, privilegiadas as respectivas contas consolidadas. No caso de algumas entidades públicas empresariais, relativamente às quais ainda não se dispunha dos documentos de prestação de contas aprovados, considerou-se a informação mais actual fornecida pela empresa.

Esta análise é apresentada, quer em termos globais para o conjunto das empresas, quer ponderada pela participação directa do Estado, por se entender que esta última reflecte de forma mais apropriada a posição do Estado no SEE.

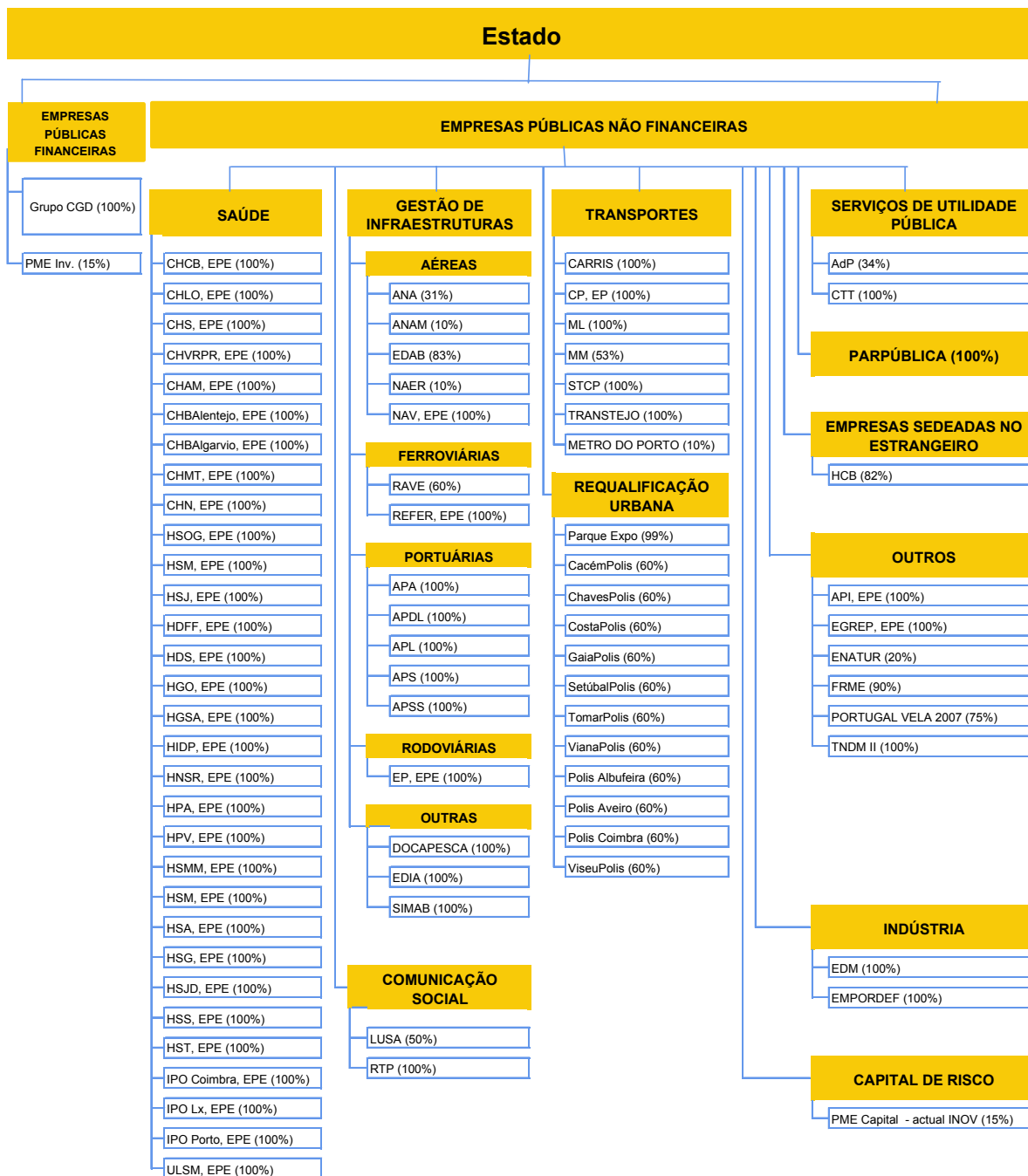
---

<sup>1</sup> A referência feita ao longo do presente relatório às empresas públicas abrange as empresas públicas e as empresas participadas, na acepção do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 2.1.

Participações Directas do Estado objecto de análise no Relatório



### 3. Alterações ao enquadramento jurídico do Sector Empresarial do Estado

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) publicou em 1999 e actualizou em 2004, um conjunto de princípios e recomendações sobre o governo das empresas. Posteriormente, em 2005 publicou um texto dirigido à actuação do Estado como accionista e às empresas detidas ou participadas pelo Estado, denominado “*OECD guidelines on corporate governance of state-owned enterprises*”, no qual alarga os seus princípios de bom governo às empresas públicas e aos comportamentos do Estado no seu relacionamento com essas empresas.

Por outro lado, a reforma operada nos EUA, designadamente através da lei federal chamada “*Sarbanes-Oxley Act of 2002*”, que surgiu como resposta a um conjunto de escândalos empresariais, estabeleceu um conjunto de novos e restritivos princípios para as empresas cotadas nesse país, desde responsabilidade empresarial até penalidades criminais, tratando de assuntos como a auditoria independente, o governo das sociedades e o controlo interno.

Paralela e consequentemente, na Europa foram revistos alguns textos comunitários fundamentais, tais como a 4.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Directivas de Direito das Sociedades, a que acrescem a Recomendação da Comissão Europeia n.º 2005/162/CE, de 15 de Fevereiro, sobre o papel dos administradores não executivos, e a Recomendação da Comissão Europeia n.º 2004/913/CE, de 14 de Dezembro, sobre a remuneração dos administradores.

Ademais, outros instrumentos comunitários recentes apresentam implicações em matéria de governo de sociedades, tais como a Directiva n.º 2004/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, sobre as ofertas públicas de aquisição.

Em Portugal, a Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM) publicou em 1999 e actualizou sucessivamente em 2001, 2003 e 2005 recomendações dirigidas às empresas cotadas. Recentemente, o Instituto Português de Corporate Governance pronunciou-se também sobre as práticas de governo das empresas portuguesas e emitiu o seu código de bom governo.

Neste ambiente reformador do governo das sociedades, também o enquadramento jurídico do SEE em Portugal tem vindo a sofrer importantes alterações, muitas delas inspiradas naqueles documentos e em experiências já existentes, através de um pacote legislativo do qual se destacam os seguintes diplomas e actos legislativos:



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2005, de 1 de Agosto e Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, de 6 de Outubro, ambas sobre as contrapartidas retributivas dos membros dos órgãos de direcção das empresas públicas;
- Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, que procedeu, designadamente, à alteração do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente em matéria de modelos de governo das sociedades e de regras relativas à administração e fiscalização das sociedades anónimas;
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o novo Estatuto do Gestor Público;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresa do SEE, dirigidos i) ao Estado, enquanto titular de participações no capital de empresas e enquanto parte relacionada, e ii) às empresas detidas pelo Estado;
- Aprovação em Conselho de Ministros, de 1 de Junho de 2007, do Decreto-Lei que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 17/2007, de 26 de Abril, altera o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, sobre o regime jurídico do SEE e das empresas públicas.

Todas estas alterações ao enquadramento jurídico do SEE, visam promover uma maior transparência das regras de gestão das empresas e uma clara segregação de funções de gestão e de fiscalização, através da determinação de orientações de gestão, da adaptação das estruturas empresariais às exigências de rigor e transparência e do reforço dos mecanismos de tomada de decisões, de divulgação de informação e de controlo financeiro das empresas públicas.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

## 4. Participações directas do Estado/DGTF

### 4.1. Universo das participações

Em 31 de Dezembro de 2006, o Estado detinha directamente, através da DGTF, um universo de 148 participações sociais.

Este universo desagrega-se em quatro grupos: Participações Relevantes, Carteira Acessória, Empresas em Liquidação e Participações em Fundos de Investimento, agregando-se estes dois últimos grupos num único, denominado “Outras Participações”.

#### 4.1.1. Participações Relevantes

As **Participações Relevantes** respeitam a empresas do SEE cuja actividade revela interesse estratégico para o Estado ou para a prossecução do interesse público, nos termos apresentados no [ponto 2](#) do presente Relatório.

Integram este grupo 83 empresas, das quais 45 são Sociedades Anónimas e 38 são Entidades Públicas Empresariais. O valor nominal global destas participações ascendia, em 31 de Dezembro de 2006, a 11 823,3 M€.

O [Quadro 4.1.1.1.](#) apresenta a agregação destas participações por sectores de actividade, sendo o seu universo apresentado no [Anexo 9.1.](#)

Como se referiu anteriormente, só as empresas integradas neste grupo de participações serão objecto de análise económica e financeira no presente Relatório.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 4.1.1.1.**  
**Participações Relevantes**

Euros

	2006	2005
	Valor nominal da participação	Valor nominal da participação
<b>Empresas Não Financeiras Nacionais</b>	<b>8.746.595.758</b>	<b>8.929.582.393</b>
Comunicação Social	713.618.965	645.038.965
Gestão de Infra-estruturas	1.188.899.465	1.264.498.500
Aéreas	99.654.415	87.448.110
Ferroviárias	306.700.000	306.700.000
Portuárias	232.000.000	232.000.000
Rodoviárias	200.000.000	200.000.000
Outras	350.545.050	438.350.390
Indústria	171.875.000	171.875.000
Requalificação Urbana	135.000.000	135.000.000
Saúde*	1.239.900.000	1.239.900.000
Serviços de Utilidade Pública	236.612.350	383.477.965
Transportes	2.896.318.020	2.896.318.020
Parapública	2.000.000.000	2.000.000.000
Outros Sectores	164.371.959	193.473.943
<b>Empresas Financeiras Nacionais</b>	<b>2.954.133.750</b>	<b>2.954.133.750</b>
<b>Capital de Risco</b>	<b>4.133.750</b>	<b>4.133.750</b>
<b>Total Nacional</b>	<b>11.704.863.258</b>	<b>11.887.849.893</b>
<b>Empresas Sedeadas no Estrangeiro</b>	<b>118.450.914</b>	<b>145.694.573</b>
<b>Total Global</b>	<b>11.823.314.172</b>	<b>12.033.544.466</b>

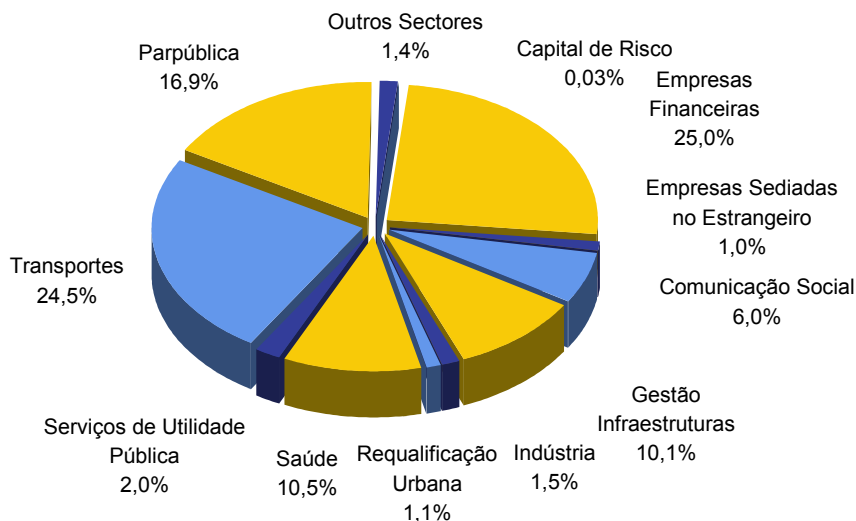
\* Integradas, em 2005, as cinco unidades de saúde criadas no final desse ano

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

A estrutura das Participações Relevantes por sectores de actividade, apurada em função do valor nominal da participação, é apresentada no **Gráfico 4.1.1.1.**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 4.1.1.1**  
**Estrutura de participações por sectores de actividade**



Valor nominal das participações. 11 823,3 M€

O universo destas participações mostra-se bastante diversificado, quer em termos de sectores de actividade, quer em termos de dimensão das empresas detidas. Os sectores Financeiro e dos Transportes são os que assumem maior expressão, representando, respectivamente, 25,0% e 24,5% dos capitais investidos.

No sector Industrial, que apresenta um peso relativo de apenas 1,5%<sup>2</sup>, refere-se a presença directa do Estado nas áreas reservadas da Defesa e da Exploração de Recursos do Subsolo.

No sector Financeiro<sup>3</sup>, assume especial destaque a participação do Estado na CGD.

No sector da Saúde, deve referir-se que no final de 2005 foram criadas 5 unidades de saúde (ver [ponto 6.1.5.](#)) que passaram, nessa altura, a integrar o universo das participações directas do Estado. Porém, em termos de análise económica e financeira do sector, estas unidades apenas se reflectiram em 2006.

<sup>2</sup> O sector Industrial foi dos primeiros a ser abertos à iniciativa privada.

<sup>3</sup> Foi também dos primeiros a ser objecto de privatização.



S. R.  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

#### 4.1.2. Carteira Acessória

A **Carteira Acessória** integra as participações directas do Estado de reduzida utilidade para a prossecução do interesse público, e em geral de fraca expressão económica.

Esta carteira, que se apresenta no **Anexo 9.2.**, integra 39 empresas, em 19 das quais a participação do Estado assume um peso superior a 10%. Trata-se, na sua grande maioria, de sociedades anónimas (33), que vieram à posse do Estado por efeito, quer da liquidação da participada directa ou extinção do organismo público que a detinha, quer da dação em pagamento de dívidas fiscais ou conversão de créditos em capital, quer da prescrição a favor do Estado por abandono ou ausência de herdeiros. Integram, ainda, esta carteira 4 empresas de responsabilidade limitada, 1 cooperativa e 1 fundo.

O valor nominal global destas participações, que não foram incluídas na análise da situação económica e financeira do SEE desenvolvida nos pontos seguintes, ascendia, em 31 de Dezembro de 2006, a 22,8 M€.

#### 4.1.3. Outras Participações

O grupo das **Outras Participações** integra as 18 empresas que se encontram em **Processo de Liquidação** (16 sociedades anónimas, 1 sociedade de responsabilidade limitada e 1 cooperativa) e os 7 **Fundos de Investimento** geridos por empresas do SEE, 6 dos quais são abordados no **ponto 6.3** (Capital de Risco), a propósito da análise da situação económica e financeira das respectivas sociedades gestoras.

As **Outras Participações** são identificadas no **Anexo 9.3.**, não tendo sido incluídas também na análise económica e financeira do SEE efectuada no presente Relatório.

#### 4.2. Direitos especiais detidos pelo Estado

Em 2006 mantiveram-se os direitos especiais detidos pelo Estado na PT – Portugal Telecom, (S.G.P.S.), S.A., MP – Metro do Porto, S.A., NAER – Novo Aeroporto, S.A., RAVE – Rede de Alta Velocidade, S.A., AdP – Águas de Portugal (S.G.P.S.), S.A. e as suas participadas, EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro (S.G.P.S.), S.A., e EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (S.G.P.S.), S.A., que foram objecto de descrição e fundamentação no Relatório SEE – 2006. Fora do âmbito das participações directas do Estado, refira-se que existem também acções da GALP e da EDP que conferem direitos especiais nos termos dos respectivos estatutos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

### 4.3. Evolução das participações do Estado

Em 2006 as participações do Estado não sofreram alterações por efeito da criação ou aquisição de novas empresas, apesar de algumas unidades hospitalares criadas no final de 2005 apenas terem tido reflexo na situação económica e financeira das EPNF em 2006. As alterações ocorridas neste domínio advieram da evolução no processo de liquidação de empresas, da alienação de participações e da ocorrência de novas operações de reprivatização.

O **Quadro 4.3.1.** sintetiza a evolução do universo das participações registado entre 31-12-2005 e 31-12-2006.

**Quadro 4.3.1.**  
**Participações do Estado - síntese evolutiva**

Participações	2006	2005	Observações
Participações Relevantes	83	91	Alienação da participação no capital de três empresas (GALP, REN e Sociedade Imobiliária Autódromo Fernanda Pires da Silva); Cinco empresas entraram em processo de liquidação (LeiriaPolis, PolisCastelo Branco, PolisCovilhã, PortalegrePolis e SilvesPolis)
Carteira Acessória	39	39	
Outras Participações	26	23	Cinco empresas entraram em processo de liquidação (LeiriaPolis, PolisCastelo Branco, PolisCovilhã, PortalegrePolis e SilvesPolis); Duas empresas finalizaram esse processo (EPJS – Empresa Pública do Jornal “O Século” e IPE Saúde)
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>153</b>	
<b>Total s/ emp. em liquidação</b>	<b>122</b>	<b>138</b>	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

#### 4.3.1. Liquidação e dissolução de empresas

No **Quadro 4.3.1.1.** pode observar-se que em 2006 ocorreu a finalização do processo de liquidação da EPJS - Empresa Pública do Jornal “O Século”, E.P. e da IPE Saúde, tendo-se iniciado o processo de liquidação de 5 empresas do sector da requalificação urbana: LeiriaPolis, S.A, PolisCastelo Branco, SA, PolisCovilhã, SA, PortalegrePolis, SA e SilvesPolis, SA.

Em 31-12-2006 iniciou-se o processo de liquidação das empresas AveiroPolis, SA, CoimbraPolis, SA, PolisAlbufeira, SA e ViseuPolis, SA, razão pela qual se mantiveram, neste

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

ano, no sub-universo de empresas relevantes e consideradas na análise efectuada no Relatório.

**Quadro 4.3.1.1.**

**Empresas em Processo de Liquidação\*\***

	Início do Processo	Evolução em 2006
BejaPolis, S.A.	2004	Em curso
BragançaPolis, S.A.	2004	Em curso
Casa da Música/Porto 2001, S.A.	2004	Em curso
COOPENAVE – Cooperativa Abastecedora de Navios, C.R.L.		Em curso*
Diatrada, S.A.	2005	Em curso
EPJS – Empresa Pública do Jornal “O Século”, E.P.	1979	Finalizado
GESTNAVE, S.A.	2004	Em curso
GuardaPolis, S.A.	2005	Em curso
IPE Saúde, (S.G.P.S.), S.A.	2003	Finalizado
LeiriaPolis, S.A..	2006	Iniciado
MESSA – Indústria de Precisão, S.A		Em curso*
PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, (SGPS), S.A.	2004	Em curso
PolisCastelo Branco, S.A.	2006	Iniciado
PolisCovilhã, S.A.	2006	Iniciado
Polis Matosinhos, S.A.	2004	Em curso
PortalegrePolis, S.A.	2006	Iniciado
PolisVila do Conde, S.A.	2005	Em curso
PolisVila Real, S.A.	2005	Em curso
SilvesPolis, S.A.	2006	Iniciado
SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A.	2000	Em curso

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

\* Liquidações não acompanhadas pela DGTF

\*\* Não estão incluídas 4 empresas Polis que entraram em processo de liquidação em 31-12-2006: AveiroPolis, CoimbraPolis, Polis Albufeira e ViseuPolis

**4.3.2. Alienação de participações**

No âmbito da política de gestão da carteira de participações directas do Estado/DGTF, decorreu em 2006 o processo de alienação à PARPÚBLICA de algumas dessas participações. Estão neste caso as seguintes operações:

- Alienação de 20% do capital social da REN, deixando o Estado/DGTF de ter participação directa no capital da empresa;
- Alienação de 47,63% do capital social da Sociedade Autódromo Fernanda Pires da Silva (5 832 061 acções), deixando o Estado/DGTF de ter participação directa no capital da empresa;

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

- Alienação de 17,71% do capital social da Galp Energia (146 865 615 acções), deixando o Estado/DGTF de ter participação directa no capital da empresa;
- Alienação de 36,67% do capital social da ANA, que determinou a redução da participação do Estado/DGTF no capital da empresa de 68,11% para 31,44%.

### **4.3.3. Privatizações**

O acompanhamento e execução do processo de reprivatização das empresas do Estado continuou a ser assegurado pela PARPÚBLICA, conforme prevista no Decreto-Lei 290/99, de 30 de Julho.

Em 2006 verificou-se:

- A segunda e última fase da operação de reprivatização da Portucel Tejo, prevista no Decreto-Lei n.º 9/2005, de 28 de Julho;
- A finalização do processo de reprivatização da Portucel (25,75% do capital), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 143/2006, de 6 de Janeiro;
- A reprivatização de 23% do capital da Galp Energia, prevista no Decreto-Lei n.º 166/2006, de 14 de Agosto e na Resolução de Conselho de Ministros n.º 111/2006 de 12 de Setembro<sup>4</sup>.

As três operações permitiram um encaixe líquido global de 1 468,9 M€, apresentando o **Quadro 4.3.3.1.** a desagregação da receita líquida gerada por cada operação de reprivatização.

Pese embora a 1.ª fase do processo de reprivatização da Portucel Tejo ter decorrido no final de 2005, o encaixe proveniente (36,5 M€) apenas foi entregue pela PARPÚBLICA em 2006. Por esta razão, a receita líquida de reprivatizações passível de utilização em 2006 foi de 1 505,4 M€.

---

<sup>4</sup> Enquadraram a 4.ª fase do processo de reprivatização da GALP.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 4.3.3.1.**

**Operações de Reprivatização\* - Receitas**

Milhares de euros

Operações realizadas em 2006	Receita Líquida Gerada	Destino da receita líquida FRDP, via DGT (**)
Portucel Teio 2ª fase	1.903,70	1.903,70
Portucel, SA	408.816,98	409.004,31
GALP	1.058.876,48	1.058.025,24
<b>Total</b>	<b>1.469.597,16</b>	<b>1.468.933,25</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e Parpública

\* Operações das quais resulta a transferência de propriedade da participação para o sector privado

\*\* Diferença entre a Receita Líquida Gerada resulta de acertos de importâncias por efeito de correcção de impostos

Incumbe ao Fundo de Regularização de Dívida Pública (FRDP) concretizar a afectação das receitas de privatizações às finalidades previstas, quer na Lei Quadro das Privatizações<sup>5</sup>, quer na RCM n.º 55/93, de 22 de Julho<sup>6</sup>, quer no Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009<sup>7</sup>.

Conforme evidencia o **Quadro 4.3.3.2.**, as disponibilidades do FRDP, em 2006, ascendiam a 1 600,5 M€, com origem em receitas líquidas de privatizações (1 505,4 M€<sup>8</sup>), noutras receitas (7,8 M€) e no saldo do exercício anterior (83,3 M€). Deste montante, foi utilizada a parcela de 1 224,9 M€, mantendo-se em saldo a parcela residual (375,7 M€). Do montante aplicado, 98,4% destinou-se a redução de dívida pública e 1,6% a aplicações no sector produtivo, dando-se, assim, cumprimento às determinações legais sobre esta matéria.

<sup>5</sup> Lei n.º 11/90, de 5 de Abril) regula a aplicação dos montantes captados pelo Estado na sequência de processos de privatização ou reprivatização de participações sociais, prevendo que as receitas assim obtidas são passíveis de afectação à amortização de dívida pública, à amortização da dívida do SEE, ao serviço da dívida resultante das nacionalizações e a novas aplicações de capital no sector produtivo.

<sup>6</sup> A RCM n.º 55/93, de 22 de Julho, determinou que a aplicação deste tipo de receita na amortização da dívida do SEE ou em aumentos de capital no sector produtivo não poderá exceder 60% do valor global da receita realizado anualmente. Em articulação com o preceituado nesta RCM.

<sup>7</sup> O Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 determina que, a partir de 2006, se passe a aplicar mais de 80% das receitas de privatizações na amortização de dívida pública.

<sup>8</sup> Recordar-se que esta receita líquida corresponde ao encaixe global das três operações de reprivatização ocorridas em 2006 (1 468,9 M€), acrescido do encaixe de 36,5 M€ de uma operação de reprivatização verificada no final de 2005, cuja verba foi disponibilizado pela PARPÚBLICA já em 2006.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 4.3.3.2.**

**Aplicação das Receitas de Privatizações**

Milhares de euros

	2004	2005	2006
<b>Montante disponível</b>	<b>1.216.276</b>	<b>778.163</b>	<b>1.600.512</b>
Saldo de exercícios anteriores	10.983	368.230	87.301
Receitas de privatizações	1.080.565	403.200	1.505.410
Outras receitas (líquidas)	124.728	6.733	7.801
<b>Montante aplicado</b>	<b>848.040</b>	<b>690.862</b>	<b>1.224.852</b>
Aplicações no sector produtivo	131.904	30.880	19.801
Redução de dívida pública	716.136	659.982	1.205.051
<b>Saldo para o ano seguinte</b>	<b>368.230</b>	<b>87.301</b>	<b>375.659</b>
Aplicações no sector produtivo	229.923	87.278	375.216
Redução de dívida pública	138.307	23	443

Fonte: Fundo de Regularização da Dívida Pública



## 5. Situação económica e financeira global do SEE

Definido o âmbito de análise e caracterizada a carteira de participações directas do Estado, iniciar-se-á, no presente capítulo, a análise da situação económica e financeira global das empresas que integram as chamadas participações relevantes do Estado (ver [ponto 4.1.1.](#)).

Dadas as limitações impostas pelos referenciais contabilísticos distintos utilizados pelas empresas públicas não financeiras (EPNF) e pelas empresas públicas financeiras, apenas se procedeu à agregação das contas referentes às primeiras, que servirá de base à apreciação global aqui exposta, remetendo-se a apreciação das empresas públicas financeiras para o [ponto 6.2.](#) do capítulo seguinte, dado que está em causa, essencialmente, a situação económica e financeira da Caixa Geral de Depósitos.

Em paralelo com os indicadores globais das EPNF, obtidos a partir da agregação das diversas rubricas das respectivas demonstrações financeiras, apresentam-se também os valores ponderados pelas percentagens da participação directa do Estado, através da DGTF, em cada uma das empresas.

Como factos mais relevantes para a análise da situação económica e financeira das EPNF em 2006, destaque-se a saída das participações directas do Estado na REN, na GALP e parte da ANA, alienadas à PARPÚBLICA no final de 2006 (ver [ponto 4.3.2.](#) deste relatório).

Embora com impacto mais reduzido na situação global, verificou-se também que algumas empresas públicas, não foram consideradas nas contas agregadas das EPNF em que nos baseamos para esta análise, quer por terem entrado em processos de liquidação, como é o caso de empresas gestoras de intervenções no âmbito do Programa Polis (ver [ponto 4.3.1.](#) deste relatório), quer por terem passado a integrar a carteira não estratégica ou acessória do Estado.

### 5.1. Resultados

O resultado líquido global agregado, após interesses minoritários, apurado em 2006, para o conjunto das EPNF, cifrou-se em -114,7 M€ ([Quadro 5.1.1.](#)), o que representou uma melhoria de 81% face a 2005.

Para este comportamento contribuiu decisivamente a melhoria de resultados obtidos em 2006 pela PARPÚBLICA, que registou uma variação positiva do resultado consolidado em 627,1 M€, compensando largamente o agravamento de cerca de 136 M€ observado no conjunto das restantes EPNF.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 5.1.1.

Empresas públicas não financeiras  
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>			
	2006	2005	Variação		2006	2005	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Res. operac. antes de subsídios	(881.209)	(1.077.472)	196.263	18,22%	(856.562)	(1.192.659)	336.097	28,18%
Res. operacional após subsídios	(249.785)	(437.675)	187.890	42,93%	(229.438)	(442.673)	213.235	48,17%
Resultado financeiro	(112.810)	(236.185)	123.375	52,24%	(4.940)	(168.137)	163.197	97,06%
Resultado corrente	(362.596)	(673.860)	311.264	46,19%	(234.378)	(610.809)	376.432	61,63%
<b>Resultado líquido</b>								
<b>Antes de inter. minoritários</b>	<b>(107.686)</b>	<b>(603.470)</b>	<b>495.784</b>	<b>82,16%</b>	<b>8.767</b>	<b>(547.499)</b>	<b>556.266</b>	<b>101,60%</b>
<b>Após inter. minoritários</b>	<b>(114.727)</b>	<b>(605.467)</b>	<b>490.740</b>	<b>81,05%</b>	<b>7.435</b>	<b>(545.726)</b>	<b>553.161</b>	<b>101,36%</b>
Meios libertos operacionais	708.873	427.233	281.640	65,92%	464.045	227.169	236.876	104,27%
Meios libertos líquidos	843.931	259.441	584.490	225,29%	700.918	124.116	576.802	464,73%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

O resultado operacional global em 2006 ascendeu a -881,2M€, correspondente a uma melhoria de cerca de 18% relativamente a 2005, essencialmente graças ao desempenho da PARPÚBLICA que obteve, só por si, um rendimento da sua actividade corrente correspondente a 218,1 M€. Este resultado permitiu atenuar substancialmente as variações negativas observadas no sector da saúde, cujas empresas obtiveram, no conjunto, um prejuízo operacional de 418,2 M€, ou de 229,8 M€ após subsídios, mais 61,1 M€ do que no exercício anterior, e no sector dos transportes, que registou um prejuízo operacional global de 468,5 M€, ou de 348,4 M€ após subsídios, mais 7,9 M€ relativamente a 2005.

O défice operacional da actividade das EPNF após subsídios reduziu-se a 249,8 M€, sendo de referir que, além dos apoios financeiros concedidos pelo Estado a título de indemnizações compensatórias, que beneficiaram particularmente as empresas dos sectores de transportes e da comunicação social, estão em causa também os apoios à exploração concedidos pelo Estado, através de entidades do Ministério da Saúde, às unidades hospitalares, cujo montante global evidenciado nas respectivas contas ascendeu a 188,4 M€, bem como de verbas inscritas no OE pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, à Estradas de Portugal, destinadas a financiar a respectiva estrutura operativa e a despesas de conservação e manutenção de estradas, no montante total de 133,7 M€, valores de 2006.

Dado o peso significativo das amortizações e provisões na estrutura de custos de algumas das empresas públicas (com especial relevo para a AdP, as empresas de transportes públicos de passageiros, a PARPÚBLICA e os hospitais empresa), os meios libertos, quer operacionais, quer líquidos, acabam por ter uma expressão positiva, reflectindo, globalmente, uma apreciável



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

capacidade de geração de meios próprios, contudo, localizada num pequeno número de empresas, designadamente a PARPÚBLICA, a ANA, a AdP e CTT.

Se observarmos os mesmos resultados ponderados pela participação do Estado em cada empresa, verifica-se, por um lado, que a evolução positiva do desempenho económico é agora mais acentuada, atingindo-se até um resultado líquido global positivo, o que se deve, essencialmente, ao menor impacto dos prejuízos registados por algumas empresas públicas deficitárias nas quais o Estado não detém a totalidade do capital, designadamente a Metro do Porto, que em 2006 registou um prejuízo de 122,2 M€ e onde a participação directa do Estado é apenas de 10%. Embora em menor dimensão, o mesmo efeito decorre dos prejuízos registados pela AdP e pela ANAM. Pelo contrário, já não se verificam situações de empresas lucrativas de elevado montante em que o respectivo impacto positivo nas contas globais seja diminuído de forma assinalável em proporção da participação do Estado, como eram, no passado, os casos da GALP e da REN. Actualmente, a situação mais significativa é a da ANA, que registou lucros de 29 M€, mas sendo a participação directa do Estado nessa empresa de 31,44%, o seu impacto nas contas globais ponderadas será reduzido a essa proporção.

O volume de negócios das EPNF cresceu 20,1% em 2006, atingindo os 7 250,8 M€ ([Quadro 5.1.2.](#)), montante para o qual o conjunto dos hospitais empresa contribuem com 32,5%, incluindo-se neste montante os pagamentos do Serviço Nacional de Saúde. A PARPÚBLICA, através do Grupo TAP, do qual detém a totalidade do capital, dá um contributo de 26,3% e as empresas do sector de serviços de utilidade pública (AdP e CTT) concorrem, no conjunto, com 18,2%. Note-se que, em 2006, saíram do universo das EPNF a GALP e a REN, por alienação à PARPÚBLICA, cujo peso da actividade nos indicadores globais assumia proporções elevadas, tendo-se optado por retirá-las também das contas de 2005 para efeitos de comparação.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 5.1.2.**  
**Empresas públicas não financeiras**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado			
	2006	2005	Variação		2006	2005	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	7.250.811	6.038.115	1.212.696	20,08%	6.647.512	5.569.755	1.077.757	19,35%
Custos com pessoal	3.562.576	3.146.352	416.225	13,23%	3.392.325	3.052.358	339.967	11,14%
<b>VABcf</b>	<b>3.969.012</b>	<b>3.518.185</b>	<b>450.827</b>	<b>12,81%</b>	<b>3.553.512</b>	<b>3.222.337</b>	<b>331.175</b>	<b>10,28%</b>
N.º médio de trabalhadores	107.760	96.354	11.406	11,84%	-	-	-	-
VABcf per capita	36,8	36,5	0,3	0,87%	-	-	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

(1) Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

Em termos ponderados, o volume de negócios atingiu, em 2006, o montante de 6 647,5 M€, representando cerca de 92% do volume de negócios das empresas consideradas no universo das EPNF, justificando-se esta diferença essencialmente pelo impacto do volume de negócios da AdP e da ANA, cujo capital não é totalmente detido directamente pelo Estado.

Os custos com o pessoal sofreram, em 2006, um agravamento relativamente ao exercício anterior, consonante com o aumento de número médio de trabalhadores, sendo de assinalar porém, que a parcela de variação mais significativa se deveu ao facto de terem sido constituídos dois novos hospitais empresa e três centros hospitalares, sob a forma de entidades públicas empresariais, que passaram a integrar o SEE em 2006 (ver [ponto 6.1.5.](#)), envolvendo, no conjunto, um aumento do número médio de trabalhadores em 12 926 e um acréscimo de encargos de 365,7 M€.

O VAB<sub>cf</sub>, beneficiou do aumento significativo do volume de negócios das EPNF, que superou largamente os custos intermédios de produção, acabando por revelar também um crescimento apreciável. Para este efeito positivo concorreu especialmente a PARPÚBLICA, em boa medida pelo impacto das subsidiárias TAP, AdP, ANA e CTT, bem como a entrada para o SEE de novas empresas hospitalares.

## 5.2. Situação Patrimonial

Da evolução da estrutura patrimonial das EPNF ([Quadro 5.2.1.](#)), a nota mais relevante é o aumento do activo em 10,78%, cujo financiamento foi assegurado em 78% por capitais alheios e apenas 21% por capitais próprios. Contudo, individualmente destacam-se os casos da REFER, cujo aumento do passivo no exercício superou a variação do activo no mesmo

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

período; a Metro do Porto que registou uma variação do activo de 228,8 M€, tendo a variação do passivo no mesmo período também superado aquele valor; o Grupo EMPORDEF que financiou a variação do activo, no montante de 218,3 M€, em 97,7% por capitais alheios; o Grupo AdP, cuja variação do activo foi de 595,5 M€, suportada por uma variação do passivo de 96,9%; e a ANA, em que 84,2% do financiamento da variação do activo foi assegurado por capitais alheios.

**Quadro 5.2.1.**  
**Empresas públicas não financeiras**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>			
	2006	2005	Variação		2006	2005	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>48.972.079</b>	<b>44.205.619</b>	<b>4.766.460</b>	<b>10,78%</b>	<b>42.807.736</b>	<b>38.985.972</b>	<b>3.821.764</b>	<b>9,80%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>16.946.393</b>	<b>15.941.794</b>	<b>1.004.599</b>	<b>6,3%</b>	<b>16.169.110</b>	<b>15.185.894</b>	<b>983.215</b>	<b>6,47%</b>
Interesses minoritários	204.336	148.592	55.745	37,52%	82.272	61.306	20.966	34,20%
<b>Passivo</b>	<b>31.821.348</b>	<b>28.115.233</b>	<b>3.706.115</b>	<b>13,18%</b>	<b>26.556.354</b>	<b>23.738.772</b>	<b>2.817.582</b>	<b>11,87%</b>
Autonomia financeira	34,6%	36,1%	-	-	37,8%	39,0%	-	-
Solvabilidade	53,3%	56,7%	-	-	60,9%	64,0%	-	-
Estrutura patrimonial	95,4%	94,8%	-	-	96,6%	96,3%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas.

Com efeito, em algumas empresas com peso relevante no conjunto das EPNF, como a REFER e a Metro do Porto, a variação do passivo superou largamente a variação do activo, uma vez que às necessidades financeiras para o investimento acrescem as necessidades de cobertura financeira do défice operacional.

Apesar disso, o *rácio* de autonomia financeira agregado das EPNF não registou uma variação significativa, graças ao aumento de capital próprio com o contributo das novas empresas no sector da saúde e do critério de contabilização seguido por algumas empresas de infra-estruturas, de não efectuar amortizações nos bens de domínio público e contabilizarem em reservas a totalidade dos subsídios destinados aos investimentos nessas infra-estruturas.

Cerca de 57,4% do passivo das EPNF é remunerado – resultante de empréstimos bancários e/ou obrigacionistas – ascendendo a 18 264,8 M€ no final de 2006 (Quadro 5.2.2.).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 5.2.2.**  
**Endividamento das EPNF**  
**Endividamento Bancário**

Milhares de euros, excepto percentagens

Sectores	Dívida Bancária		Variação 2006/2005	Peso por sector em 2006	Peso por sector em 2005
	2006	2005			
Comunicação Social	934.029	950.400	-1,7%	5,1%	6,0%
Gestão de Infra-estruturas	5.776.982	5.140.982	12,4%	31,6%	32,5%
Transportes	5.202.688	4.566.815	13,9%	28,5%	28,9%
Outras Infra-estruturas	574.294	574.166	0,0%	3,1%	3,6%
Indústria	55.419	37.900	46,2%	0,3%	0,2%
Requalificação Urbana	494.949	601.812	-17,8%	2,7%	3,8%
Saúde	430	6.800	-93,7%	0,0%	0,0%
Serviços de Utilidade Pública	1.661.455	1.266.431	31,2%	9,1%	8,0%
Transportes	5.785.110	5.094.038	13,6%	31,7%	32,2%
Parpública	3.258.223	2.510.222	29,8%	17,8%	15,9%
Outros	298.239	208.683	42,9%	1,6%	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>18.264.835</b>	<b>15.817.270</b>	<b>15,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

As empresas gestoras de infra-estruturas de transportes, com especial destaque para a REFER, juntamente com as empresas operadoras de transportes públicos de passageiros, representam 60,2% do endividamento bancário das EPNF, sendo também responsáveis por uma parte substancial do agravamento observado no ano.

Porém, a fatia mais significativa do crescimento do endividamento bancário das EPNF deve-se à PARPÚBLICA, o qual, contudo, não afectou o respectivo equilíbrio patrimonial, uma vez que se destinou, essencialmente, a fazer face a investimentos financeiros durante o exercício de 2006, designadamente o aumento da participação na GALP (ver [ponto 6.1.8.](#)) e também à concessão de empréstimos a empresas de grupo, sobretudo à TAP.

O recurso a dívidas a fornecedores e a outras entidades constitui também uma parcela importante do passivo das EPNF ([Quadro 5.2.3.](#)), cujo montante global ascendeu a 6 950,4 M€ em 2006, representando cerca de 21,8% do passivo total das empresas consideradas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 5.2.3.**  
**Endividamento das EPNF**  
**Crédito de Fornecedores e Outros**

Milhares de euros, excepto percentagens

Sector	Crédito de Fornecedores e Outros		Variação 2006/2005	Peso por sector em 2006
	2006	2005		
Comunicação Social	50.721	55.657	-8,9%	0,7%
Gestão de Infra-estruturas	598.577	634.771	-5,7%	8,6%
Transportes	506.857	578.230	-12,3%	7,3%
Outras Infra-estruturas	91.720	56.541	62,2%	1,3%
Indústria	90.308	56.806	59,0%	1,3%
Requalificação Urbana	76.062	66.801	13,9%	1,1%
Saúde	1.046.772	710.803	47,3%	15,1%
Serviços de Utilidade Pública	1.321.427	1.215.451	8,7%	19,0%
Transportes	2.462.453	2.522.216	-2,4%	35,4%
Parapública	1.216.942	1.077.347	13,0%	17,5%
Outros	87.114	70.345	23,8%	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>6.950.375</b>	<b>6.410.197</b>	<b>8,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

As empresas do sector dos transportes são responsáveis pela maior parcela de endividamento desta natureza (35,4%), destacando-se a CP que explica, só por si, 23,2%.

No conjunto, o crédito de fornecedores adicionado às dívidas a instituições de crédito ascendeu a 25.215,2 M€ em 2006 e representou 79,2% do passivo global das EPNF, tendo registado um agravamento de 13,4% relativamente a 2005.

Apesar do aumento do passivo, a estrutura patrimonial global das EPNF não sofreu alterações significativas, tendo por base o universo considerado, evidenciando níveis de autonomia financeira e de solvabilidade próximos dos valores médios do mercado.

Em termos ponderados, as diferenças verificadas resultam da posição directa do Estado na AdP, na ANA e na Metro do Porto, empresas cujo recurso ao endividamento adquire dimensão significativa, revelando, por isso, um impacto positivo na estrutura de financiamento global do activo ponderado, atenuando, deste modo, a evolução ligeiramente negativa observada nos indicadores de autonomia e de solvabilidade, ainda que pouco expressiva.

## 6. Situação económica e financeira do SEE por sectores de actividade

### 6.1. Empresas públicas não financeiras

#### 6.1.1. Comunicação social

Este sector conta apenas com duas empresas, RTP – Rádio e Televisão de Portugal (S.G.P.S.), S.A. e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A., sendo a evolução do sector determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão. O Estado, detinha igualmente, ainda que de forma indirecta através da RTP, a totalidade do capital da RDP – Radiodifusão Portuguesa, S.A., a Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, S.A. e a RTP – Meios de Produção S.A.

O ano de 2006 foi marcado pela preparação da criação de uma empresa única para o sector do audiovisual público, consagrada na Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, tendo a Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., passado a ter como objecto principal a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão, nos termos das Leis da Rádio e da Televisão e dos respectivos contratos de concessão e a denominar-se Rádio e Televisão de Portugal, S.A.. Foram, por força da referida Lei, incorporadas nesta “nova” sociedade as participadas da RTP.

O resultado líquido do sector cresceu cerca de 21,3%, embora seja ainda negativo em cerca de 23,7 M€. Assim, se por um lado a Lusa continua a apresentar um resultado positivo (1 M€ que representa um decréscimo de 43% relativamente a 2005), o da RTP, apesar de reflectir uma melhoria de 22,5%, continua a ser negativo (-24,7 M€).

Ambas as empresas apresentam resultados operacionais positivos após subsídios, o que atesta bem a importância dos contratos de prestação de serviço público assinados com o Estado<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Note-se que a LUSA, ao contrário da RTP, contabiliza a indemnização compensatória recebida do Estado em prestação de serviços.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.1.1**  
**Sector da Comunicação Social**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(107.101)	(118.005)	10.904	9,2%
Resultado operacional após subsídios	18.448	4.451	13.997	314,5%
Resultado financeiro	(34.225)	(28.319)	(5.906)	-20,9%
Resultado corrente	(15.777)	(23.868)	8.091	33,9%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(23.675)</b>	<b>(30.074)</b>	<b>6.398</b>	<b>21,3%</b>
Meios libertos operacionais	36.624	24.565	12.059	49,1%
Meios libertos líquidos	(5.499)	(9.960)	4.460	44,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O resultado financeiro apresenta um agravamento de 20,9%, para o qual contribuiu a subida das taxas de juro, cujo impacto foi ampliado pelo perfil de algumas operações da RTP, atenuado contudo, por uma pequena redução da dívida bancária.

**Quadro 6.1.1.2**  
**Sector da Comunicação Social**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	183.744	158.272	25.472	16,1%
Custos com pessoal	118.188	107.915	10.273	9,5%
Resultado corrente	(15.777)	(23.868)	8.091	33,9%
<b>VABcf</b>	<b>155.267</b>	<b>130.149</b>	<b>25.117</b>	<b>19,3%</b>
Nº médio de trabalhadores	2.616	2.671	(55)	-2,1%
VABcf per capita	59,4	48,7	10,6	21,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A variação observada no volume de negócios ficou a dever-se ao aumento recebido pela RTP a título da contribuição para o audiovisual.

Por outro lado, o aumento dos custos com o pessoal observado, não obstante a redução do número médio de trabalhadores no período, é fundamentalmente explicado pela evolução verificada na RTP (+15,1%), em consequência da adesão de todos os trabalhadores ao novo ACT do Grupo, que inclui a implementação de um seguro de reforma e a atribuição de prémios de desempenho.

Relativamente à estrutura patrimonial do sector, verifica-se um acréscimo de 6,3% do capital próprio, apesar do mesmo continuar a apresentar um valor negativo de grandeza considerável. Esta variação deve-se exclusivamente ao aumento do capital social da RTP de 71,5 M€, por

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

via do cumprimento pelo Estado do Acordo de Reestruturação Financeira (ARF) firmado com a empresa. Embora sem reflexos no valor do capital próprio, assinala-se a redução para metade do capital social da LUSA, no âmbito de uma operação de absorção de prejuízos acumulados.

O *rácio* de estrutura patrimonial continua a apresentar um valor positivo apesar dos capitais próprios do sector serem fortemente negativos. Este facto deve-se ao efeito da dívida de médio e longo prazo da RTP, que é superior ao valor dos capitais próprios, no cálculo daquele indicador.

**Quadro 6.1.1.3**  
**Sector da Comunicação Social**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>455.824</b>	<b>412.788</b>	<b>43.036</b>	<b>10,4%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(703.357)</b>	<b>(750.930)</b>	<b>47.573</b>	<b>6,3%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>1.159.181</b>	<b>1.163.718</b>	<b>(4.537)</b>	<b>-0,4%</b>
Autonomia financeira (%)	-154,3%	-181,9%		
Solvabilidade (%)	-60,7%	-64,5%		
Estrutura patrimonial (%)	65,2%	60,9%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Relativamente ao passivo, a sua variação não é significativa, não obstante os apoios financeiros prestados pelo Estado à RTP, no âmbito do ARF outorgado com a empresa em 2003.

No que respeita ao activo líquido constata-se um acréscimo de cerca de 43 M€ (10,4%) resultante essencialmente da variação verificada no activo circulante da RTP, nomeadamente o aumento do saldo de existências.

## 6.1.2. Gestão de infra-estruturas

### 6.1.2.1. Infra-estruturas aéreas

Este sector integra as empresas ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A., NAV – Navegações Aéreas de Portugal, EPE e NAER – Novo Aeroporto, S.A., todas com participação directa do Estado e em que este detém, directa ou indirectamente, a maioria do respectivo capital.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Para efeitos de agregação das contas, optou-se por considerar as demonstrações financeiras individuais de cada uma das empresas, o que não sucede nas contas agregadas do SEE, pelo facto de existirem participações da ANA na ANAM e na NAER<sup>10</sup>. Embora esta abordagem permita evidenciar, de forma mais clara, o comportamento de cada uma das empresas, tem como desvantagem o empolamento de alguns agregados, particularmente ao nível da estrutura patrimonial e a não anulação das operações entre a ANA e as suas participadas.

O resultado líquido do sector (**Quadro 6.1.2.1.1.**) registou uma evolução positiva de 12,6 M€, sustentada pelo crescimento dos resultados líquidos positivos da ANA e da NAV, de 29 M€ e 12,2 M€ respectivamente, cujo impacto foi atenuado pelo resultado líquido negativo de 10,4 M€ da ANAM.

**Quadro 6.1.2.1.1**  
**Sector das Infra-estruturas Aéreas**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	53.201	37.163	16.038	43,2%
Resultado operacional após subsídios	53.388	37.289	16.098	43,2%
Resultado financeiro	(24.410)	(21.188)	(3.222)	-15,2%
Resultado corrente	28.978	16.102	12.876	80,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>30.818</b>	<b>18.236</b>	<b>12.582</b>	<b>69,0%</b>
Meios libertos operacionais	150.179	133.045	17.135	12,9%
Meios libertos líquidos	127.609	113.991	13.618	11,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Em termos de resultado operacional merece destaque o acréscimo no volume de negócios de 11,3% (+ 27,7 M€) registado pela ANA, enquanto que os custos operacionais cresceram apenas cerca de metade daquele valor.

A evolução dos meios libertos encontra-se em linha com a evolução dos resultados anteriormente descrita, mas o seu volume situa-se num patamar claramente superior, ilustrando bem o volume de amortizações suportado pelo sector, que representou, em 2006, cerca de 18,8% do total dos custos.

<sup>10</sup> A ANA detém participações sociais na ANAM e na NAER de 70% e de 80%, respectivamente, pertencendo ao Estado, directamente, uma participação de 10% em cada sociedade. No caso da ANA, o Estado detém directamente uma participação de 31,44%, sendo o remanescente do capital detido pela PARPÚBLICA.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.2.1.2**  
**Sector das Infra-estruturas Aéreas**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	494.544	460.819	33.726	7,3%
Custos com pessoal	216.601	211.041	5.560	2,6%
Resultado corrente	28.978	16.102	12.876	80,0%
<b>VABcf</b>	<b>382.058</b>	<b>355.720</b>	<b>26.337</b>	<b>7,4%</b>
Nº médio de trabalhadores	2.759	2.773	(14)	-0,5%
VABcf per capita	138,5	128,3	10,2	7,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Este efeito é particularmente visível na ANAM, empresa que registou um volume de amortizações de 28,0 M€, correspondentes a cerca de 44,8% do total dos seus custos. Assim, apesar do prejuízo verificado, os meios libertos líquidos desta sociedade foram positivos em 17,6 M€.

Quanto à evolução dos custos com pessoal (**Quadro 6.1.2.1.2.**), apesar do comportamento ligeiramente desfavorável deste indicador na NAV empresa que representa cerca de 59,4% destes custos no sector, e que registou um aumento de 3,8% nesta rubrica em 2006, o sector foi positivamente afectado pela evolução moderada destes agregados na ANA (1,5%) e pelas reduções verificadas na ANAM e EDAB.

Na origem do crescimento de 5,7% evidenciado no activo líquido do sector (**Quadro 6.1.2.1.3.**), esteve fundamentalmente o acréscimo do imobilizado corpóreo em 21,6 M€, sendo este aumento explicado pelo volume de investimentos efectuados pela ANA, em especial no Aeroporto Francisco Sá Carneiro e pelo incremento verificado nas disponibilidades financeiras na ANA (62,6 M€).

**Quadro 6.1.2.1.3**  
**Sector das Infra-estruturas Aéreas**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>1.662.198</b>	<b>1.571.884</b>	<b>90.314</b>	<b>5,7%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>393.468</b>	<b>375.393</b>	<b>18.076</b>	<b>4,8%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>1.268.730</b>	<b>1.196.491</b>	<b>72.238</b>	<b>6,0%</b>
Autonomia financeira (%)	23,7%	23,9%		
Solvabilidade (%)	31,0%	31,4%		
Estrutura patrimonial (%)	105,0%	97,2%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O aumento do passivo em 6,0% deveu-se, designadamente, ao aumento do nível de endividamento de médio e longo prazo da ANA e decorre da emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 100 M€, destinado a financiar as obras em curso no Aeroporto da Portela..

#### 6.1.2.2. Infra-estruturas ferroviárias

A gestão das infra-estruturas integrantes da rede ferroviária nacional compete, em exclusivo, à empresa Rede Ferroviária Nacional — REFER, incluindo-se, contudo, neste sector, a RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, detida em 60% pelo Estado e em 40% pela REFER, cuja actividade consiste na elaboração de estudos e projectos com vista à implementação da rede de alta velocidade em Portugal.

Dada a natureza da actividade da RAVE, as suas demonstrações financeiras são pouco expressivas quando comparadas com as da REFER, verificando-se que o seu activo líquido total situava-se, no final de 2006, nos 73,5 M€, cerca de 1% do activo líquido da REFER e a sua conta de exploração não tem expressão assinalável. Quanto à REFER, tomou-se como base de informação as sua contas individuais, pelo facto das consolidadas de 2006 não estarem disponíveis na data de elaboração deste relatório e revelar-se incipiente o peso do conjunto das empresas que integram o seu perímetro de consolidação (0,27% do activo da REFER).

Assim, a evolução do sector é explicada essencialmente pelas contas da REFER, que apurou, em 2006, um resultado líquido negativo de 201,7 M€<sup>(11)</sup>, revelando um agravamento de 25,8% em relação ao ano anterior.

#### Quadro 6.1.2.2.1 Sector das Infra-estruturas Ferroviárias Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(128.671)	(119.162)	(9.509)	-8,0%
Resultado operacional após subsídios	(99.673)	(92.041)	(7.632)	-8,3%
Resultado financeiro	(98.263)	(52.802)	(45.461)	-86,1%
Resultado corrente	(197.936)	(144.843)	(53.093)	-36,7%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(201.746)</b>	<b>(160.391)</b>	<b>(41.355)</b>	<b>-25,8%</b>
Meios libertos operacionais	(84.045)	(78.071)	(5.974)	-7,7%
Meios libertos líquidos	(186.118)	(146.422)	(39.697)	-27,1%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

<sup>11</sup> As contas consolidadas estão a ser preparadas de acordo com as normas IFRS / IAS, estimando-se que, nesse referencial, o resultado líquido venha a fixar-se nos 210,6 M€ negativos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Para este desempenho foi decisiva a evolução negativa do resultado operacional (**Quadro 6.1.2.2.1.**), justificada, fundamentalmente, pela rubrica de fornecimentos e serviços externos, que aumentou 17,2 M€, variação semelhante à observada em 2005 em relação ao ano anterior, e do agravamento, em 86%, dos prejuízos financeiros, cuja dimensão teria sido ainda superior caso não tivessem sido capitalizados os encargos financeiros inerentes aos investimentos em curso, no montante de 37,8 M€.

Não obstante os avultados investimentos de modernização efectuados pela REFER, os proveitos decorrentes das prestações de serviços aos operadores, incluindo as taxas de utilização da infra-estrutura, têm vindo a decrescer todos os anos, baixando, em 2006, de 65,3 M€ para 63 M€. Esta quebra teve origem no facto do valor das taxas de utilização, principal fonte de proveitos operacionais da empresa, ser definido em função de um modelo de fixação que, ao invés de premiar o investimento na modernização da rede, penaliza a gestora por cada ganho de capacidade obtido, em favor dos operadores. Mesmo assim, os proveitos operacionais registados no exercício revelaram um crescimento, por via da alienação de um imóvel, que proporcionou um proveito bruto de 20,2 M€<sup>12</sup> (**Quadro 6.1.2.2.2.**)

Face ao agravamento dos resultados, os meios libertos apresentaram também uma evolução negativa, que espelha, por um lado, o profundo desajustamento entre os custos da operação de gestão da infra-estrutura e o preço de utilização da mesma, suportado pelos operadores CP e FERTAGUS e por outro, a insuficiência das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, cujo montante ascendeu a 29 M€ em 2006.

**Quadro 6.1.2.2.2**  
**Sector das Infra-estruturas Ferroviárias**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	83.167	65.287	17.880	27,4%
Custos com pessoal	111.491	117.195	(5.705)	-4,9%
Resultado corrente	(197.936)	(144.843)	(53.093)	-36,7%
<b>VABcf</b>	<b>29.142</b>	<b>42.291</b>	<b>(13.149)</b>	<b>-31,1%</b>
Nº médio de trabalhadores	3.675	4.040	(365)	-9,0%
VABcf per capita	7,9	10,5	(2,5)	-24,2%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A diminuição do número médio de trabalhadores em 2006, explica a diminuição dos custos com pessoal. Contudo, esta redução não foi suficiente para manter a produtividade *per capita*, que diminuiu em relação ao ano anterior, em consequência da evolução negativa do VAB<sub>cf</sub><sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Reduzindo-se a 4,8 M€ líquido do valor contabilizado em variação da produção, relacionado com o mesmo imóvel.

<sup>13</sup> Considerando as empresas do grupo REFER, o número médio de trabalhadores do sector passaria a 4 056 em 2006 e 4 438 em 2005 e o VABcf per capita desceria para 7,2.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

No que respeita à estrutura patrimonial, a actividade da REFER tem sido marcada pela realização de pesados investimentos em infra-estruturas de longa duração, sem uma adequada cobertura por capitais próprios, dada a incapacidade da empresa libertar meios e a insuficiência dos subsídios que lhes são afectos. Para superar esta situação, a empresa tem recorrido ao mercado financeiro, conduzindo ao aumento do seu passivo, que beneficia, na sua maioria, da garantia do Estado.

Efectivamente, em 2006, o investimento realizado pela REFER situou-se nos 312,5 M€ e incidiu fundamentalmente na modernização da rede ferroviária nacional, cuja extensão é de 3 613 km, embora somente 2 839 km com tráfego ferroviário. O respectivo financiamento foi assegurado por subsídios do PIDDAC (4,5 M€) e da União Europeia (87,8 M€), e por empréstimos bancários (220,2 M€). Deste modo, para satisfazer as necessidades de financiamento do investimento, do défice de exploração a que atrás se referiu, e dos compromissos do serviço da dívida, o endividamento bancário da REFER aumentou em 537,8 M€, ascendendo a 4 056,2 M€ no final de 2006, sendo a variação do passivo do sector explicada por este montante e, na parte restante, pelo aumento de crédito de fornecedores.

**Quadro 6.1.2.2.3**  
**Sector das Infra-estruturas Ferroviárias**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>6.987.732</b>	<b>6.564.164</b>	<b>423.568</b>	<b>6,5%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>2.319.271</b>	<b>2.443.165</b>	<b>(123.895)</b>	<b>-5,1%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>4.668.461</b>	<b>4.120.999</b>	<b>547.462</b>	<b>13,3%</b>
Autonomia financeira (%)	33,2%	37,2%		
Solvabilidade (%)	49,7%	59,3%		
Estrutura patrimonial (%)	96,2%	84,7%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O activo líquido do sector revelou uma variação positiva de 423,6 M€, quase totalmente explicada pelos movimentos patrimoniais da REFER, sendo apenas de 10 M€ a variação imputável à RAVE. O activo desta última empresa situa-se apenas em 73,5 M€ e comporta quase exclusivamente os investimentos em estudos, cujo financiamento foi assegurado, essencialmente, por participações financeiras do Estado (68%) e por fundos da União Europeia (32%).

Não obstante a acumulação de resultados transitados negativos e o aumento continuado do passivo, o sector continua a evidenciar uma estrutura financeira confortável, consubstanciada em níveis de cobertura do activo por capitais próprios (*rácio* de autonomia financeira) superior a 30% e de solvabilidade perto dos 50%, graças à política de contabilização adoptada pela

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

REFER de não amortizar as infra-estruturas de longa duração, por se tratar de bens do domínio público e registar directamente em reservas os subsídios recebidos.

### 6.1.2.3. Infra-estruturas portuárias

O Sistema Portuário Nacional dispõe de 5 portos principais – Aveiro, Lisboa, Leixões, Setúbal e Sines, resultado da reestruturação ocorrida em 1998, com o objectivo de conferir às administrações portuárias instrumentos adequados a uma gestão mais dinâmica e flexível.

Desta forma, foram criadas a APA – Administração do Porto de Aveiro S.A., APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. e a APS – Administração do Porto de Sines, S.A., de capitais exclusivamente públicos.

Estas sociedades apresentaram, no conjunto, lucros na ordem dos 18 M€, mais 4,6 M€ relativamente a 2005, o que representou uma evolução favorável de 34%, tendo contribuído para esse resultado a APL e a APSS. A APA foi a única Administração Portuária que não conseguiu alcançar resultados líquidos positivos em 2006. Dos lucros apurados em 2006, uma parcela de 4,6 M€ foi destinada à distribuição de dividendos pelas sociedades APDL e APS.

#### Quadro 6.1.2.3.1 Sector das Infra-estruturas Portuárias Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens				
	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	8.090	3.424	4.666	136,3%
Resultado operacional após subsídios	8.119	3.519	4.600	130,7%
Resultado financeiro	(4.433)	(1.930)	(2.503)	-129,7%
Resultado corrente	3.686	1.589	2.097	132,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>18.127</b>	<b>13.486</b>	<b>4.641</b>	<b>34,4%</b>
Meios libertos operacionais	56.803	52.511	4.291	8,2%
Meios libertos líquidos	66.810	62.478	4.332	6,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Esta evolução positiva decorreu, em boa medida, do bom desempenho da actividade corrente registado sobretudo pelas sociedades APDL e APS, confirmando as expectativas geradas face aos investimentos realizados ao longo dos últimos anos na modernização das instalações marítimo-portuárias, numa lógica de reforço da capacidade competitiva dos portos portugueses, quer no mercado nacional quer no alargamento de horizontes ao mercado internacional.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Para este aumento de eficiência operacional das empresas portuárias terão contribuído também as parcerias com entidades privadas, através da concessão de exploração de instalações e terminais, em detrimento da exploração directa, tendo-se caminhado para a consolidação do modelo de gestão como *Landlord Port*.

A actividade destas 5 sociedades traduziu-se, em 2006, num volume de negócios no montante de 144,5 M€, sendo a APL a empresa que regista maior volume de negócios (47,3 M€), seguida da APDL com 37,8 M€ e da APS com 34,1 M€, representando estas 3 empresas, por si só, 82,5% do total do volume de negócios.

Apesar do aumento significativo registado no volume de negócios (9,1 M€), verificou-se também um agravamento dos custos operacionais (4 M€), influenciados essencialmente pelo aumento dos custos de exploração da APL (4,4 M€).

Salienta-se ainda que a evolução favorável do volume de negócios foi superior ao agravamento dos custos com o pessoal (3,3%), conduzindo a um crescimento de 2,9% em termos de produtividade *per capita* do sector portuário.

**Quadro 6.1.2.3.2**  
**Sector das Infra-estruturas Portuárias**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	144.491	135.352	9.139	6,8%
Custos com pessoal	54.557	52.813	1.745	3,3%
Resultado corrente	3.686	1.589	2.097	132,0%
<b>VABcf</b>	<b>119.073</b>	<b>110.146</b>	<b>8.927</b>	<b>8,1%</b>
Nº médio de trabalhadores	1.182	1.125	57	5,1%
VABcf per capita	100,7	97,9	2,8	2,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O desempenho económico dos portos foi complementado por uma evolução favorável da situação patrimonial em cerca de 2%, o que permitiu um reforço dos capitais próprios do conjunto do sector em igual percentagem, resultante do crescimento dos resultados líquidos.

As empresas do sector portuário, começam a dar sinais de uma evolução positiva em termos patrimoniais, tendo-se invertido a tendência registada até 2003, em que vinham evidenciando uma degradação dos capitais próprios por via dos prejuízos acumulados e do elevado esforço de investimento anual. O esforço de investimento tem incidido sobretudo em projectos de expansão da capacidade, ao nível da modernização dos equipamentos e da segurança das operações, na melhoria das acessibilidades e na integração das infra-estruturas portuárias com os núcleos urbanos em que se inserem.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.2.3.3**  
**Sector das Infra-estruturas Portuárias**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>1.515.087</b>	<b>1.481.017</b>	<b>34.070</b>	<b>2,3%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>689.261</b>	<b>673.572</b>	<b>15.689</b>	<b>2,3%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>825.826</b>	<b>807.445</b>	<b>18.382</b>	<b>2,3%</b>
Autonomia financeira (%)	45,5%	45,5%		
Solvabilidade (%)	83,5%	83,4%		
Estrutura patrimonial (%)	91,2%	91,6%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Apesar da razoável capacidade de autofinanciamento exibida pelas empresas portuárias, os investimentos realizados obrigaram também ao recurso crescente a capitais alheios, tendo conduzido ao longo dos anos, a um rápido crescimento do passivo. A partir de 2003, assistiu-se a uma inversão deste ciclo, com a aproximação da conclusão de alguns dos projectos de investimento mais emblemáticos, tendo a generalidade das empresas reduzido fortemente o seu volume de investimento.

Assim, o ligeiro crescimento do passivo conjugado com a obtenção de resultados líquidos positivos provocou uma estabilidade dos *rácios* de autonomia financeira e de solvabilidade do sector portuário.

Em termos individuais, a APDL é a empresa que tem apresentado ao longo dos anos a situação financeira mais consistente, favorecida pelo bom desempenho da sua actividade económica, que lhe permitiu autofinanciar parte substancial do seu programa de investimentos. Merece também referência o caso da APA, que não obstante ter apresentado um resultado líquido negativo em 2006, manteve uma estrutura patrimonial equilibrada.

**6.1.2.4. Infra-estruturas rodoviárias**

O sector das Infra-estruturas Rodoviárias integra apenas a empresa EP, a qual resultou da transformação do Instituto Estradas de Portugal em Entidade Pública Empresarial, operada pelo Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

A empresa reconhece no próprio exercício os custos inerentes à estrutura operacional e à reposição das condições de segurança de circulação nas vias rodoviárias (conservação, manutenção e sinalização), beneficiando ambas de subsídios do Estado, sendo nos custos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

inerentes à reposição das condições de segurança de circulação nas vias rodoviárias integralmente compensados.

Em 2006 empresa capitalizou em rubricas de imobilizado os encargos de estrutura referentes à gestão de concessões, expropriações e construção, consideradas como realizadas por conta do Estado.

O resultado líquido da empresa, embora se mantenha negativo, registou uma evolução positiva de 3,1 M€, devendo-se exclusivamente aos ganhos obtidos na alienação de imobilizado no montante de 3,5 M€. De facto, embora se tenha verificado um acréscimo de subsídios em 21,4 M€ relativamente ao exercício anterior, esta variação acompanhou, no essencial, o agravamento dos custos com a conservação corrente e segurança, os quais são totalmente compensados pelos subsídios do Estado reconhecidos como proveitos.

De acordo com a informação fornecida pela empresa, a EP beneficiou de subsídios para o funcionamento da estrutura operativa (61,7 M€ em 2006; 62,6 M€ em 2005) e para a conservação de estradas e pontes, através de transferências recebidas do PIDDAC (71,9 M€ em 2006; 49,5 M€ em 2005), no montante total de 133,7 M€.

A evolução negativa do resultado operacional antes de subsídios prende-se, essencialmente, com o aumento dos custos com a conservação de estradas e pontes, em 7,2 M€ e, simultaneamente com a diminuição dos proveitos operacionais em 10,8 M€.

**Quadro 6.1.2.4.1**  
**Sector das Infra-estruturas Rodoviárias**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(138.701)	(119.030)	(19.672)	-16,5%
Resultado operacional após subsídios	(5.033)	(6.775)	1.742	25,7%
Resultado financeiro	426	1.003	(578)	-57,6%
Resultado corrente	(4.608)	(5.772)	1.164	20,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(1.264)</b>	<b>(4.334)</b>	<b>3.070</b>	<b>70,8%</b>
Meios libertos operacionais	(1.607)	(4.240)	2.632	62,1%
Meios libertos líquidos	2.162	(1.798)	3.960	220,2%

Fonte: Relatórios e contas de 2005 e informação fornecida pela empresa referente a 2006

O ano de 2006 saldou-se num aumento do número médio de 41 trabalhadores, circunstância que decorre, no essencial, da regularização de situações precárias iniciadas em 2005, não decorrendo daí variações significativas de custos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.2.4.2**  
**Sector das Infra-estruturas Rodoviárias**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.402	1.090	312	28,6%
Custos com pessoal	45.449	54.748	(9.299)	-17,0%
Resultado corrente	(4.608)	(5.772)	1.164	20,2%
<b>VABcf</b>	<b>43.900</b>	<b>50.419</b>	<b>(6.519)</b>	<b>-12,9%</b>
Nº médio de trabalhadores	1.702	1.661	41	2,5%
VABcf per capita	25,8	30,4	(4,6)	-15,0%

Fonte: Relatórios e contas de 2005 e informação fornecida pela empresa referente a 2006

Apesar dos indicadores apresentados indicarem uma redução dos custos com o pessoal em 17%, esta situação explica-se apenas pela capitalização de custos referentes à gestão de concessões, expropriações e construção, consideradas como realizadas por conta do Estado. Note-se, porém, que este procedimento não afectou o resultado líquido apurado em 2006, uma vez que do lado dos proveitos também se reduziu os subsídios contabilizados como proveitos do exercício no mesmo montante dos custos imobilizados. Caso a empresa não procedesse a esta imputação de custos com o pessoal, estes ascenderiam a 56.315 m€, representando um agravamento de cerca de 2,9% relativamente a 2005.

O elevado montante do activo da EP reflecte o valor dos bens do domínio público da rede viária nacional sob gestão da empresa. A sua estrutura patrimonial evidencia uma situação líquida que representa mais de 96,6% do activo e um passivo relativamente reduzido, traduzindo-se num grau de autonomia financeira particularmente elevado.

**Quadro 6.1.2.4.3**  
**Sector das Infra-estruturas Rodoviárias**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>10.653.475</b>	<b>9.666.026</b>	<b>987.449</b>	<b>10,2%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>10.217.220</b>	<b>9.294.640</b>	<b>922.580</b>	<b>9,9%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>436.256</b>	<b>371.386</b>	<b>64.869</b>	<b>17,5%</b>
Autonomia financeira (%)	95,9%	96,2%		
Solvabilidade (%)	2342,0%	2502,7%		
Estrutura patrimonial (%)	98,1%	96,6%		

Fonte: Relatórios e contas de 2005 e informação fornecida pela empresa referente a 2006

Com efeito, os investimentos em infra-estruturas realizados pela empresa ascenderam, em 2006, a 770 M€, tendo a respectiva cobertura financeira sido assegurada por verbas do

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

PIDDAC (667 M€ em 2006) e o remanescente por apoios financeiros do actual Quadro Comunitário. Além disso, como atrás já se referiu, a empresa beneficiou de subsídios destinados a assegurar o funcionamento da estrutura operativa e os gastos com a conservação de vias rodoviárias, tendo recorrido apenas subsidiariamente a empréstimos de curto prazo para superar pequenas insuficiências de tesouraria. Aliás, o passivo da empresa compõe-se, maioritariamente, do crédito de fornecedores resultantes dos prazos médios de pagamentos praticados e de acréscimo de custos.

#### 6.1.2.5. Outras infra-estruturas

Este sub-capítulo engloba as empresas Docapesca – Portos e Lotas S.A., EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva, S.A. e SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., que têm como objecto a gestão de infra-estruturas em áreas diversificadas, constituindo um sector não homogéneo, mas que, atendendo à dimensão e relevância das empresas que o integram não pode ser considerado como um sector residual.

Em 2005 integrava também a participação do Estado na REN– Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A., alienada à PARPÚBLICA no final de 2006. Dado o impacto muito significativo desta empresa nas contas do sector para efeitos de comparação, os valores relativos ao ano de 2005 foram expurgados dos montantes correspondentes à REN.

##### Quadro 6.1.2.5.1 Sector das Outras Infra-estruturas Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(4.341)	1.226	(5.567)	-453,9%
Resultado operacional após subsídios	(4.320)	1.226	(5.546)	-452,2%
Resultado financeiro	(12.810)	(14.979)	2.169	14,5%
Resultado corrente	(17.130)	(13.753)	(3.377)	-24,6%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(10.689)</b>	<b>(7.772)</b>	<b>(2.917)</b>	<b>-37,5%</b>
Meios libertos operacionais	11.738	17.250	(5.512)	-32,0%
Meios libertos líquidos	5.368	8.251	(2.883)	-34,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Para o agravamento do resultado líquido neste sector (**Quadro 6.1.2.5.1**) contribuíram todas as empresas: a SIMAB que registou um prejuízo de 5,4 M€, mais 1,0 M€ relativamente ao exercício anterior, a DOCAPESCA que teve prejuízos de 2,8 M€, com um agravamento de 0,8 M€ e a EDIA que gerou um prejuízo de 2,5 M€, mais 1,1 M€ do que no exercício anterior.

A EDIA registou um agravamento do resultado operacional, com uma variação negativa de 9,0 M€, que decorreu do facto dos investimentos nas obras da rede secundária de rega terem

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

passado a ser contabilizados como custos do exercício, compensado parcialmente pela melhoria dos encargos financeiros em 5,5 M€. Na SIMAB assinala-se o agravamento de 3,3 M€ no resultado financeiro, que ascendeu a -8,9 M€.

**Quadro 6.1.2.5.2**  
**Sector das Outras Infra-estruturas**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	50.365	45.403	4.961	10,9%
Custos com pessoal	20.921	21.753	(833)	-3,8%
Resultado corrente	(17.130)	(13.753)	(3.377)	-24,6%
<b>VABcf</b>	<b>30.972</b>	<b>38.469</b>	<b>(7.497)</b>	<b>-19,5%</b>
Nº médio de trabalhadores	815	845	(30)	-3,6%
VABcf per capita	38,0	45,5	(7,5)	-16,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Importa salientar a diminuição do número de efectivos em 30, entre os quais 22 na SIMAB, que conduziram à diminuição de -3,8% na rubrica custos com o pessoal.

Em termos patrimoniais (**Quadro 6.1.2.5.3**) o aumento do activo líquido em 3,7% ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento de 67,1 M€ no activo líquido da EDIA, salientando-se que esta variação positiva ocorreu nas rubricas de imobilizado corpóreo (investimentos nas Barragens e Centrais do Alqueva e de Pedrógão) e de dívidas de terceiros a curto prazo.

**Quadro 6.1.2.5.3**  
**Sector das Outras Infra-estruturas**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>1.501.898</b>	<b>1.447.900</b>	<b>53.998</b>	<b>3,7%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>304.415</b>	<b>298.347</b>	<b>6.068</b>	<b>2,0%</b>
Interesses minoritários	5.050	(718)	5.769	802,9%
<b>Passivo</b>	<b>1.192.433</b>	<b>1.150.272</b>	<b>42.161</b>	<b>3,7%</b>
Autonomia financeira (%)	20,3%	20,6%		
Solvabilidade (%)	25,5%	25,9%		
Estrutura patrimonial (%)	98,1%	106,6%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

No que concerne ao passivo, o aumento de 3,7% resultou do incremento do endividamento bancário da EDIA, no valor de 30 M€, e dos proveitos diferidos relativos a fundos comunitários. Em contrapartida, no passivo da SIMAB observou-se uma diminuição de 12,3 M€ decorrente

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

da reduções nas rubricas de dívidas a terceiros de médio/longo e curto prazo e acréscimos e diferimentos.

Finalmente, quanto ao aumento dos capitais próprios, em cerca de 6,1 M€, deve-se, essencialmente, ao aumento do capital social na EDIA, no montante de 19 M€, subscrito e realizado integralmente pelo Estado, atenuado pelas diminuições dos capitais próprios na SIMAB (-7,8 M€) e na Docapesca (-2,7 M€)

### 6.1.3. Indústria

A participação directa do Estado em empresas ligadas ao sector indústria encontra-se actualmente reduzida a 2 sociedades:

- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., *holding* do Estado para o sector da defesa, sendo igualmente detentora da totalidade do capital social da ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., que constitui a sua maior participada;
- EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.G.P.S., S.A., que agregava as participações no sector mineiro, mas cuja actividade, se encontra centrada, sobretudo, na descontaminação e requalificação de áreas mineiras.

O resultado líquido do conjunto destas empresas registou em 2006 um comportamento favorável ([Quadro 6.1.3.1.](#)), tendo para esse facto contribuído principalmente a EMPORDEF, que diminui substancialmente os prejuízos de 14,6 M€ em 2005 para apenas 2,9 M€ em 2006, enquanto a EDM registou uma melhoria face ao exercício de 2005, tendo sido fortemente influenciada pela redução de cerca de 67,2% verificada nos custos operacionais.

Em termos de desempenho operacional, as empresas que integram o sector tiveram comportamentos similares. A EDM registou um acréscimo do resultado operacional de cerca de 9,3 M€, explicado pelo decréscimo significativo das amortizações (9,0 M€), tendo a EMPORDEF registado igualmente um aumento do resultado operacional na ordem de 6,8 M€, fundamentalmente explicado pela evolução positiva das vendas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.3.1**  
**Sector da Indústria**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(12.236)	(23.614)	11.378	48,2%
Resultado operacional após subsídios	(7.294)	(23.406)	16.112	68,8%
Resultado financeiro	(828)	(2.613)	1.786	68,3%
Resultado corrente	(8.122)	(26.019)	17.897	68,8%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(948)</b>	<b>(13.044)</b>	<b>12.096</b>	<b>92,7%</b>
Meios libertos operacionais	13.967	(317)	14.284	4512,8%
Meios libertos líquidos	20.313	10.045	10.268	102,2%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Também o volume de negócios deste sector teve uma evolução favorável, sobretudo pelo acréscimo de 6,8 M€ registado na EMPORDEF, o qual se deve fundamentalmente à evolução registada pelos ENVC, isto é, no aumento verificado tanto na venda de produtos ligados à actividade de construção naval como na prestação de serviços ligados à actividade de reparação naval.

**Quadro 6.1.3.2**  
**Sector da Indústria**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	92.118	85.691	6.426	7,5%
Custos com pessoal	26.306	28.215	(1.909)	-6,8%
Resultado corrente	(8.122)	(26.019)	17.897	68,8%
<b>VABcf</b>	<b>28.271</b>	<b>26.687</b>	<b>1.584</b>	<b>5,9%</b>
Nº médio de trabalhadores	1.004	1.033	(30)	-2,9%
VABcf per capita	28,2	25,8	2,3	9,0%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Quanto ao número de trabalhadores, constata-se que a EMPORDEF continuou a diminuir o efectivo médio ao serviço das empresas do Grupo de 1017 em 2005 para 989 em 2006, o que tem possibilitado um decréscimo dos custos com o pessoal.

Apesar do aumento do passivo em cerca de 212,3 M€, verificou-se uma evolução favorável dos resultados financeiros em todas as empresas que integram este sector. Refira-se que o crescimento do passivo se deve exclusivamente à EMPORDEF pelo incremento de 165,5 M€ registado nos proveitos diferidos da EMPORDEF, os quais dizem respeito em grande parte à sua participada Defloc<sup>14</sup> pelos adiantamentos por conta de 10 helicópteros EH 101 adquiridos

<sup>14</sup> A EMPORDEF participa em 81% na DEFLOC – Locação de Equipamentos de Defesa, S.A..



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

em *leasing* operacional, que se destinam a ser facturados e entregues à Força Área Portuguesa e pelo aumento da dívida bancária de longo prazo em 31,8 M€.

**Quadro 6.1.3.3**  
**Sector da Indústria**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>693.873</b>	<b>483.918</b>	<b>209.955</b>	<b>43,4%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>128.968</b>	<b>130.879</b>	<b>(1.910)</b>	<b>-1,5%</b>
Interesses minoritários	103	522	(419)	-80,3%
<b>Passivo</b>	<b>564.801</b>	<b>352.518</b>	<b>212.284</b>	<b>60,2%</b>
Autonomia financeira (%)	18,6%	27,0%		
Solvabilidade (%)	22,8%	37,1%		
Estrutura patrimonial (%)	102,3%	96,6%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O capital próprio do sector (**Quadro 6.1.3.3.**) registou uma diminuição de 1,5% em 2006. Tal facto ficou a dever-se à decréscimo verificado nos capitais próprios da EDM, em cerca de 7,5 M€, associado à diminuição dos resultados transitados justificada pela redução do montante do pagamento do remanescente preço das acções da Pirites Alentejanas, S.A.<sup>15</sup> e pelas responsabilidades perante a CGA relacionadas com o pagamento de pensões a ex-trabalhadores da extinta ENU.

O activo líquido do sector cresceu em 43,4%, essencialmente devido à EMPORDEF, pelo aumento do investimento em imobilizado corpóreo (cerca de 170,6 M€) e dos acréscimos de proveitos (31,1 M€).

Verificou-se ainda um agravamento dos indicadores patrimoniais (autonomia financeira e solvabilidade), para o qual contribuiu essencialmente a EMPORDEF.

## 6.1.4. Requalificação urbana

### 6.1.4.1. Programa Polis

Nesta subdivisão do sector da Requalificação Urbana no exercício de 2006 estão englobadas 11 Sociedades Polis constituídas sob a forma de sociedades anónimas (**Quadro 6.1.4.1.1**) e ainda em actividade, destinadas a gerir e coordenar os investimento a realizar na respectiva zona de intervenção, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização

<sup>15</sup> Esta operação de redução dos créditos sobre Pirites Alentejanas/EUROZINC foi autorizada por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 26 de Abril de 2006 do Estado Português, accionista único da EDM.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Ambiental das Cidades (Programa Polis), dentro de horizontes temporais limitados à concretização dos respectivos projectos, estabelecidos através dos diplomas que lhes deram origem.

**Quadro 6.1.4.1.1**

**Sector da Requalificação Urbana – Programa Polis**

**Sociedades em actividade**

Sociedades Polis			
Albufeira	Coimbra	Setúbal	Vila Nova de Gaia
Aveiro	Chaves	Tomar	Viseu
Cacém	Costa de Caparica	Viana do Castelo	

Nota: As Sociedades Polis que não constam deste quadro entraram em liquidação antes 31.12.2006

A estrutura accionista é comum a todas as empresas, detendo o Estado 60% do capital social e o Município da zona de intervenção os restantes 40%.

Dada a natureza e objectivos muito específicos das Sociedades Polis, procede-se neste ponto a uma abordagem diferente da efectuada na restante análise sectorial. Apesar dessa circunstância, e a título informativo, optou-se por disponibilizar também aqui os quadros com a informação relativa à evolução dos resultados, indicadores de gestão operacional e estrutura patrimonial.

**Quadro 6.1.4.1.2**

**Sector da Requalificação Urbana – Programa Polis**

**Evolução dos Resultados**

	Milhares de euros, excepto percentagens			
	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(10.523)	(3.302)	(7.222)	-218,7%
Resultado operacional após subsídios	(10.523)	(3.302)	(7.222)	-218,7%
Resultado financeiro	74	120	(45)	-37,8%
Resultado corrente	(10.449)	(3.182)	(7.267)	-228,4%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(4.447)</b>	<b>(1.323)</b>	<b>(3.124)</b>	<b>-236,1%</b>
Meios libertos operacionais	(82)	14	(96)	-670,5%
Meios libertos líquidos	5.994	1.992	4.002	200,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

As 10 sociedades cuja gestão global é assegurada pela Parque EXPO<sup>16</sup> apresentam resultados líquidos nulos (**Quadro 6.1.4.1.2**), na medida em que procedem à imputação dos custos e proveitos em acréscimos e diferimentos. Na sua maioria, as restantes apresentam igualmente resultados líquidos nulos, embora procedam, neste caso, à capitalização desses custos e proveitos.

<sup>16</sup> Albufeira, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa de Caparica, Leiria, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Viseu. A Polis Matosinhos entrou em liquidação em 2004.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Estes dois procedimentos acatam genericamente a orientação, de 28/03/2002, do órgão executivo da Comissão de Normalização Contabilística no sentido de que “(...) *não haverá lugar ao apuramento de resultados, no pressuposto de que as sociedades em causa não exercem actividades lucrativas.* (...)”.

**Quadro 6.1.4.1.3**

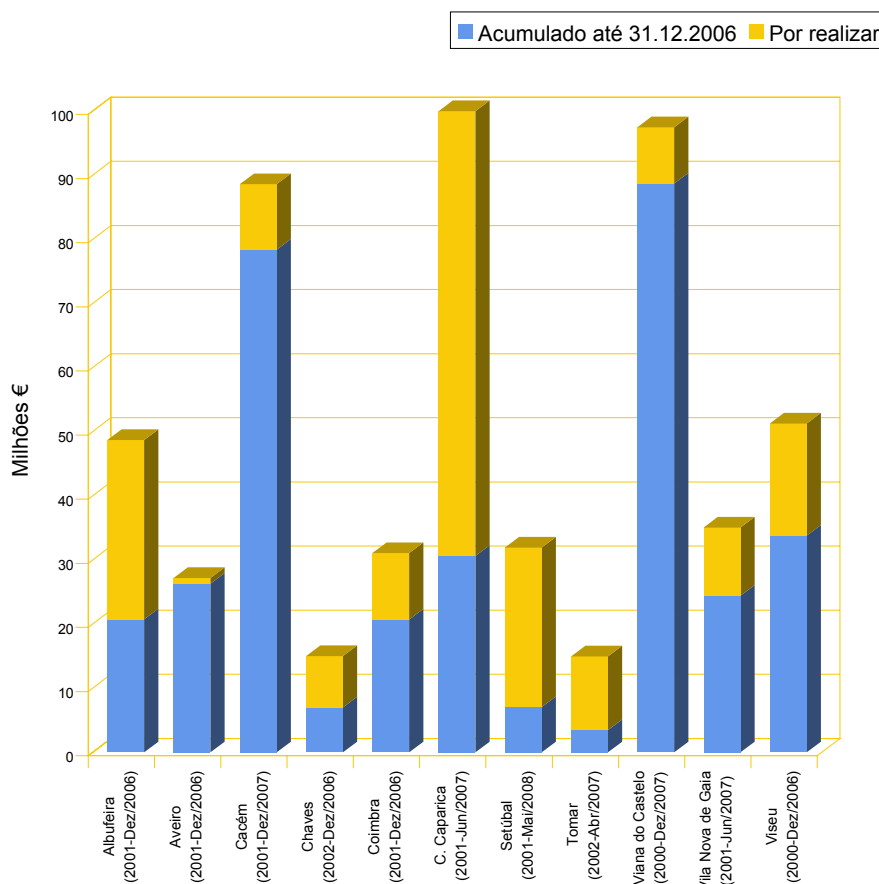
**Sector da Requalificação Urbana - Programa Polis**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	44	125	(81)	-65,1%
Custos com pessoal	162	194	(32)	-16,5%
Resultado corrente	(10.449)	(3.182)	(7.267)	228,4%
<b>VABcf</b>	<b>80</b>	<b>208</b>	<b>(128)</b>	<b>-61,3%</b>
Nº médio de trabalhadores	26	25	1	4,0%
VABcf per capita	3,1	8,3	(5,2)	-62,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

**Gráfico 6.1.4.1.1**  
**Requalificação Urbana – Programa Polis**  
**Grau de Realização das Reprogramações/Planos Estratégicos**



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Tendo por base os documentos de prestação de contas reportados à data de 31 de Dezembro 2006, constata-se um nível de execução financeira na ordem de 57,5% dos investimentos, quando comparados com a previsão constante das respectivas reprogramações ([Gráfico 6.1.4.1.1](#)), excluindo-se nestes valores o investimento realizado pelas sociedades polis de Castelo Branco, Covilhã, Leiria, Portalegre e Silves, que, de acordo com as respectivas disposições estatutárias, entraram em liquidação, durante o primeiro semestre de 2006. Salienta-se ainda que as taxas de execução foram apuradas face aos PE, os quais sofreram uma redução ao nível dos investimentos previstos, em consequência das múltiplas contingências sofridas pelo Programa Polis.

Face ao conjunto de dificuldades e incertezas em torno de questões de financiamento, têm vindo a ser aprovadas reprogramações, no sentido de serem apenas realizados os investimentos que, de facto, tenham financiamento assegurado e cujos prazos de execução não deslizem para além das datas limite que se encontram estabelecidas.

**Quadro 6.1.4.1.4**

**Sector da Requalificação Urbana - Programa Polis**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>393.622</b>	<b>305.351</b>	<b>88.270</b>	<b>28,9%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>171.477</b>	<b>175.620</b>	<b>(4.143)</b>	<b>-2,4%</b>
Interesses minoritários	0	0	-	-
<b>Passivo</b>	<b>222.145</b>	<b>129.732</b>	<b>92.413</b>	<b>71,2%</b>
Autonomia financeira (%)	43,6%	57,5%		
Solvabilidade (%)	77,2%	135,4%		
Estrutura patrimonial (%)	99,0%	103,9%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

**6.1.4.2. Outros**

Este sub-agrupamento é composto apenas pela Parque EXPO 98, S.A., tendo-se tomado como base de análise as respectivas contas consolidadas.

Em 2006, a Parque EXPO registou um lucro consolidado de 3,4 M€, revelando um acréscimo de 9,6M€ face a 2005. Esta melhoria teve origem nas mais-valias resultantes da alienação de património imobiliário inserido no projecto Parque das Nações.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.4.2.1**  
**Sector da Requalificação Urbana - Outros**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	8.420	12.106	(3.686)	-30,4%
Resultado operacional após subsídios	8.420	12.106	(3.686)	-30,4%
Resultado financeiro	(22.219)	(20.238)	(1.982)	-9,8%
Resultado corrente	(13.799)	(8.132)	(5.667)	-69,7%
<b>Resultado líquido</b>	<b>3.392</b>	<b>(6.263)</b>	<b>9.655</b>	<b>154,1%</b>
Meios libertos operacionais	15.882	28.387	(12.506)	-44,1%
Meios libertos líquidos	10.853	10.018	835	8,3%

Fonte: Demonstrações financeiras consolidadas POC da empresa

Com efeito, apesar da conjuntura pouco favorável do mercado imobiliário, a sociedade conseguiu um aumento do volume de negócios de 24%, parte do qual resultante da prestação de serviços no âmbito da exploração corrente e de projectos de requalificação urbana e ambiental, para os quais a empresa tem vindo a orientar parte da sua actividade, dado o progressivo esvaziamento da carteira de património imobiliário associado ao projecto “Parque das Nações”.

**Quadro 6.1.4.2.2**  
**Sector da Requalificação Urbana – Outros**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	76.330	61.572	14.759	24,0%
Custos com pessoal	17.530	18.710	(1.181)	-6,3%
Resultado corrente	(13.799)	(8.132)	(5.667)	-69,7%
<b>VABcf</b>	<b>30.764</b>	<b>39.266</b>	<b>(8.502)</b>	<b>-21,7%</b>
Nº médio de trabalhadores	323	376	(53)	-14,1%
VABcf per capita	95,2	104,4	(9,2)	-8,8%

Fonte: Demonstrações financeiras consolidadas POC da empresa

Exemplo disso foi a participação da Parque Expo na gestão de diversas sociedades do Programa Polis, cujos projectos tiveram início em 2001 e dos quais, no final de 2006, se encontravam ainda em curso 7.

Em 2006, o activo líquido do grupo Parque EXPO sofreu um decréscimo de 20% face ao ano anterior. Esta evolução é explicada pela operação de cessão do crédito sobre a Câmara Municipal de Lisboa, no valor nominal de 144,5 M€, cujo valor actualizado líquido de juros e comissões foi de 96,6 M€, pela alienação dos edifícios de Comunicação de Lisboa e alienação de terrenos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.4.2.3**  
**Sector da Requalificação Urbana – Outros**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>541.830</b>	<b>680.053</b>	<b>(138.223)</b>	<b>-20,3%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(6.002)</b>	<b>(9.030)</b>	<b>3.029</b>	<b>33,5%</b>
Interesses minoritários	(13.013)	(11.671)	(1.342)	-11,5%
<b>Passivo</b>	<b>560.844</b>	<b>700.754</b>	<b>(139.910)</b>	<b>-20,0%</b>
Autonomia financeira (%)	-1,1%	-1,3%		
Solvabilidade (%)	-1,1%	-1,3%		
Estrutura patrimonial (%)	49,4%	131,1%		

Fonte: Demonstrações financeiras consolidadas POC da empresa

Também o passivo registou uma quebra de cerca de 20%, que se deveu, na sua maioria, à redução da dívida remunerada em cerca de 130 M€. Ainda que os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade apresentem uma ligeira melhoria face ao ano anterior, constata-se que os níveis assumidos por estes agregados indicam uma estrutura financeira muito fragilizada.

Em termos de perspectiva futura, a sociedade tem vindo a estudar hipóteses de diversificação e angariação de novos negócios, quer a nível nacional, quer internacional, já que a finalização das intervenções ao abrigo do Programa Polis e a ausência de novos projectos de dimensão significativa podem comprometer a sua capacidade de auto-sustentação económico-financeira.

### 6.1.5. Saúde

Pelo Decreto-Lei n.º 93/2005, de 7 de Junho foram transformadas em entidades públicas empresariais os 31 hospitais S.A. e, pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, foram criados o Hospital de Santa Maria E.P.E. e o Hospital de São João E.P.E. e 3 centros hospitalares: o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental E.P.E.<sup>17</sup>, o Centro Hospitalar de Setúbal E.P.E.<sup>18</sup>, e o Centro Hospitalar do Nordeste E.P.E.<sup>19</sup>, esta agregação de hospitais existentes e novas unidades hospitalares criadas resultou no mesmo número de entidades, todas com a natureza de E.P.E.

<sup>17</sup> Agregou os Hospitais de São Francisco de Xavier, E.P.E., Egas Moniz, E.P.E. e St.ª Cruz, E.P.E.

<sup>18</sup> Agregou os Hospitais de São Bernardo, E.P.E. e o Ortopédico de Sant'ago do Outão.

<sup>19</sup> Agregou os Hospitais Distrital de Bragança, E.P.E., de Macedo de Cavaleiros e de Mirandela.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.5.1**  
**Sector da Saúde**  
**Distribuição Geográfica dos Hospitais E.P.E.**

Hospitais EPE

**ARS Norte**

Centro Hosp. Alto Minho, E.P.E.  
Centro Hosp. do Nordeste, E.P.E.  
Centro Hosp. Vila Real/P. da Régua, E.P.E.  
H. São João, E.P.E.  
H. Senhora da Oliveira – Guimarães, E.P.E.  
H. Geral de Santo António, E.P.E.  
H. Padre Américo – Vale do Sousa, E.P.E.  
H. Santa Maria Maior, E.P.E.  
H. São Gonçalo, E.P.E.  
H. São João de Deus, E.P.E.  
IPO Porto, E.P.E.  
Uni. Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.

**ARS Lisboa e Vale do Tejo**

Centro Hosp. De Setúbal, E.P.E.  
Centro Hosp. Médio Tejo, E.P.E.  
Centro Hosp. Lisboa Ocidental, E.P.E.  
H. Distrital de Santarém, E.P.E.  
H. Santa Maria, E.P.E.  
H. Garcia de Orta, E.P.E.  
H. Nossa Senhora do Rosário, E.P.E.  
H. Pulido Valente, E.P.E.  
H. Santa Marta, E.P.E.  
IPO Lisboa, E.P.E.

**ARS Centro**

Centro Hosp. Cova da Beira, E.P.E.  
H. Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.  
H. Infante D. Pedro, E.P.E.  
H. Santo André, E.P.E.  
H. São Sebastião, E.P.E.  
H. São Teotónio, E.P.E.  
IPO Coimbra, E.P.E.

**ARS Alentejo**

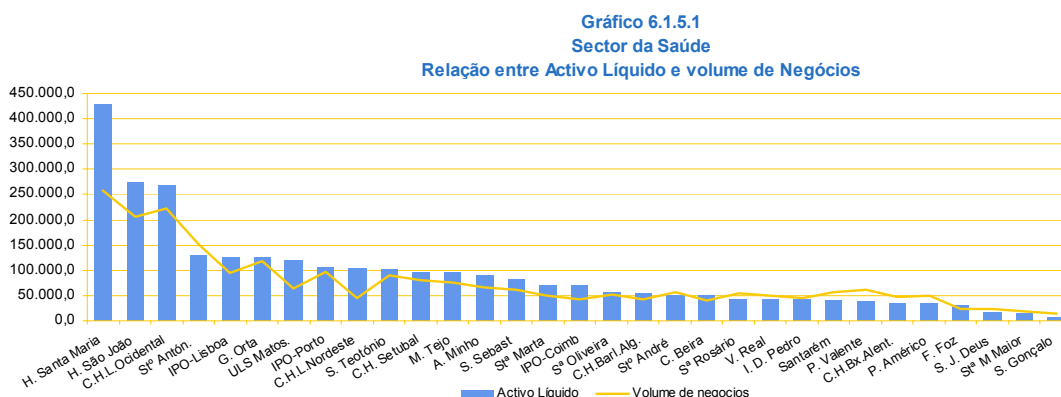
Centro Hosp. Baixo Alentejo, E.P.E.

**ARS Algarve**

Centro Hosp. do Barlavento Algarvio, S.A.

Apesar de se tratar de um sector homogéneo no que respeita ao objecto social das entidades que o compõem, a nível da sua dimensão isso não se verifica. Com efeito, existe uma grande disparidade a nível do capital estatutário, que varia entre 9,9 M€ e 169,9 M€, que se acentua no que respeita ao activo líquido, com valores entre 7 M€ e 428 M€.

Como se pode observar pelo **Gráfico 6.1.5.1** existem 4 grupos de hospitais bem definidos, o primeiro constituído por 3 entidades com um activo superior a 250 M€, um segundo com um activo entre 70 M€ e 135 M€, um terceiro com um activo entre 30 M€ e 60 M€ e um último, com um activo inferior a 20 M€.



Salienta-se que os valores relativos ao ano de 2005 não incluem os Hospitais de Santa Maria e São João, e que as contas dos hospitais passaram a partir de 2006 a ser apresentadas de acordo com POCMS, que apresenta algumas diferenças relativamente ao POC.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Em 2006, o resultado líquido do sector foi negativo em 190,6 M€, o que representa um decréscimo de 108,3% relativamente ao ano transacto, constatando-se que só 6 entidades apresentam resultados líquidos positivos. Os resultados operacionais observam, contudo, uma variação de apenas -36,3%, fixando-se em -229,8 M€.

Verifica-se que a evolução dos resultados beneficiou do esforço de racionalização prosseguido pelas empresas deste sector, e manifestada ao nível da variação dos seus custos globais, que em 2006, comparativamente com o exercício anterior e face ao universo homólogo, registaram uma variação pouco acima de 1%.

Relativamente aos montantes registados a título de subsídios, verifica-se que estes representam, no essencial, uma contrapartida da actividade de prestação de serviços e cuidados de saúde levada a cabo pelos Hospitais E.P.E., a qual constitui objecto de contratualização com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo que, correctamente, deveriam ter sido alvo de classificação nas contas de prestação de serviços ou de outros proveitos operacionais (estes últimos na parte respeitante aos valores de convergência). Note-se que a produção contratada com o SNS é responsável por cerca de 80% dos proveitos deste universo de hospitais.

**Quadro 6.1.5.2.**  
**Sector da Saúde**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto  
percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(418.196)	(415.905)	(2.291)	-0,6%
Resultado operacional após subsídios	(229.769)	(168.627)	(61.142)	-36,3%
Resultado financeiro	25.663	19.824	5.839	29,5%
Resultado corrente	(204.106)	(148.803)	(55.303)	-37,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(190.622)</b>	<b>(91.525)</b>	<b>(99.098)</b>	<b>-108,3%</b>
Meios libertos operacionais	(110.864)	(63.934)	(46.930)	-73,4%
Meios libertos líquidos	(71.717)	13.168	(84.885)	-644,6%

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas

O resultado financeiro é positivo em todas as entidades, à excepção de duas, resultando, na sua maioria, dos rendimentos da aplicação da parte não utilizada da dotação inicial do capital estatutário conjugada com a inexistência de passivo remunerado.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.5.3.**  
**Sector da Saúde**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	2.359.536	1.748.548	610.988	34,9%
Custos com pessoal	1.546.470	1.180.804	365.666	31,0%
Resultado corrente	(204.106)	(148.803)	(55.303)	-37,2%
<b>VABcf</b>	<b>1.281.814</b>	<b>1.053.379</b>	<b>228.435</b>	<b>21,7%</b>
Nº médio de trabalhadores	53.074	40.148	12.926	32,2%
VABcf per capita	24,2	26,2	(2,1)	-8,0%

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas

Para o crescimento de cerca de 35% do volume de negócios, contribuiu fundamentalmente a integração no universo das EPE dos Hospitais de Santa Maria e de São João. Expurgando os valores correspondentes a essas duas empresas dos dados relativos a 2006, o volume de negócios do sector é de 1 894,6 M€, pelo que na realidade este só cresceu cerca de 8,4%.

**Quadro 6.1.5.4.**  
**Sector da Saúde**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>2.849.953</b>	<b>2.061.715</b>	<b>788.238</b>	<b>38,2%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>1.300.603</b>	<b>1.035.094</b>	<b>265.509</b>	<b>25,7%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>1.549.350</b>	<b>1.026.621</b>	<b>522.729</b>	<b>50,9%</b>
Autonomia financeira (%)	45,6%	50,2%		
Solvabilidade (%)	83,9%	100,8%		
Estrutura patrimonial (%)	158,1%	175,3%		

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas

Também o acréscimo do activo líquido do sector resulta, exclusivamente, da integração, em 2006, das contas dos Hospitais de Santa Maria e de São João.

A estrutura do activo deste sector é invulgar, pois como se pode verificar pelo rácios apresentados as entidades do sector da saúde tem um nível de disponibilidades elevado sendo que a rubrica de caixa e depósitos representa cerca de 31% do activo líquido, situação que advém do facto de, na sua maioria, as entidades não terem esgotado a verba que lhes foi atribuída a título de capital estatutário com vista à realização de investimentos de racionalização e modernização.

O passivo aumentou 50,9% relativamente ao ano de 2005, situando-se nos 1 549,4 M€. No entanto, do acréscimo de 522,7 M€, cerca de 380 M€ resultam da entrada dos Hospitais de



S. R.  
**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Santa Maria e São João, sendo que a variação remanescente reflecte na sua maioria um aumento das dívidas a fornecedores.

#### **6.1.6. Serviços de utilidade pública**

Este sector contava, em 2006, com participações directas do Estado em dois grupos económicos: AdP - Águas de Portugal, S.A. e CTT - Correios de Portugal, S.A.. O Estado é ainda detentor de um lote de 500 acções da PT, as quais, lhe conferem direitos especiais enquanto accionista. Considerando contudo a dimensão financeira da participação, esta não é considerada na análise que se segue.

Até 29 de Dezembro de 2006<sup>20</sup>, o Estado detinha igualmente uma participação na GALP que, no contexto da reorganização de participações públicas de interesse estratégico, foi alienada na totalidade à PARPÚBLICA<sup>21</sup>, pelo que, de acordo com os critérios já explicitados, também esta empresa não será objecto de abordagem neste ponto, tendo os dados de 2005 e 2006 sido expurgados dos valores relativos à GALP. A saída da GALP teve um impacto muito significativo nas contas deste sector. Com efeito, no ano de 2005, o resultado líquido positivo, no valor de 472,7 M€, ficou em grande parte a dever-se ao desempenho desta sociedade (93,5%).

Apesar do número restrito de empresas que o integram, estamos perante um sector pouco homogéneo, quer do ponto de vista da actividade, quer do da dimensão.

Ao nível da estrutura accionista a participação pública em 31 de Dezembro de 2006, tanto na AdP como na CTT era de 100%, embora no caso da AdP partilhada com outras entidades (<sup>22</sup>).

Apesar de ser notória a evolução positiva dos resultados operacionais do sector, verifica-se um agravamento dos resultados financeiros na AdP. Esta degradação de 136,5% está associada aos custos financeiros decorrentes do crescimento do nível de endividamento da empresa, que se encontra numa fase de forte investimento em infra-estruturas, das perdas em empresas do Grupo, principalmente pela equivalência patrimonial da Electra – Cabo Verde<sup>23</sup>, das diferenças de câmbio desfavoráveis<sup>24</sup> e dos outros custos e perdas financeiras.

<sup>20</sup> Pelo Despacho n.º 1572/2006 – SETF, de 29 de Dezembro, exarado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, foram transferidas 40.000.000 acções do tipo A e 1.494.501 acções do tipo B (correspondentes a 5,004% do capital social da GALP) pela DGTF à PARPÚBLICA.

<sup>21</sup> Pelo Despacho n.º 1179/2006 – SETF, de 28 de Setembro, exarado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, já tinham sido alienadas 105.371.114 acções do tipo B (correspondentes a 12,707% do capital social da GALP) pela DGTF à PARPÚBLICA, no âmbito da 4.ª fase do processo de reprivatização da GALP.

<sup>22</sup> Na AdP, o Estado detinha como accionista directo 34,36% e de forma indirecta, através da *holding* estatal PARPÚBLICA e da CGD, 45,3% e 20,4% respectivamente. A CTT é detida de forma exclusiva e directa pelo Estado.

<sup>23</sup> À data de Setembro de 2006, data de venda de parte da participação, era de 3,1 M€, sendo que em 2005 a perda gerada era de apenas 1,0 M€.

<sup>24</sup> Geradas pelo financiamento no Japão e nas Águas de Moçambique pelos financiamentos que esta participada detém em moeda estrangeira.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.6.1**  
**Sector dos Serviços de Utilidade Pública**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	92.680	27.169	65.511	241,1%
Resultado operacional após subsídios	92.717	27.953	64.764	231,7%
Resultado financeiro	(83.350)	(40.147)	(43.204)	-107,6%
Resultado corrente	9.366	(12.194)	21.561	176,8%
<b>Resultado líquido</b>	<b>34.006</b>	<b>30.788</b>	<b>3.217</b>	<b>10,5%</b>
Meios libertos operacionais	362.394	248.058	114.336	46,1%
Meios libertos líquidos	303.683	250.894	52.789	21,0%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Embora uma das características das “*public utilities*” seja exactamente a sua baixa vulnerabilidade aos ciclos económicos, as razões para este bom desempenho operacional do sector são diversas e merecem, pela sua relevância, referências individualizadas.

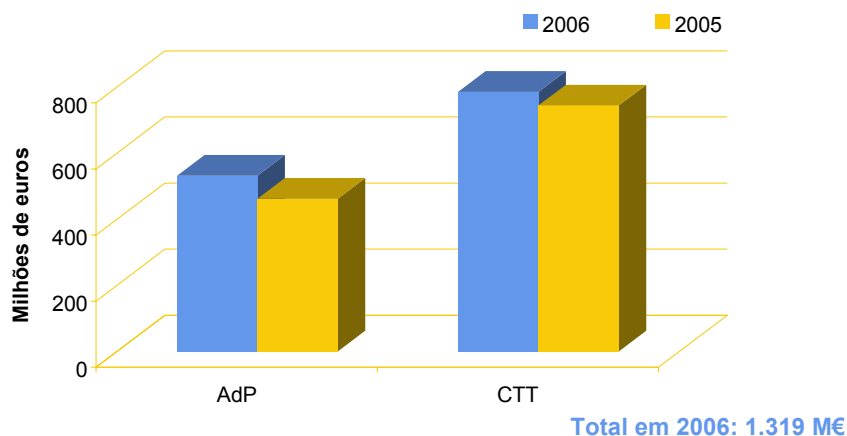
A CTT, registou um lucro de 66,9 M€, verificando-se um incremento de 285,9% no resultado líquido de 2006. Esta evolução positiva decorreu do efeito conjugado do aumento dos resultados operacionais consolidados, justificados essencialmente pelo crescimento do volume de negócios do grupo, na ordem dos 5,6%, com o proveito extraordinário proporcionado pela cessação do protocolo com o SNS (o que resultou numa redução substancial das responsabilidades por serviços passados).

A AdP realizou em 2006 investimentos que ascenderam a 588,2 M€, o que corresponde a um acréscimo de 12,3% face ao ano anterior. Estes investimentos inserem-se, na sua quase totalidade, no Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais, estando na origem da maior parte do aumento do endividamento (cerca de 392,1 M€), uma vez que os meios libertos líquidos foram de 205,4 M€. Para a degradação do resultado líquido, na ordem dos 46,4 M€, contribuíram principalmente a deterioração dos resultados financeiros (43,8 M€), explicado pelo aumento dos custos financeiros, que mais que duplicaram, resultante das perdas geradas pela unidade de negócios internacional e pelos juros suportados, pelo aumento dos custos com provisões e ajustamentos (+28,5 M€) referente quase exclusivamente às perdas potenciais geradas com a alienação da participação na Prolagos – Brasil, tendo sido constituída uma provisão de 24,3 M€, e pelo comportamento favorável dos resultados extraordinários (+11,6 M€).

Para o conjunto do sector (**Gráfico 6.1.6.1.**), destaca-se o significativo crescimento do volume de negócios evolução registada por ambas as empresas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 6.1.6.1**  
**Sector dos Serviços de Utilidade Pública**  
**Volume de Negócios**



Assinale-se ainda a diminuição de 151 trabalhadores nos efectivos médios, em base consolidada, para o qual contribuiu a CTT com uma redução de 338 trabalhadores, superando largamente o aumento do número médio de trabalhadores da AdP.

**Quadro 6.1.6.2**  
**Sector dos Serviços de Utilidade Pública**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.319.217	1.207.708	111.510	9,2%
Custos com pessoal	580.892	545.014	35.878	6,6%
Resultado corrente	9.366	(12.194)	21.561	176,8%
<b>VABcf</b>	<b>954.940</b>	<b>800.886</b>	<b>154.054</b>	<b>19,2%</b>
Nº médio de trabalhadores	21.452	21.603	(151)	-0,7%
VABcf per capita	44,5	37,1	7,4	20,1%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Do ponto de vista da estrutura patrimonial, o acréscimo do activo líquido consolidado do sector reflecte, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujo activo cresceu 595,4 M€, correspondentes a um aumento de 15,0%. Na CTT, a variação positiva de 106,6 M€ resulta do efeito conjugado do aumento das dívidas a clientes e outros devedores e do acréscimo registado nas disponibilidades e aplicações de tesouraria originado pelo crescimento dos credores de serviços financeiros postais e pela diminuição dos custos diferidos, dos activos por impostos diferidos e do imobilizado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.6.3**  
**Sector dos Serviços de Utilidade Pública**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>5.959.868</b>	<b>5.205.163</b>	<b>754.705</b>	<b>14,5%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>640.263</b>	<b>607.921</b>	<b>32.342</b>	<b>5,3%</b>
Interesses minoritários	186.914	133.345	53.569	40,2%
<b>Passivo</b>	<b>5.132.691</b>	<b>4.463.897</b>	<b>668.794</b>	<b>15,0%</b>
Autonomia financeira (%)	10,7%	11,7%		
Solvabilidade (%)	12,5%	13,6%		
Estrutura patrimonial (%)	75,4%	71,0%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O aumento do passivo é explicado pelo acréscimo registado em ambas as empresas, na AdP de +577,1 M€ e na CTT de +39,1 M€. No que respeita à AdP, este aumento é justificado, principalmente, pelo aumento do nível de endividamento já anteriormente referido. No caso da CTT, resulta do efeito conjugado da diminuição das responsabilidades com cuidados de saúde dos trabalhadores e do aumento das provisões fundamentalmente oriundas da empresa-mãe, pela eventual necessidade de regularização do IVA não cobrado em parte nos Serviços Financeiros Postais<sup>25</sup>.

### 6.1.7. Transportes

O sector de transporte público colectivo de passageiros inclui 5 empresas totalmente detidas pelo Estado – a CARRIS, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; a CP, Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.; a Metropolitano de Lisboa, E.P. (ML); a STCP, Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. e a Transtejo, Transportes do Tejo, S.A. – e outras duas em que o capital social é partilhado com outras entidades - a MM, Metro do Mondego, S.A., em que o Estado detém uma participação directa de 53% e a MP, Metro do Porto, S.A. cuja participação directa do Estado é apenas de 10%. Na MM, a percentagem remanescente de capital pertence a vários municípios, enquanto que na MP, a CP e a STCP detêm, em conjunto, 30% do capital e os restantes 60% pertencem à Área Metropolitana do Porto e a diversos municípios da mesma área.

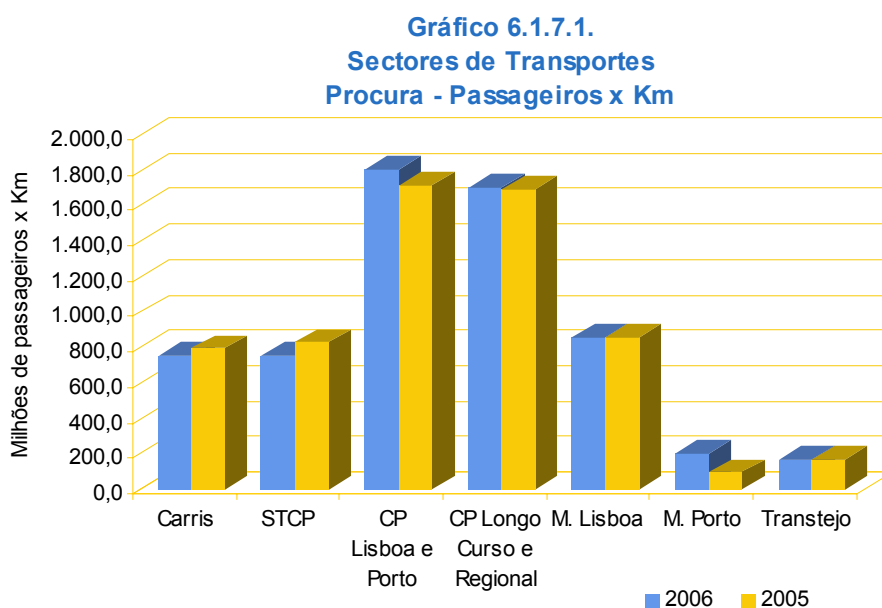
A actividade da Metro do Mondego, embora enquadrada neste sector, resume-se ainda às actividades de investimento na infra-estrutura de metro ligeiro integrado no Sistema de Mobilidade do Mondego, que abrange os concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, não possuindo indicadores de exploração de transporte comparáveis com os outros operadores

<sup>25</sup> Pela dupla interpretação da aplicação da regulamentação fiscal efectuada pelos CTT e pela Administração Fiscal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

de transporte de passageiros, pelo que a análise da evolução da procura não inclui esta empresa. Por outro lado, no caso da CP optou-se por uma separação entre as linhas com características urbanas (CP Lisboa e CP Porto) das outras (CP Regional e CP Longo Curso), para efeitos de comparação com a actividade dos restantes operadores, que actuam, essencialmente, em grandes áreas urbanas.

Como evidencia o **Gráfico 6.1.7.1.**, os principais operadores urbanos de transporte público de passageiros – CARRIS e STCP – têm vindo a registar uma tendência de decréscimo da procura, compensada, em 2006, com a situação inversa registada pela CP Lisboa e Porto e pela Metro do Porto, no primeiro caso, concretizando a recuperação já iniciada em 2005 e no segundo, por se tratar de um meio de transporte em expansão na área metropolitana do Porto, cuja inserção vem sendo gradualmente conseguida, em boa medida, através da transferência de passageiros da STCP, que registou uma perda de 76,7 milhões de passageiros, a maior entre os operadores públicos.



Com efeito, o alargamento e a progressiva inserção da rede de metro na área urbana do Porto, habitualmente servida pela STCP, traduziu-se num acréscimo de procura deste meio de transporte em detrimento do transporte público rodoviário. Deste modo, o maior aumento de passageiros por Km foi o registado pela Metro do Porto, ao mesmo tempo que a STCP registou a maior quebra de procura, embora inferior ao aumento da procura do metro, resultando num saldo positivo na procura do sistema público de transportes colectivos. Também a CP registou uma variação positiva muito relevante, tanto nos percursos em zonas urbanas (Lisboa e Porto) como nos regionais e de longo curso, compensando largamente a quebra de procura registada pelos restantes operadores urbanos, especialmente a CARRIS com menos 38 milhões de passageiros por km transportados em 2006.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

A Metropolitano de Lisboa, cujo alargamento da rede tinha proporcionado, nos últimos anos, acréscimos de procura, registou uma pequena diminuição em 2006, quer em termos de passageiros transportados, quer quanto a passageiros x km. A Transtejo, por seu turno, tem vindo a sofrer a concorrência da travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril, o que poderá justificar a continuação de perda de passageiros em 2006, embora também pouco expressiva.

Em conjunto, as quebras assinaladas foram compensadas pelos acréscimos de procura, permitindo que o sistema público de transportes colectivos registe, em 2006, um ganho de 84 milhões de passageiros por km, contrariando a tendência negativa registada em 2005.

Nada se alterou contudo, quanto à situação deficitária da generalidade do sector, que vem registando, desde há vários anos, uma deterioração dos seus indicadores de exploração e por arrasto, das respectivas situações patrimoniais. Em 2006 todas as empresas em causa apuraram resultados líquidos negativos, observando-se, no caso da Metro do Porto e da STCP, os agravamentos dos prejuízos apurados de 71,2% e de 49,3% respectivamente, elevando-se a 122,2 M€ no primeiro caso e a 25,6 M€.

Não obstante a evolução positiva registada pela Metropolitano de Lisboa, CP, CARRIS e Metro do Mondego, todas com menores prejuízos do que os registados no ano transacto, o resultado líquido agregado do sector ascendeu, em 2006, a 557,1 M€ negativos, mais 38,9 M€ relativamente ao exercício transacto, representando um agravamento de 7,51%, devido, essencialmente, ao efeito do mau desempenho económico da Metro do Porto.

A CP foi responsável por cerca de 34,6% do prejuízo total, a Metropolitano de Lisboa por 26,4%, logo seguida da Metro do Porto com um peso relativo no prejuízo global de 21,9% (em 2005 era de 12,8%), não obstante a sua quota parte de serviço público de transporte, medido em termos de passageiros x km, representar apenas 3,24% do total, de acordo com os dados de 2006. A CARRIS, a STCP e a TRANSTEJO foram responsáveis, em conjunto, pela parcela remanescente de 17,1% do prejuízo (o prejuízo registado pela Metro do Mondego não tem expressão assinalável).

No **Quadro 6.1.7.1.** apresenta-se a evolução dos resultados do sector em 2006, confirmando-se a perspectiva de que o sector é altamente deficitário em termos de exploração corrente, não obstante o efeito de compensação dos subsídios à exploração evidenciados nas respectivas demonstrações de resultados, que embora em montante insuficiente, beneficiou, em 2006, de um acréscimo global de 5,7% relativamente a 2005, ascendendo 120,2 M€. Os resultados financeiros, que atingiram o montante negativo de 227,5 M€ em 2006, revelam também um agravamento relativamente ao ano transacto, explicado, sobretudo, pelo agravamento dos encargos financeiros da CP e da Metro do Porto.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.7.1.**  
**Sector dos Transportes**  
**Evolução dos Resultados**

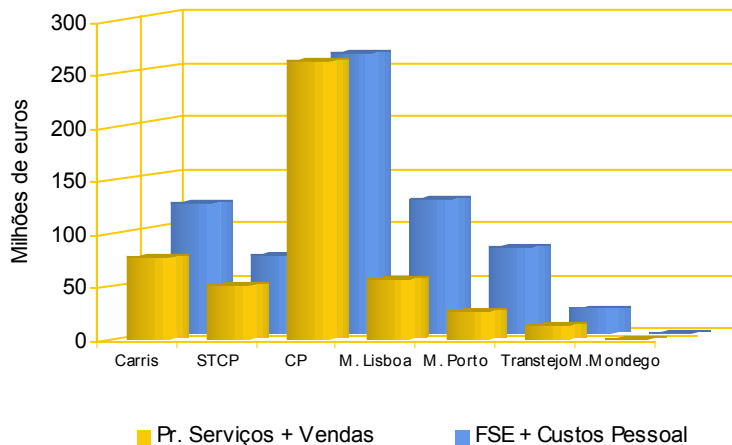
Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(468.534)	(454.137)	(14.397)	-3,2%
Resultado operacional após subsídios	(348.380)	(340.465)	(7.915)	-2,3%
Resultado financeiro	(227.490)	(196.560)	(30.929)	-15,7%
Resultado corrente	(575.869)	(537.026)	(38.844)	-7,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(557.150)</b>	<b>(518.238)</b>	<b>(38.912)</b>	<b>-7,5%</b>
Meios libertos operacionais	(152.411)	(149.104)	(3.307)	-2,2%
Meios libertos líquidos	(361.180)	(326.877)	(34.304)	-10,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Da estrutura de custos das empresas que integram este sector ressaltam os custos directos de produção - fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal – cujo montante agregado excede em 42% os proveitos gerados, sem subsídios.

**Gráfico 6.1.7.2.**  
Peso dos FSE e Custos c/ Pessoal sobre Proveitos em 2006



O **Gráfico 6.1.7.2.** evidencia claramente a insuficiência dos proveitos de exploração para cobrir os custos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal, com excepção da CP em que os valores quase se equilibram, destacando-se as situações da Metro do Porto e da Metropolitano de Lisboa, em que os referidos custos directos atingem o triplo e pouco mais do dobro, respectivamente, dos montantes de proveitos de vendas e prestações de serviços de cada uma dessas empresas.

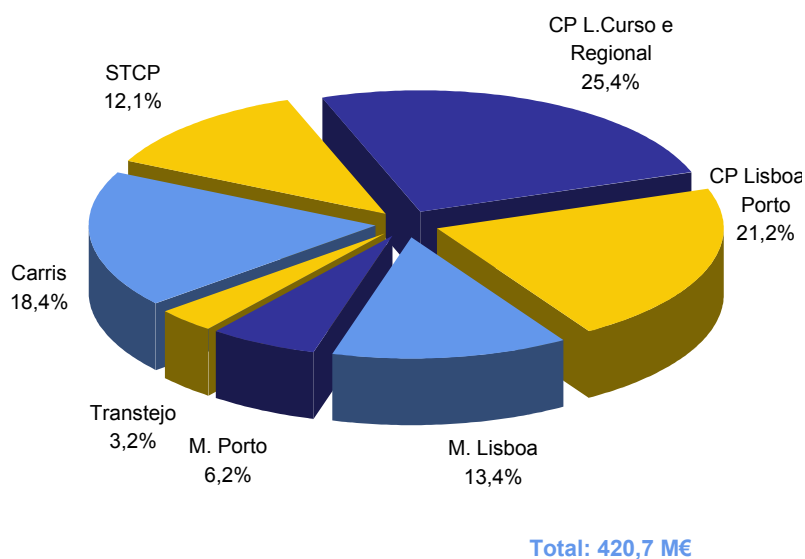


**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Tendo em conta os níveis de insuficiência de financiamento da exploração, facilmente se constata que esta não tem capacidade para libertar recursos. Assim, em 2006, tal como nos anos anteriores, os meios libertos operacionais foram negativos. O mesmo aconteceu com os meios libertos líquidos, neste caso agravados pelo peso negativo dos resultados financeiros.

Não obstante o continuado agravamento da situação deficitária, o volume de negócios agregado do sector registou uma evolução positiva, quer devido ao acréscimo da procura, em termos globais, quer como reflexo dos aumentos tarifários verificados, contudo abaixo dos níveis de crescimentos dos custos. No **Gráfico 6.1.7.3.** apresenta-se a repartição do volume de negócios dos vários operadores, tendo-se retirado, no caso da CP, a parcela de proveitos de exploração referente ao transporte de mercadorias. Ainda assim, a CP destaca-se como o maior operador de transporte público de passageiros, quer nas linhas que opera nas grandes áreas urbanas, quer nas linhas regionais e de longo curso.

**Gráfico 6.1.7.3.**  
**Sector de Transportes**  
**Volume de Negócios**



Em 2006, todas as empresas de transportes, à excepção da Metropolitano de Lisboa, reduziram o seu número médio de trabalhadores em relação ao ano anterior, permitindo, deste modo, que o sector tenha reduzido os custos com o pessoal em cerca de 4,6%. Note-se, contudo, que esta redução foi superada pelo agravamento de 13,3% observado nos custos com fornecimentos e serviços externos, em consequência, sobretudo, do aumento de custos desta natureza observado nas contas da Metro do Porto (+17 M€ relativamente a 2005, correspondente a um agravamento de 27,8%).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.7.2.**  
**Sector dos Transportes**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

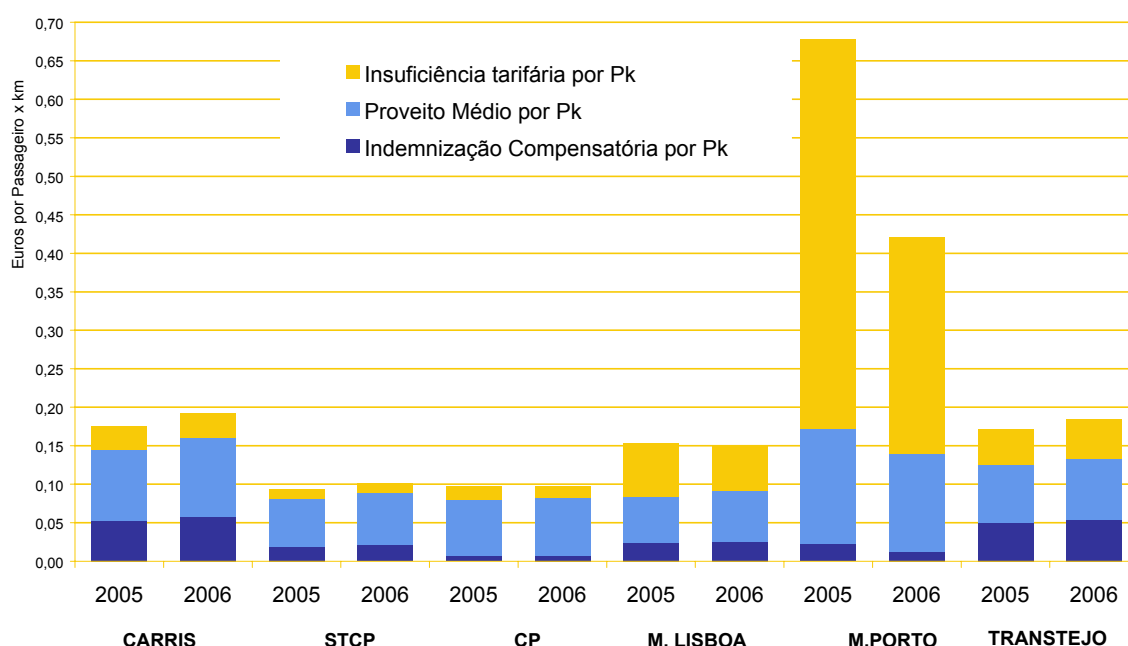
	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	486.802	451.085	35.717,0	7,9%
Custos com pessoal	384.071	402.360	(18.289,2)	-4,5%
Resultado corrente	(575.869)	(537.026)	(38.843,8)	-7,2%
<b>VABcf</b>	<b>282.635</b>	<b>296.243</b>	<b>(13.607,9)</b>	<b>-4,6%</b>
Nº médio de trabalhadores	11.099	11.663	(564)	-4,8%
VABcf per capita	25,5	25,4	0,1	0,3%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Apesar da redução do VAB<sub>cf</sub> em cerca de 4,6%, a diminuição do n.º médio de trabalhadores permitiu um aumento da produtividade por trabalhador em 0,3%, tendo essa evolução positiva sido comum à generalidade das empresas de transportes, à excepção da Metro do Porto e da Transtejo e Metro do Mondego, nestes dois últimos casos sem expressão assinalável.

Em 2006, a tarifa média de equilíbrio para o sector (tarifa que cobre os custos operacionais líquidos de amortizações e provisões) foi, aproximadamente, de 0,129 € por Passageiro x Km (PK), valor acima do registado em 2005, em que aquela tarifa se situou nos 0,126€ ou 0,108 € descontando os custos cobertos pelos subsídios à exploração. Os utentes suportaram, em média, cerca de 0,078 €/PK e o Estado, através de subsídios, 0,019 €/PK.

**Gráfico 6.1.7.4.**  
**Sector de Transportes**  
**Origem dos proveitos por Passageiro x Km**



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Como se verifica no **Quadro 6.1.7.4**, há uma divergência profunda entre a tarifa de equilíbrio de cada operador, encontrando-se no extremo, abaixo da média do sector, a CP, enquanto que, no extremo oposto encontra-se a Metro do Porto, cuja tarifa média de equilíbrio em 2006 eleva-se a 0,420 €/PK, valor inferior ao do exercício anterior graças ao grande aumento de procura, não obstante se ter verificado também um aumento dos custos operacionais. Por este motivo, este operador é que denota igualmente a maior insuficiência tarifária entre os operadores do sector.

A insuficiência tarifária média do sector foi de 0,032 €/PK, ligeiramente inferior à verificada em 2005 (0,034 €/PK). Caso os custos operacionais do sector tivessem estabilizado ao nível de 2005, mantendo-se os restantes parâmetros de 2006 (níveis de procura, proveitos e subsídios), a insuficiência tarifária teria diminuído para 0,027 €/PK em vez dos 0,032 €/PK efectivamente verificados.

No que respeita à estrutura patrimonial, o sector dos Transportes comportou um acréscimo do activo líquido de 174 M€ em relação ao ano anterior, suportado nos investimentos realizados em imobilizado corpóreo pela Metro do Porto e em menor dimensão pelas empresas Metropolitano de Lisboa, CARRIS e Metro Mondego.

**Quadro 6.1.7.3.**  
**Sector dos Transportes**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>7.202.280</b>	<b>7.028.215</b>	<b>174.066</b>	<b>2,5%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(1.958.660)</b>	<b>(1.479.760)</b>	<b>(478.900)</b>	<b>-32,4%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	-
<b>Passivo</b>	<b>9.160.941</b>	<b>8.507.974</b>	<b>652.966</b>	<b>7,7%</b>
Autonomia financeira (%)	-27,2%	-21,1%		
Solvabilidade (%)	-21,4%	-17,4%		
Estrutura patrimonial (%)	77,9%	76,3%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Efectivamente, as rubricas do activo imobilizado da Metro do Porto registaram um crescimento bruto de 297,3 M€ (258,1 M€ líquidos de amortizações e ajustamentos do exercício), justificando a maior fatia de investimentos do sector e revelando-se o contributo mais significativo para o aumento do activo líquido global, atenuado, porém, pela redução do valor líquido do imobilizado da CP (-40 M€) e da Transtejo (-7,6 M€) e de outras rubricas do activo. Merecem ainda referência os investimentos realizados pela Metropolitano de Lisboa, que se traduziram num aumento do seu activo líquido em 20,7 M€.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Todas as empresas de transportes sofreram uma redução dos capitais próprios, com especial destaque para a CP (-193,5 M€), devido ao prejuízo registado no exercício de 192,9 M€, seguindo-se a Metropolitano de Lisboa (-132,5 M€) e a Metro do Porto (-61,5 M€), montante este que não espelha o impacto real dos prejuízos registados, uma vez que esta empresa transfere directamente para os capitais próprios todos os subsídios ao investimento recebidos em vez de os reconhecer como proveitos na medida em que os investimentos vão sendo amortizados.

Esta generalizada variação negativa dos capitais próprios evidencia os prejuízos acumulados pelas empresas, em resultado da insuficiência tarifária e do excessivo recurso a capitais alheios para financiar tal insuficiência e assegurar a cobertura financeira dos investimentos que realizam.

A degradação dos capitais próprios das empresas do sector está bem patente no montante negativo dos resultados transitados acumulados e dos resultados líquidos do exercício, ascendendo, em 2006, ao montante global negativo de 6 542,1 M€, o que se traduz num agravamento de 9,2% relativamente à situação no final de 2005, enquanto que, o capital social do conjunto das empresas consideradas ascende apenas a 2.901,3 M€.

O passivo global do sector cresceu 7,7% no ano em apreço, elevando-se a 9.160,9 M€. Este crescimento é explicado pelo aumento das dívidas a terceiros, cabendo uma parcela de aumento de 290,1 M€ à Metro do Porto, 166,4 M€ à Metropolitano de Lisboa, 97,4 M€ à CP e o remanescente aos outros operadores do sector.

No final de 2006 o passivo global, excluindo as rubricas de acréscimos e diferimentos, ascendia a 8.504,8 M€, sendo 37,9% deste montante da responsabilidade da Metropolitano de Lisboa, 32,1% da CP e 19,9% da Metro do Porto.

O rácio da estrutura patrimonial do sector evidencia uma adequada cobertura do activo fixo pelos capitais permanentes, embora esta cobertura seja realizada sobretudo por capitais alheios a médio e longo prazo.

## **6.1.8. Parpública**

### **6.1.8.1. A actividade da Parpública**

A PARPÚBLICA - Participações Públicas (S.G.P.S.), S.A., foi constituída através do Decreto-Lei n.º 209/2000 de 2 de Setembro, por reestruturação da PARTEST, Participações do Estado



S. R.  
**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

(S.G.P.S.), S.A., com o capital social de 2.000 M€<sup>26</sup>, exclusivamente público, tendo por finalidade:

- a. A gestão de participações em empresas em processos de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b. O desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pela Lei 11/90, de 5 de Abril;
- c. O acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- d. A gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objecto especializado;
- e. O apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças da tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral.

A actividade da PARPÚBLICA tem sido focalizada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização no quadro determinado pela Lei 11/90, de 5 de Abril.

Por força dessas atribuições, a sua carteira de títulos tem sofrido alterações importantes, verificando-se, em 2006, como factos mais relevantes, os processos de reprivatização da Portucel (3ª fase aprovada pelo Decreto-Lei n.º 143/2006, de 28 de Julho) e da Galp Energia (4.ª fase aprovada pelo Decreto-Lei n.º 166/2006, de 14 de Agosto).

Como se observa no [Quadro 6.1.8.1.1.](#), o montante dos investimentos financeiros da empresa passaram de 3 768 M€ para 4 132 M€ no final de 2006, variação esta determinada em boa medida pelo aumento de empréstimos a empresas do grupo, pelo reforço da sua posição, particularmente na GALP e pelo saldo líquido de amortizações e ajustamentos, já que os aumentos decorrentes da aquisição de novas participações tiveram contrapartida nos movimentos de redução da carteira verificados no mesmo período.

No final do exercício de 2006, a PARPÚBLICA tinha registadas participações directas em 33 sociedades, sendo de destacar, pelo elevado valor que representam, as participações na EDP (20,49%), na ANA (68,56%), na REN (50%), na GALP (7%) e na PT (0,064%), na AdP (45,27%) e ainda, pelo impacto relevante na situação patrimonial do grupo, a TAP (100%) e a SAGESTAMO (100%), esta última vocacionada para a gestão de activos imobiliários.

---

<sup>26</sup> O qual não se encontra integralmente realizado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.8.1.1.**

**Grupo Parpública**

**Evolução dos Investimentos Financeiros da Parpública**

Milhares de euros, excepto n.º de títulos

OPERAÇÕES REALIZADAS	Participações no CS		Empréstimos a empresas do grupo	Total
	Nº Títulos	Valor de Balanço		
<b>Investimentos Contabilizados 31.12.2005</b>		<b>3.593.610</b>	<b>174.759</b>	<b>3.768.369</b>
<b>Participações adquiridas ao Estado</b>		<b>1.323.358</b>		<b>1.323.358</b>
Da carteira da DGTF, liquidadas com receitas de privatização				
GALP ENERGIA (antes da privatização)	101.941.545	588.309		588.309
GALP ENERGIA (após privatização)	41.494.501	287.557		287.557
ANA	5.499.929	127.323		127.323
REN	21.361.068	306.168		306.168
Soc. Imobiliária do Autódromo do Estoril	5.832.061	14.000		14.000
<b>Outras aquisições</b>		<b>26.685</b>		<b>26.685</b>
SAGESEGUR		250		
SONAE COM (Permuta acções da Optimus)		24.119		
Soc. Imobiliária do Autódromo do Estoril		2.316		
<b>Diminuições (-)</b>		<b>1.367.906</b>		<b>1.367.906</b>
Portucel Tejo		2.245		
SALVOR		457		
GALP ENERGIA		1.042.766		
OPTIMUS		24.119		
SONAE COM		24.119		
Portucel Industrial		262.022		
Outras participações de baixo valor		12.178		
<b>Empréstimos (a empresas do grupo-valor líquido)</b>			<b>190.352</b>	<b>190.352</b>
<b>Amortizações e ajustamentos</b>		<b>191.242</b>		<b>191.242</b>
<b>Investimentos Contabilizados 31.12.2006</b>		<b>3.766.989</b>	<b>365.110</b>	<b>4.132.099</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Note-se, contudo, que as participações da PARPÚBLICA na ANA, na REN e na GALP, adquiridas ao Estado no final de 2006 e após a 4ª fase de reprivatização desta última, estavam registadas nas contas da empresa de 2006 como adiantamentos por conta de investimentos financeiros, por terem sido concretizadas já no início de 2007. Refira-se ainda que, relativamente à participação na EDP, cuja posição se manteve semelhante à que se verificava no final de 2005, uma parcela de 4,38% do capital (160 milhões de acções) está afecto a uma emissão de obrigações permutáveis, cujos obrigacionistas poderão exercer a opção de serem reembolsados em títulos da EDP.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

A posição actualizada da carteira de participações da PARPÚBLICA consta do seu *sítio* na internet [www.parpública.pt](http://www.parpública.pt).

Ainda no quadro das participações da PARPÚBLICA merece referência a criação da CREDIP em parceria com a Caixa Geral de Depósitos. Trata-se de uma sociedade financeira vocacionada para apoiar o investimento em infra-estruturas, especialmente nos casos de parcerias público privadas ou concessões. O capital inicial é de 10 M€, do qual a PARPÚBLICA detém 20% e a mencionada instituição de crédito o restante.

#### 6.1.8.2. Situação económica e financeira

A PARPÚBLICA terminou o exercício de 2006 com o resultado líquido individual de 638,5 M€. Este excelente desempenho económico ficou a dever-se, essencialmente, ao contributo significativo dos ganhos líquidos da valorização da sua carteira, dos dividendos recebidos e também das mais valias obtidas na alienação de activos financeiros, sendo de destacar os dividendos recebidos, referentes aos resultados de 2005, das suas participações na GALP, na REN e na EDP.

Em termos consolidados, o resultado líquido ascendeu a 791,8 M€ (**Quadro 6.1.8.2.1.**), sendo a diferença relativamente ao resultado obtido nas contas individuais explicada pela aplicação do normativo IFRS / IAS, no âmbito do qual as acções da GALP e da PT detidas pela empresa beneficiaram do efeito do ajustamento para o valor de cotação das mesmas.

#### Quadro 6.1.8.2.1. Grupo Parpública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	266.084	52.026	214.058	411,4%
Resultado operacional após subsídios	282.987	68.548	214.439	312,8%
Resultado financeiro	378.846	126.394	252.452	199,7%
Resultado corrente	661.833	194.942	466.891	239,5%
<b>Resultado líquido</b>	<b>791.832</b>	<b>164.710</b>	<b>627.122</b>	<b>380,7%</b>
Meios libertos operacionais	412.244	169.876	242.368	142,7%
Meios libertos líquidos	921.089	266.038	655.051	246,2%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Nota: As contas consolidadas da empresa, elaboradas segundo o referencial IFRS / IAS, consideram os ganhos e perdas em empresas do grupo e outros de natureza financeira dentro do Resultado Operacional, não evidenciando um resultado financeiro, o qual foi obtido, para efeitos de análise, destacando-se as rubricas que por analogia com a demonstração financeira elaborada de acordo com o referencial POC, correspondem ao Resultado Financeiro.

A elevada variação do resultado operacional decorreu do aumento dos proveitos de exploração registados no exercício, influenciados, por um lado, pela melhoria do volume de negócios

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

imputáveis sobretudo às vendas realizadas pela TAP (**Quadro 6.1.8.2.2.**), incluindo os subsídios à exploração (16,9 e 16,5 M€, respectivamente, em 2006 e 2005), e por outro, pelos ganhos em imobilizações da actividade da PARPÚBLICA registados em “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, permitindo, em conjunto, superar largamente o agravamento de custos verificado. Do lado dos custos de exploração destaca-se os gastos com o pessoal (395 M€ em 2005; 430,5 M€ em 2006) e também os custos com materiais e serviços consumidos (936,9 M€ em 2005; 1 097,5 M€ em 2006), determinados em ambos os casos, pela actividade da TAP.

**Quadro 6.1.8.2.2.**  
**Grupo Parpública**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.908.224	1.553.956	354.268	22,8%
Custos com pessoal	430.473	395.023	35.450	9,0%
Resultado corrente	647.248	179.910	467.338	259,8%
<b>VABcf</b>	<b>614.608</b>	<b>495.323</b>	<b>119.285</b>	<b>24,1%</b>
Nº médio de trabalhadores	7.898	8.122	(224)	-2,8%
VABcf per capita	77,8	61,0	16,8	27,6%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Com efeito, os proveitos decorrentes de vendas e serviços prestados passaram de 1 554 M€ em 2005 para 1 908,2 M€ em 2006, verificando-se que 81% desse valor é imputável à actividade do grupo TAP, detido inteiramente pela PARPÚBLICA.

No entanto, a elevada variação positiva do resultado corrente ficou a dever-se, fundamentalmente, ao bom resultado financeiro obtido pelo grupo, para o qual concorreu decisivamente a gestão de participações financeiras da PARPÚBLICA, graças aos ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas (com destaque para a valorização das participações detidas na REN, na GALP e na EDP), aos dividendos recebidos (líquidos das amortizações do “goodwill”) e das mais valias obtidas nas operações de reprivatização da Portucel e da GALP Energia.

**6.1.8.3. Situação Patrimonial**

A PARPÚBLICA apresenta uma estrutura financeira sólida, consubstanciada em níveis de autonomia financeira acima dos 40% e um *rácio* de solvabilidade de 71%, não obstante o elevado nível de endividamento de algumas das suas subsidiárias, particularmente o grupo TAP.

A variação observada no activo (**Quadro 6.1.8.3.1.**) decorre, sobretudo, da actividade da PARPÚBLICA como sociedade gestora de participações, reflectindo, também, o peso das



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

variações patrimoniais das suas subsidiárias, em especial do grupo TAP. De facto, da sua actividade ressalta o aumento do montante da rubrica do activo Investimentos Financeiros, influenciada pelas alterações a que se referiu no [Quadro 6.1.8.1.1.](#), que justificam a maior parcela do aumento do activo, enquanto que, da actividade do grupo TAP, destaca-se o valor contabilístico do equipamento básico afecto ao transporte aéreo, no montante de 1 597,3 M€, (mais 145,7 M€ face ao exercício anterior), referente a 3 aeronaves Airbus 330.

**Quadro 6.1.8.3.1.**  
**Grupo Parpública**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>7.904.630</b>	<b>6.680.962</b>	<b>1.223.668</b>	<b>18,3%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>3.274.930</b>	<b>2.935.656</b>	<b>339.274</b>	<b>11,6%</b>
Interesses minoritários	23.047	25.016	(1.969)	-7,9%
<b>Passivo</b>	<b>4.606.653</b>	<b>3.720.290</b>	<b>886.363</b>	<b>23,8%</b>
Autonomia financeira (%)	41,4%	43,9%		
Solvabilidade (%)	71,1%	78,9%		
Estrutura patrimonial (%)	109,3%	131,0%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

No passivo consolidado também se observa um agravamento resultante, em grande parte, do aumento de endividamento do grupo em 748 M€ ([Quadro 6.1.8.3.2.](#)), do qual, cerca de 530 M€ decorrente da actividade da PARPÚBLICA, se bem que superado, em termos absolutos, pelo aumento do activo imobilizado, permitindo ao grupo manter uma estrutura financeira adequada e as notações de *rating* AA (atribuídas pelas agências CPR e Standard & Poors) e Aa2 (atribuída pela Moody's).

**Quadro 6.1.8.3.2.**  
**Grupo Parpública**  
**Dívida Bancária Consolidada**

Milhares de euros, excepto percentagens

RUBRICAS	2006	2005	Variação em Valor	Var. %
<b>Passivo não corrente</b>	<b>2.730.084</b>	<b>2.491.168</b>	<b>238.916</b>	<b>9,60%</b>
Obrigações	2.090.188	1.719.046	371.142	21,60%
Créditos bancários	639.896	423.122	216.774	51,20%
Outros	0	349.000	-349.000	-100,00%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>528.138</b>	<b>19.054</b>	<b>509.084</b>	<b>2671,80%</b>
Créditos bancários	28.138	19.054	9.084	47,70%
Outros	500.000	0	500.000	
<b>Total</b>	<b>3.258.222</b>	<b>2.510.222</b>	<b>748.000</b>	<b>29,80%</b>
<b>Outras rubricas relevantes do passivo</b>				
Fornecedores de imobilizado	504.248	422.862	81.386	19,20%
Documentos pendentes de voo	168.465	117.047	51.418	43,90%

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

O aumento remanescente do passivo é explicado pelas contas da TAP, quer devido às responsabilidades por contratos de locação financeira, quer pelos empréstimos bancários, no montante total de 639,9 M€, registados em 2006 no passivo não corrente, representando um aumento de 216,8 M€ face ao exercício anterior. Os valores registados como dívidas a fornecedores de imobilizado resultam de operações de locação financeira contratadas pela TAP para aquisição de equipamento de voo e o valor de “Documentos pendentes de voo” refere-se a venda de viagens ainda não concretizadas, que se traduzirão em proveitos ou em débitos a favor de outros operadores.

### **6.1.9. Outros sectores**

A apreciação que se segue trata um conjunto de empresas integradas em vários ramos de actividade, não constituindo, por isso, um sector homogéneo, mas antes um agregado residual. As empresas que integram este conjunto encontram-se identificadas no **Quadro 6.1.9.1.**

#### **Quadro 6.1.9.1.** **Outros Sectores** **Sociedades que integram Outros Sectores**

<b>Designação das Sociedades</b>
API – Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E.
EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.
ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A.
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, (S.G.P.S.), S.A. <sup>(1)</sup>
Portugal Vela 2007 – Sociedade Promotora da Realização em Portugal do Campeonato Mundial de Classes Olímpicas da Vela 2007, S.A.
TNDM II – Teatro Nacional D. Maria II, S.A.

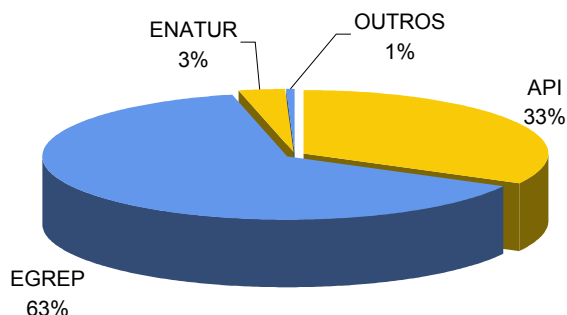
<sup>(1)</sup> Embora a actividade desta sociedade se assemelhe ao capital de risco, segue o plano de contas das sociedades comerciais, o que inviabiliza a sua inclusão naquele sector.

Existindo uma grande disparidade entre as empresas em questão, ao nível quer da actividade desenvolvida, quer da sua dimensão, assim como de estrutura de proveitos, custos e situação patrimonial, que impede uma análise coerente da sua evolução numa perspectiva de conjunto, privilegiou-se a análise individual das empresas de maior dimensão (**Gráfico 6.1.9.1.**).

Importa, ainda, realçar que os dados de 2005 referentes à Sociedade Imobiliária Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A. foram retirados, para efeitos de análise comparativa, uma vez que em 2006 esta sociedade deixou de integrar a carteira de participações do Estado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 6.1.9.1.**  
**Outros Sectores**  
**Volume de Negócios em 2006**



Em termos globais, verificou-se um agravamento dos resultados agregados, fruto da degradação dos indicadores de quase todas as empresas que integram o sector (**Quadro 6.1.9.1.**).

**Quadro 6.1.9.2.**  
**Outros Sectores**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(5.621)	9.873	(15.494)	-156,9%
Resultado operacional após subsídios	6.886	9.915	(3.029)	-30,5%
Resultado financeiro	(10.965)	(8.326)	(2.639)	-31,7%
Resultado corrente	(4.078)	1.589	(5.668)	-356,6%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(2.359)</b>	<b>276</b>	<b>(2.634)</b>	<b>-955,6%</b>
Meios libertos operacionais	13.934	17.458	(3.523)	-20,2%
Meios libertos líquidos	4.689	7.818	(3.129)	-40,0%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A evolução negativa do resultado líquido global deve-se, principalmente, ao agravamento do resultado líquido da API e do TNDM II, não compensada pela melhoria do resultado líquido da ENATUR e do FRME. A EGREP e a Portugal Vela 2007 apresentaram, em 2006, um resultado líquido quase nulo.

No período em análise, o volume de negócios global sofreu uma evolução desfavorável de 19,6%, devido, fundamentalmente, à diminuição do volume de negócios da API (-1,0 M€), do TNDM II (-4,7 M€) e da EGREP (-5,0 M€).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.1.9.3.**  
**Outros Sectores**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	50.826	63.208	(12.382)	-19,6%
Custos com pessoal	9.467	10.566	(1.098)	-10,4%
Resultado corrente	(4.078)	1.589	(5.668)	-356,6%
<b>VABcf</b>	<b>24.550</b>	<b>29.220</b>	<b>(4.669)</b>	<b>-16,0%</b>
Nº médio de trabalhadores	155	269	(114)	-42,4%
VABcf per capita	158,4	108,6	49,8	45,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Quanto à redução dos custos com o pessoal, evidenciado no **Quadro 6.1.9.3.**, esta é explicada, no essencial, pela API e pela ENATUR.

Em termos da estrutura patrimonial, a EGREP, com um activo líquido de 294,5 M€ em 2006, foi a empresa com maior variação face a 2005, devido, essencialmente, à variação ocorrida na rubrica de existências, a qual regista a contabilização das reservas de produtos petrolíferos.

**Quadro 6.1.9.4.**  
**Outros Sectores**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>649.808</b>	<b>577.982</b>	<b>71.827</b>	<b>12,4%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>174.537</b>	<b>199.840</b>	<b>(25.303)</b>	<b>-12,7%</b>
Interesses minoritários	2.235	2.098	137	6,5%
<b>Passivo</b>	<b>473.036</b>	<b>376.043</b>	<b>96.993</b>	<b>25,8%</b>
Autonomia financeira (%)	26,9%	34,6%		
Solvabilidade (%)	36,9%	53,1%		
Estrutura patrimonial (%)	257,6%	187,9%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

No que respeita ao passivo, a API e, sobretudo, a EGREP, constituem as sociedades que mais contribuíram para o seu agravamento. Na EGREP, essa situação resultou da necessidade de proceder à constituição da totalidade das reservas de produtos petrolíferos, para o que, de acordo com o seu modelo de financiamento, recorreu ao endividamento bancário.

O passivo da ENATUR também sofreu ajustamentos devido, fundamentalmente, à negociação com as entidades financeiras dos compromissos de curto prazo para conversão em empréstimos de médio e longo prazo.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Com uma situação líquida de 130,3 M€, a API continuava a gozar, em 2006, de uma boa estrutura financeira, apresentando uma autonomia financeira de 59,3%, uma solvabilidade de 149,6% e um *rácio* de capitais permanentes sobre o activo fixo de 127%.

### 6.1.10. Empresas Sedeadas no estrangeiro

Este sector integra apenas a HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.R.L., tendo sido os seus documentos de prestação de contas convertidos de meticais (MZN) para euros, por aplicação da taxa de câmbio referente a 31 de Dezembro de 2006, publicada pelo Banco de Portugal. Salienta-se, ainda, que o plano de contas utilizado pela empresa não é semelhante ao POC português.

Relativamente ao exercício de 2006, salienta-se como facto que mais significado e maiores implicações terá no futuro da empresa, a celebração, no dia 31 de Outubro de 2006, entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, de um Protocolo em que ambos se comprometeram a desenvolver um conjunto de medidas, com vista à reversão e transferência do controlo da HCB para a República de Moçambique, na sequência da reorganização dos capitais próprios da empresa.

Este processo ficou condicionado ao pagamento de uma parcela da dívida daquela empresa à República Portuguesa, no montante de 250 MUSD, realizado naquela mesma data, e à entrega a Portugal do montante de 700 MUSD, como preço das acções a alienar pela República Portuguesa, imediatamente após a conversão dos seus créditos em capital.

A HCB encerrou o exercício de 2006 com resultados negativos de cerca de 186,2 M€, o que representa uma evolução favorável de 234,4 M€ face ao prejuízo registado em 2005.

#### Quadro 6.1.10.1 Sector das Empresas Sedeadas no Estrangeiro Evolução dos Resultados da HCB

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	86.238	41.667	44.571	107,0%
Resultado operacional após subsídios	86.238	41.667	44.571	107,0%
Resultado financeiro	(280.327)	(461.874)	181.547	39,3%
Resultado corrente	(194.089)	(420.207)	226.118	53,8%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(186.202)</b>	<b>(420.673)</b>	<b>234.471</b>	<b>55,7%</b>
Meios libertos operacionais	112.846	68.614	44.232	64,5%
Meios libertos líquidos	(159.593)	(393.726)	234.133	59,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Na origem daquele prejuízo esteve o resultado financeiro negativo, registado por força dos encargos financeiros resultantes da depreciação do MZN, em termos médios, face às divisas em que os juros são contabilizados e dos indexantes das taxas de juro.

Contudo, o resultado operacional foi positivo. Contribui para este facto o aumento do valor das vendas de energia, que atingiu os 148,4 M€ em 2006, reflectindo uma variação positiva de 45% em relação a de 2005, que ultrapassou em muito o aumento dos custos.

**Quadro 6.1.10.2**  
**Sector das Empresas Sedeadas no Estrangeiro**  
**Indicadores de Gestão Operacional da HCB**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	148.583	102.522	46.061	44,9%
Custos com pessoal	15.202	18.991	(3.789)	-20,0%
Resultado corrente	(194.089)	(420.207)	226.118	53,8%
<b>VABcf</b>	<b>128.371</b>	<b>87.834</b>	<b>40.537</b>	<b>46,2%</b>
Nº médio de trabalhadores	632	637	(5)	-0,8%
VABcf per capita	203,1	137,9	65,2	47,3%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Em termos patrimoniais, a avaliação da situação líquida da HCB deve ter em conta as diferenças entre o POC da empresa e o português. Estas diferenças são acentuadas quanto ao tratamento das provisões, que no primeiro integram o capital próprio e, no segundo, o passivo. Assim, o agravamento da situação líquida da empresa deu-se, não só por via do resultado, mas também pela anulação da rubrica de provisões relacionada com o chamado Prémio de Fiabilidade, registada pela empresa no capital próprio.

**Quadro 6.1.10.3**  
**Sector das Empresas Sedeadas no Estrangeiro**  
**Estrutura Patrimonial da HCB**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>1.870.016</b>	<b>1.827.999</b>	<b>42.017</b>	<b>2,3%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(182.615)</b>	<b>111.059</b>	<b>(293.675)</b>	<b>-264,4%</b>
Interesses minoritários	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>2.238.833</b>	<b>2.137.116</b>	<b>101.717</b>	<b>4,8%</b>
Autonomia financeira (%)	-9,8%	6,1%		
Solvabilidade (%)	-8,2%	5,2%		
Estrutura patrimonial (%)	110,6%	131,6%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas



S. R.  
**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

O acréscimo de 4,8% no passivo deve-se, essencialmente, à depreciação do metical face a todas as moedas de referência (USD, EUR, ZAR), com o consequente aumento do endividamento da empresa.

## **6.2. Empresas públicas financeiras**

As empresas públicas financeiras comportam o Grupo CGD e a PME Investimentos, S.A. A segunda integra o sector pelo facto de revestir a forma jurídica de sociedade de investimento.

O Grupo CGD é considerado o maior grupo financeiro português em termos de montante do balanço, quer na actividade bancária, quer na actividade seguradora, com um capital social de 2 950 milhões de euros (inteiramente detido directamente pelo Estado) e um activo líquido consolidado, em 31 de Dezembro de 2006, da ordem dos 96 245,8 M€.

A PME Investimentos tem um capital social de 27,5 M€, com uma participação pública de 81,4% (15,03% directamente do Estado e 66,4% através do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) e um activo líquido total, no final de 2006, de 25,8 M€, cerca de 0,027% do activo do Grupo CGD.

Face à dimensão do Grupo CGD, expressa no montante do seu activo, o peso da agregação das contas da PME Investimento revela-se desprezível para efeitos de análise da evolução do sector, pelo que, as variações observadas nos indicadores de natureza económica e financeira que apresentamos ao longo deste texto serão explicadas pelos movimentos do Grupo CGD, tanto mais que, apesar de assumir a forma jurídica de sociedade de investimento, a PME Investimentos não se tem dedicado à realização de operações de crédito, desenvolvendo a sua actividade na vertente de operador de capital de risco, nomeadamente através dos fundos de capital de risco para investidores qualificados que mantêm sob gestão, matéria esta que será abordada no ponto seguinte deste relatório.

A actividade individual da CGD representa 75,7% do activo líquido do grupo, enquanto que a actividade bancária no conjunto das empresas do grupo representa 87,8% do activo líquido, sendo os restantes 12,2% afectos à actividade seguradora (**Quadro 6.2.1.**).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.2.1.**  
**GRUPO CGD**  
**Activo líquido consolidado**

Milhões de euros, excepto percentagens

Empresas do Grupo	2006	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	72.904	75,7%
Caixa - Seguros	11.761	12,2%
Banco Caixa Geral (Espanha)	3.321	3,5%
BNU - Banco Nacional Ultramarino (Macau)	1.381	1,4%
Caixa - Banco de Investimento	1.305	1,4%
Caixa Leasing e Factoring	2.124	2,2%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	494	0,5%
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	344	0,4%
Outras empresas do grupo	2.613	2,7%
<b>Activo Líquido Consolidado</b>	<b>96.247</b>	<b>100%</b>

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2006

Em 2006, a quota do Grupo CGD na concessão de crédito a clientes foi de 21,2% e em depósitos de 29,9% no mercado nacional. Nos seguros, a quota de mercado da produção do ano atingiu os 24,2%, distribuído pelos ramos Vida e Não-Vida, com 20% e 32,6%, respectivamente.

Para além da actividade bancária e seguradora, o Grupo CGD estende a sua acção a outras actividades auxiliares, destacando-se as de carácter cultural e artístico, sobretudo através da Culturgest (100%) e as de carácter sócio económico, através dos protocolos celebrados a Associação Nacional de Direito ao Crédito e com o Serviço Jesuíta aos Refugiados, no âmbito de operações de microcrédito.

A sua carteira de participações financeiras incluía, no final de 2006, um conjunto relevante de empresas com forte influência no mercado de capitais, designadamente a Portugal Telecom (5,13%), a EDP (5%), a Cimpor (2,08%), a Galp Energia (1,39%), a REN (19,99%), a AdP (20,37%) e o Banco Comercial Português (2,4%).

**a) Actividade Bancária**

A evolução favorável verificada no sector contribuiu para o desempenho positivo. A actividade bancária do Grupo CGD estende-se por 4 áreas de actuação:

- Banca Comercial, através da própria CGD, do Banco Caixa Geral – Espanha (99,8%), do BNU – Macau (100%), da CGD Subsidiária Offshore Macau (100%), do Banco Interatlântico – Cabo Verde (70%), do Banco Comercial Atlântico - Cabo Verde (65%), do Mercantile Bank Holding – África do Sul



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

(91,8%), da Caixa Internacional, SGPS, S.A. (100%) e do Banco Comercial e de Investimento – Moçambique (42%).

- Banca de Investimento e Capital de Risco, através da GERBANCA, SGPS (100%), da Caixa Banco de Investimento (99,7%), da Caixa Capital (100%), da Caixa Desenvolvimento, SGPS (100%) e da PROMOTORA – Cabo Verde (62,2%).
- Gestão de Activos, através da Caixa Gestão de Activos, SGPS (100%), da Caixa Gest (100%), da CGD Pensões (100%) e da Fundimo (100%).
- Crédito Especializado, através da Caixa Leasing e Factoring - IFIC (100%) e da BCI ALD – Moçambique (100%).

O sector Bancário continuou a evoluir de forma positiva em 2006, beneficiando da aceleração do crédito interno total, que cresceu 7,4% face ao ano anterior, com destaque para a concessão de crédito às empresas, ao consumo privado e à administração pública, que registaram variações positivas de 10,7%, 10,1% e 5,7%, respectivamente.

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou 58,8 mil M€, mais 13,8% do que o ano passado, dos quais 46,3 mil M€ decorrentes da actividade doméstica. O segmento de crédito a particulares representou a maior fatia, com destaque para o crédito para aquisição de habitação.

**Quadro 6.2.2.**

**GRUPO CGD**

**Saldo de Crédito a Clientes em 2006**

*Milhões de euros, excepto percentagens*

<b>Segmentos</b>	<b>Valor em 2006</b>	<b>Estrutura</b>	<b>Variação relativa a 2005</b>
Particulares	33.837	57,5%	10,7%
Empresas	21.746	37,0%	15,8%
SPA	3.242	5,5%	15,5%
<b>Total</b>	<b>58.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,8%</b>

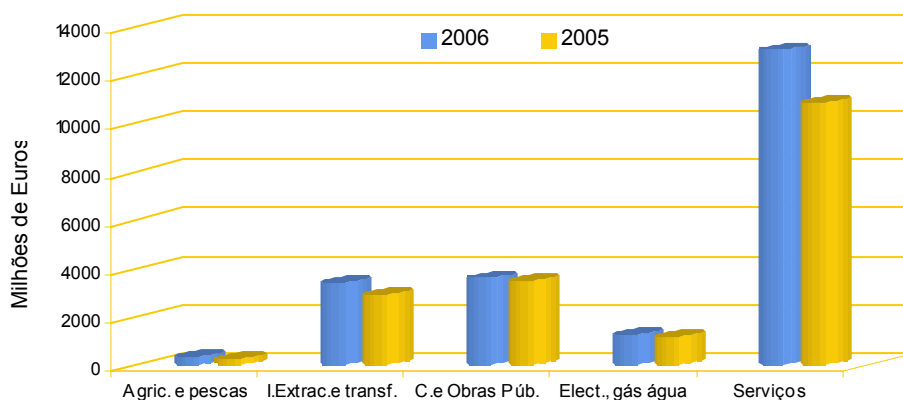
Fonte: CGD - Relatório & Contas de 2006

Contudo, a variação mais significativa foi a observada no segmento empresas, situando-se o maior volume de saldo de crédito concedido, nas empresas do sector de serviços, observando-se também neste sector a variação positiva mais significativa relativamente a 2005.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 6.2.1.  
Grupo CGD

SALDO DE CRÉDITO A EMPRESAS POR RAMOS DE  
ACTIVIDADE



Na construção e obras públicas, segundo sector de actividade em termos de saldo de volume de crédito concedido, não se registou uma variação assinalável relativamente ao ano passado, traduzindo o abrandamento da actividade do sector.

O Grupo CGD possuía, no final de 2006, 1 136 agências bancárias, das quais 789 em Portugal e 347 no estrangeiro, tendo procurado reforçar também a sua presença no mercado internacional, dispondo, para o efeito, de uma rede de 8 sucursais bancárias no exterior - Nova Iorque, Londres, França, Luxemburgo, Zhuhai (R.P. da China), Timor Lorosae, Ilhas Caimão, Mónaco - e de 7 filiais na área da banca comercial, em Espanha, Macau, Cabo Verde, África do Sul e Moçambique.

Em termos internacionais e no domínio da actividade bancária, o Grupo CGD ocupa a 109ª posição, de acordo com o critério volume de activos, enquanto que em termos de volume de capitais próprios a sua posição no ranking mundial desce para a 140ª posição. Ainda no domínio da actividade bancária e de acordo com o critério do activo, o Grupo ocupa a 68ª posição entre os bancos europeus.

Segundo o relatório de gestão da CGD referente a 2006, as três principais agências de *rating* internacionais – STANDARD & POOR'S, MOODY'S e FITCH RATINGS – atribuíram as seguintes notações à CGD:

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.2.3.**  
**Grupo CGD**  
**Notação de *rating***

AGÊNCIA	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook	Data
Standard & Poor's	A-1	A+	Estável	Jul-06
Moody's	Prime-1	Aa3	Estável	Set-06
Fitchratings	F1+	AA-	Negativo	Set-06

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2006

O *Outlook* negativo atribuído pela FITCHRATINGS em Setembro de 2006, reflecte exclusivamente a mesma posição atribuída à República Portuguesa.

**b) Actividade Seguradora**

A actividade seguradora do Grupo CGD é exercida, essencialmente, através das companhias de seguros Fidelidade – Mundial (100%, Império Bonança (100%), Via Directa (100%), Cares (100%) e Garantia - Cabo Verde (80,9%), operando no mercado sob as marcas das companhias referidas e ainda pela Ok! Teleseguro e Multicare.

O Grupo desenvolve ainda um conjunto de actividades complementares dos seguros através das empresas HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS (100%), GEP - Gestão de Peritagens Automóveis (100%), EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança (100%), EPS – Gestão de Sistemas de Saúde (100%), LCS – Linha de Cuidados de Saúde (100%) e Fidelidade Mundial SGII (100%).

A estrutura de distribuição da actividade seguradora do grupo comporta os canais bancário, postal e telefónico, bem como a rede de agências (153), lojas exclusivas (252) e ainda lojas em *franchising* (122).

Em 2006 o Grupo CGD reforçou a sua liderança no mercado segurador doméstico, nos prémios de seguro directo, cujo montante ascendeu a 3 247 milhões de euros, elevando a sua quota de mercado de 22,3%, em 2005, para 24,2%, em 2006, graças ao crescimento de 15,2% observado no ramo Vida.

**c) Situação Económica e Financeira**

Como se disse anteriormente, os indicadores de análise económica e financeira que a seguir se apresentam agregam as contas do Grupo CGD e da PME Investimentos, mas a evolução do sector será explicada pelos movimentos observados nas contas do Grupo CGD, face à manifesta preponderância da sua dimensão no sector e ao facto da PME Investimentos não desenvolver actividade bancária.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Assim, o resultado líquido consolidado do sector foi de 734,6 M€ (**Quadro 6.2.4.**), reflectindo, sobretudo, o resultado líquido consolidado do Grupo CGD, que ascendeu a 733,8 M€ em 2006, representando um crescimento de 36,8%, destacando-se os contributos da actividade bancária doméstica com 456 M€ e da actividade seguradora com 153 M€, traduzindo um crescimento do produto da actividade bancária e seguradora de 13,1%, enquanto que os custos operativos cresceram apenas 4,1%. O resultado obtido beneficiou, ainda, dos resultados em empresas associadas, que somaram 109,7 M€, no qual se inclui a mais valia de 75,1 M€ proveniente da REN, pela venda da sua participação na GALP. Por seu turno, a PME Investimentos registou um resultado líquido de 826 m€, mais 4% relativamente ao exercício anterior.

Em termos individuais, a CGD registou um resultado líquido de 539,6 M€, justificando-se a diferença relativamente ao resultado consolidado pelos critérios de valorização dos activos subjacentes aos diferentes referenciais contabilísticos utilizados.

**Quadro 6.2.4.**  
**Sector Financeiro**  
**Evolução dos Resultados Consolidados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Margem Financeira Alargada	1.765.227	1.454.885	310.342	17,58%
Produto Actividade Bancária \ Financeira	2.388.325	2.116.346	271.980	11,39%
Produto Actividade Bancária e Seguradora	2.974.073	2.628.994	345.079	11,60%
Resultado Bruto de Exploração	1.288.097	998.960	289.137	22,45%
<b>Resultado Líquido Consolidado</b>	<b>734.634</b>	<b>538.459</b>	<b>196.175</b>	<b>36,43%</b>
Meios Libertos Operacionais	1.440.902	1.124.202	316.700	28,17%
Meios Libertos Líquidos	1.190.115	948.879	241.236	25,42%

Fonte: Relatórios e Contas das Empresas

*Nota: Resultado Bruto de Exploração = Produto de Act. Bancária e Seg. + Produto de outras actividades - Custos com Pessoal - Outros Gastos Administrativos - Depreciações e Amortizações; Meios Libertos Operacionais = Resultado Bruto de Exploração + Depreciações e Amortizações; Meios Libertos Líquidos = Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações - Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações - Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.*

A margem financeira registou uma melhoria assinalável (17,58%) devido, essencialmente, a uma melhoria na margem de juros (+24,9%). O produto da actividade bancária e financeira ascendeu, assim, a 2 388,3 M€ (+11,39%), incluindo os resultados em operações financeiras (130,7 M€), rendimentos de serviços e comissões (364,7 M€) e outros resultados de exploração (123,3 M€). O resultado da actividade seguradora ascendeu a 586,2 M€, mais 14,4% relativamente ao exercício anterior, contribuindo para uma melhoria do produto global em 11,6%.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O resultado de exploração registou uma melhoria substancial, reflectindo o aumento do produto da actividade bancária e seguradora, que superou largamente o aumento dos custos, designadamente os custos operativos, que aumentaram apenas 4,1%.

Na sequência da melhoria do resultado da actividade do Grupo CGD, e mantendo-se uma continuada redução do número de efectivos (-778), não obstante o aumento de número de balcões (+18 em Portugal e +19 no estrangeiro), o VAB<sub>cf</sub> *per capita* registou um aumento de 23 m€, passando para 119 m€ em 2006 (**Quadro 6.2.5.**).

**Quadro 6.2.5.**  
**Sector Financeiro**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Custos com pessoal	937.938	860.289	19.150	3,40%
N.º de Agências	1136	1099	37	3,37%
<i>Portugal</i>	789	771	18	2,33%
<i>Estrangeiro</i>	347	328	19	5,79%
<b>VABcf</b>	<b>2.378.839</b>	<b>1.984.491</b>	<b>394.349</b>	<b>19,87%</b>
N.º de trabalhadores	20.047	20.795	(748)	-3,60%
<i>Instituições bancárias</i>	13.457	13.646	(189)	-1,39%
<i>Seguradoras</i>	3.441	3.822	(381)	-9,97%
<i>Outras actividades</i>	3.149	3.327	(178)	-5,35%
<b>VABcf per capita</b>	<b>119</b>	<b>95</b>	<b>23</b>	<b>24,34%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O activo líquido consolidado do sector ascendeu a 96 271,6 M€, representando um crescimento de 11,31% relativamente ao período anterior, do qual apenas 25,8 M€ constitui activo da PME Investimentos. Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, o aumento verificado no crédito a clientes e as aplicações em títulos do Grupo CGD, destacando-se como principais aplicações no exercício de 2006 o reforço da carteira com a aquisição de 1% da GALP e na CIMPOR, onde passou a deter 2,08%.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.2.6.**  
**Sector Financeiro**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo Líquido</b>	<b>96.271.585</b>	<b>86.488.190</b>	<b>9.783.396</b>	<b>11,31%</b>
<b>Cap. Próprios e equiparados</b>	<b>5.037.879</b>	<b>4.348.629</b>	<b>689.251</b>	<b>15,85%</b>
Recursos alheios	73.479.344	66.870.391	6.608.953	9,88%
Exigibilidades diversas	17.754.362	15.269.170	2.485.192	16,28%
TIER 1 (B. Portugal)	7,40%	7,40%	-	-
Solvabilidade (B. Portugal)	10,50%	12,40%	-	-
Crédito com incumprimento / Crédito Total	2,29%	2,69%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Os capitais próprios totalizaram 5 037,9 M€, tendo aumentado 689,3 M€ graças ao contributo da contribuição dos resultados não distribuídos em “Outras reservas” e a variação do resultado do exercício.

A redução do *rácio* de solvabilidade ficou a dever-se à alteração do critério de cálculo dos fundos próprios introduzido em 2006.

### 6.3. Capital de risco

A carteira de participações do Estado em entidades de capital de risco (CR) integrava, no final de 2006, uma participação de 15,03% numa Sociedade de Capital de Risco (SCR) - PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, SA, - e em seis Fundos de Capital de Risco para Investidores Qualificados (FIQ), apresentando-se no **Quadro 6.3.1.** a percentagem de participação directa do Estado no capital subscrito e as respectivas sociedades gestoras:

**Quadro 6.3.1**  
**Fundos de Capital de Risco**

FIQ	Participação Directa do Estado <sup>27</sup>	Sociedade Gestora
Grupo CGD - Caixa Capital	7,69%	CGD, AS
API - Capital I	50,00%	API, EPE
PME Capital	64,88%	PME Capital - Sociedade Port. Capital Risco, SA
PME Capital Valor <sup>28</sup>	6,64%	
PME Investimentos	75,06%	PME Investimentos - Soc. Investimentos, SA
PME Investimentos Valor <sup>29</sup>	6,58%	

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

<sup>27</sup> Para além das participações directas do Estado, salienta-se que também algumas entidades públicas (IAPMEI, ICEP, API e CGD) são detentoras de participações em sociedades gestoras e FCR.

<sup>28</sup> Anteriormente designado por PME Capital Retex.

<sup>29</sup> Anteriormente designado por PME Investimentos Retex.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O Estado detém, ainda, participação num Fundo de Investimento de Capital de Risco em Moçambique FICREM – Moçambique, gerido pela GCI – Sociedade de Capital de Risco, SARL, com uma participação de 5,06%.

Através do Regulamento da CMVM<sup>30</sup> n.º 12/2005, de 25 de Novembro, foi estabelecida a aplicação do POC à organização da contabilidade das SCR e FCR, excepto quando se disponha de forma diferente no referido Regulamento.

Por outro lado, pelo Regulamento da CMVM n.º 1/2006, de 5 de Janeiro, foi definido um conjunto de metodologias e critérios de avaliação dos activos, que se baseiam no justo valor, com vista a uniformizar a avaliação dos activos que integram o património das SCR e FCR.

A aplicação da regulamentação atrás referidas às contas de 2006, bem como as alterações do referencial contabilístico daí decorrentes, impedem a comparação dos indicadores constantes do Relatório do SEE - 2006 com os que se referem no actual relatório.

**Quadro 6.3.2**  
**Sector de Capital de Risco**  
**Evolução dos Resultados**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional	(6.284)	(3.848)	(2.436)	-63,3%
Resultado financeiro	5.739	5.176	563	10,9%
Resultado extraordinário	6.182	2.653	3.529	133,0%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>5.300</b>	<b>3.977</b>	<b>1.323</b>	<b>33,3%</b>
Meios libertos operacionais	(5.402)	(3.488)	(1.914)	-54,9%
Meios libertos líquidos	4.735	2.982	1.753	58,8%

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

O aumento do resultado líquido em 1,3 M€, ficou a dever-se, exclusivamente, à variação positiva registada pelo FIQ Grupo CGD – Caixa Capital. Para a obtenção daquele resultado foi decisivo o acréscimo de 133,0% no resultado extraordinário registado, alcançado sobretudo pela alienação de investimentos financeiros efectuada por este fundo, que permitiu superar o agravamento do resultado operacional negativo registado no mesmo período.

<sup>30</sup> Competências atribuídas à CMVM pelos Decretos Lei n.ºs 151/2004, de 29 de Junho e 319/2002, de 28 de Dezembro.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 6.3.3**  
**Sector de Capital de Risco**  
**Evolução das Operações**

Unidades, excepto milhares de euros

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
Investimento total	28	45	(17)	-37,8%
Investimento novas operações	12	32	(20)	-62,5%
Vendas totais	17	7	10	142,9%
Vendas parciais	4	3	1	33,3%
Abates por falência	4	1	3	300,0%
<b>Mais Valias Líquidas</b>	<b>6.073</b>	<b>1.800</b>	<b>4.273</b>	<b>237,4%</b>

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

O ano de 2006 foi marcado por uma diminuição, em cerca de 37,8%, do número de operações de investimento realizadas, sobretudo em novas operações, que registaram um decréscimo de 62,5%. No que concerne aos desinvestimentos (vendas e abates por falência), o acréscimo de operações realizadas proporcionou um aumento de mais-valias obtidas, em cerca de 4,3 M€, para as quais o FIQ CGD – Caixa Capital deu uma contribuição de cerca de 71%.

No final do exercício, o conjunto dos FCR e a SCR directamente participados pelo Estado detinham participações em 72 empresas, com um valor global investido em 149,5 M€.

**Quadro 6.3.4**  
**Sector de Capital de Risco**  
**Estrutura Patrimonial**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>244.499</b>	<b>244.111</b>	<b>388</b>	<b>0,2%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>189.903</b>	<b>188.196</b>	<b>1.707</b>	<b>0,9%</b>
<b>Passivo</b>	<b>54.596</b>	<b>55.915</b>	<b>(1.319)</b>	<b>-2,4%</b>
Autonomia financeira (%)	77,7%	77,1%		
(Dispon+Aplic. Tesour.)/Activo Líquido (%)	27,5%	33,2%		
Imobilizado/Capitais próprios e equiparados (%)	78,9%	75,1%		

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

Em termos patrimoniais destaca-se o decréscimo do passivo, em cerca de 2,4%, resultante da conjugação entre a diminuição das dívidas de terceiros a médio/longo prazo e a curto prazo e o aumento dos acréscimos e diferimentos.

Importa, ainda, referir que a PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA, para além da sua actividade de gestão dos FIQ, realizou um investimento, no valor de 0,4 M€, integrado directamente na carteira da Sociedade, o qual assumiu um carácter excepcional, correspondendo à aquisição de uma participação anteriormente detida pelo Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI. Em 31 de Dezembro de 2006, a carteira dessa





S.

R.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Sociedade integrava 17 participações directas (todas minoritárias, sendo que três delas com uma participação superior a 20%), com um valor de investimento de 11,0 M€, do qual aproximadamente 1,0 M€ revestia a forma de suprimentos concedidos a participadas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

## 7. Financiamento do SEE

### Notas prévias:

- A abordagem do financiamento do SEE foi realizada tendo como base as demonstrações de fluxos de caixa das empresas, pelo que os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos referidos noutros pontos do relatório, que reflectem uma óptica de compromisso.
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento reportam-se somente ao saldo líquido entre o recebimento e o pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.
- Para garantir a comparabilidade entre exercícios, os dados relativos ao ano de 2005 foram expurgados dos elementos relativos à GALP e à REN, empresas que deixaram de integrar a carteira de participações directas do Estado.

### 7.1. Financiamento Global das EPNF

As necessidades agregadas de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, registaram um crescimento de 37,6% em relação ao exercício de 2005 (**Quadro 7.1.1.**), tendo contribuído para essa variação os factores referidos de forma muito sucinta, nos parágrafos seguintes.

#### Quadro 7.1.1. Financiamento Global das EPNF Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros, excepto percentagens

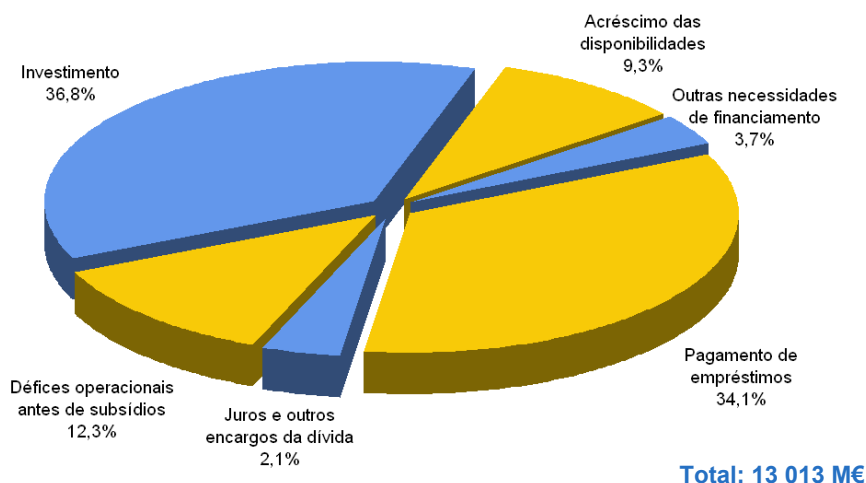
	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Necessidades de Financiamento</b>	<b>8.753.507</b>	<b>6.363.456</b>	<b>2.390.051</b>	<b>37,6%</b>
Défices operacionais antes de subsídios	1.606.970	846.312	760.658	89,9%
Investimento	4.783.887	3.998.274	785.612	19,6%
Juros e outros encargos da dívida	502.304	388.538	113.766	29,3%
Redução do endividamento (empréstimos)	174.358	308.637	-134.278	-43,5%
Acréscimo das disponibilidades	1.207.848	558.144	649.705	116,4%
Outras necessidades de financiamento	478.140	263.552	214.588	81,4%
<b>Fontes de Financiamento</b>	<b>8.753.507</b>	<b>6.363.456</b>	<b>2.390.051</b>	<b>37,6%</b>
<b>Recursos próprios</b>	<b>3.538.128</b>	<b>1.581.515</b>	<b>1.956.614</b>	<b>123,7%</b>
Excedentes operacionais antes de subsídios	927.524	595.073	332.451	55,9%
Desinvestimento	1.818.590	146.554	1.672.036	1140,9%
Outras fontes	641.408	472.443	168.964	35,8%
Utilização de disponibilidades	150.606	367.445	-216.838	-59,0%
<b>Subsídios</b>	<b>1.452.256</b>	<b>1.559.184</b>	<b>-106.929</b>	<b>-6,9%</b>
À exploração	367.343	298.874	68.470	22,9%
Ao investimento	1.084.204	1.077.328	6.875	0,6%
Outros	708	182.982	-182.274	-99,6%
<b>Dotações de capital <sup>(*)</sup></b>	<b>382.007</b>	<b>288.474</b>	<b>93.534</b>	<b>32,4%</b>
<b>Acréscimo do endividamento (empréstimos)</b>	<b>3.381.115</b>	<b>2.934.283</b>	<b>446.833</b>	<b>15,2%</b>

(\*) O capital estatutário das unidades hospitalares empresariais no final de 2005 neste quadro está reflectido em 2006

Fonte: Relatórios e contas das empresas

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 7.1.1.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
Necessidades de Financiamento - 2006  
(com renovação de empréstimos)



O forte acréscimo verificado nos défices operacionais antes de subsídios é, sobretudo, explicado pela evolução dos pagamentos da REFER relacionados com as actividades operacionais, em particular os pagamentos a fornecedores, a qual não tem correspondência na evolução dos respectivos resultados operacionais.

O aumento do nível de acréscimo das disponibilidades deve-se, no essencial, aos excedentes gerados nas operações de privatização realizadas pela PARPÚBLICA, aos excedentes com origem nas actividades operacionais, antes de subsídios, obtidos pelos CTT e pela ANA e à realização do capital inicial das novas EPE do sector da Saúde.

Para a quebra dos pagamentos relativos à redução do endividamento contribuíram, sobretudo, a Transtejo e a RTP, salientando-se, em sentido contrário, a Parque EXPO, que tem vindo a manter um esforço significativo de redução da sua dívida bancária.

O acréscimo dos pagamentos relativos a outras necessidades de financiamento é, no essencial, explicado pelo aumento dos pagamentos de dividendos por parte da PARPÚBLICA.

A evolução das rubricas de investimento e juros e outros encargos da dívida, são objecto de abordagem mais detalhada nos [pontos 5.4.](#) e [7.2.](#), respectivamente.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Se aos montantes atrás referidos adicionarmos o dos empréstimos contraídos para liquidação de empréstimos anteriores, as necessidades de financiamento agregadas, em 2006, passam para 13.013 M€ ([Gráfico 7.1.1.](#)), registando um crescimento agregado de 42,1%.

Representando 34,1% do total das necessidades agregadas de financiamento, o pagamento de empréstimos evidencia a pressão que os elevados níveis de endividamento continuam a exercer sobre a actividade das EPNF e representa, em alguns casos, como na REFER e no conjunto das empresas de transportes, um dos principais estrangulamentos ao seu desenvolvimento.

Correspondendo os dados anteriormente apresentados ao valor agregado das EPNF, importa ter em conta a existência de diferenças substanciais entre os diferentes sectores e empresas e que estes são fortemente influenciados pelo elevado peso de algumas empresas, com destaque para a PARPÚBLICA.

Com efeito, em 2006, o conjunto de 11 empresas incluído no [Gráfico 7.1.2.](#) representava 85,6% das necessidades globais de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, correspondendo a PARPÚBLICA, por si só, a 34,6% do total.

No que respeita às fontes de financiamento ([Gráfico 7.1.3.](#)), verifica-se uma alteração do seu peso relativo, correspondendo agora o autofinanciamento à fatia mais significativa, com 40,4% do total (17,4% em 2005), tendo registado um aumento de 123,7% em 2006.

Para esta alteração contribuíram, sobretudo, as receitas com origem no desinvestimento em activos financeiros resultante das privatizações efectuadas pela PARPÚBLICA, cujo impacto foi atenuado pela redução da utilização de disponibilidades, em particular na EDIA, CTT e Estradas de Portugal.

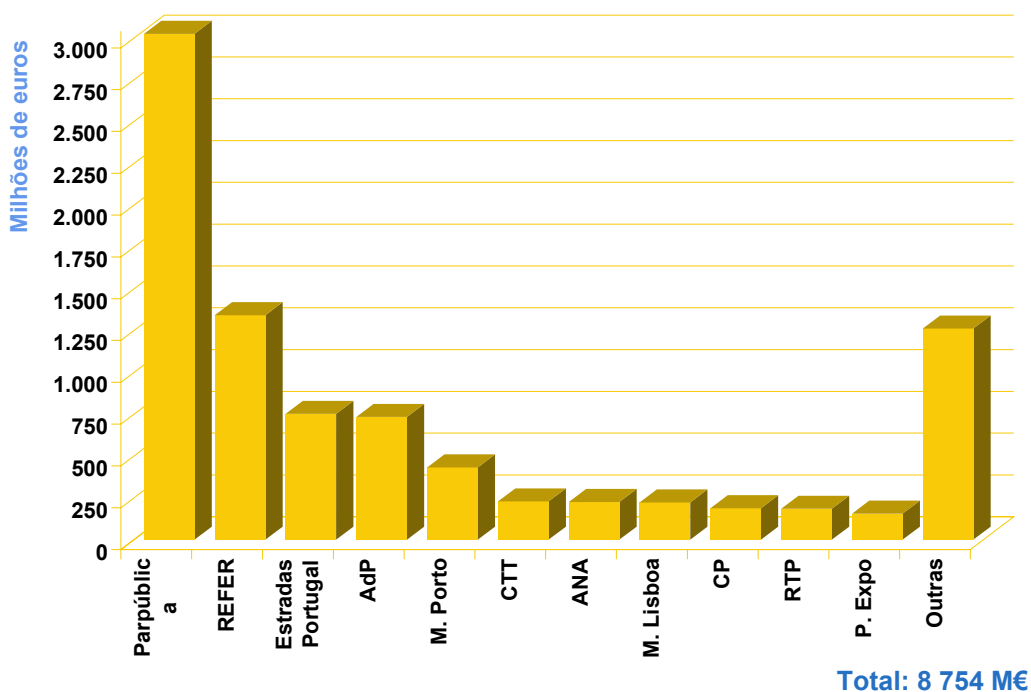
Salienta-se, ainda, o significativo aumento dos excedentes com origem em actividades operacionais, para o qual contribuíram, sobretudo, os CTT, a Parque EXPO e a AdP.

Também as dotações de capital registaram um acréscimo em relação a 2005, destacando-se o peso decisivo da realização do capital inicial de novas unidades de saúde entretanto empresarializadas, o reforço do capital social da RTP no âmbito do respectivo acordo de saneamento financeiro, bem como novas dotações à EDIA destinadas a sustentar o esforço de investimento em curso no empreendimento do Alqueva.

Com 38,6% do total, o acréscimo do endividamento, em que se salienta sobretudo a REFER, corresponde à segunda mais importante fonte de financiamento das EPNF, tendo registado um aumento agregado de 15,2%.

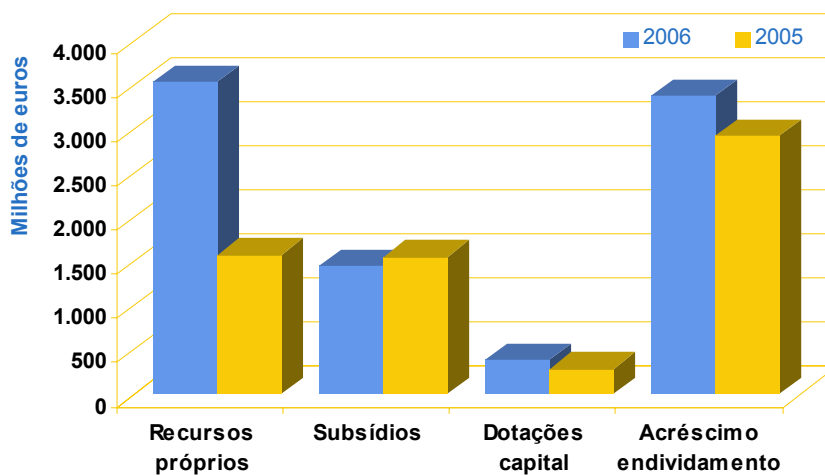
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 7.1.2.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
Necessidades de Financiamento por Empresas – 2006  
(sem renovação de empréstimos)



Contudo, se considerarmos a evolução deste agregado líquida de reduções de endividamento, esse aumento cifrou-se em 22,1%, embora se mostre muito concentrado num conjunto restrito de empresas (**Gráfico 7.1.4.**).

**Gráfico 7.1.3.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Fontes de Financiamento**  
(sem renovação de empréstimos)

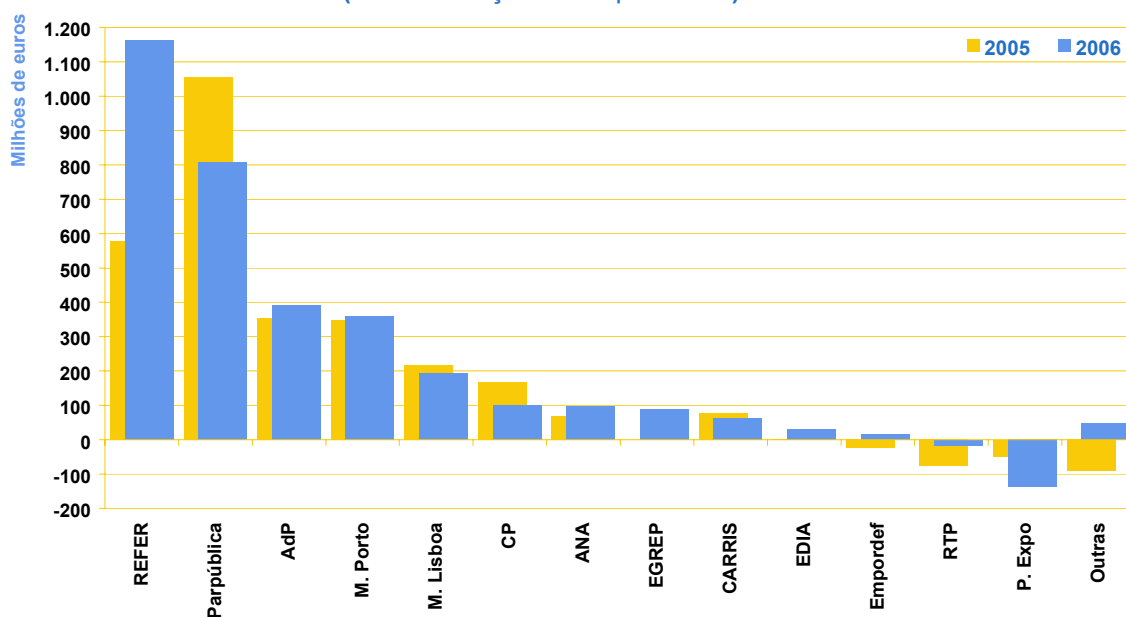


**2005: 6 363 M€**  
**2006: 8 754 M€**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Com efeito, do acréscimo líquido total de 3 207 M€ verificado em 2006, cerca de 98,5% têm origem em 13 empresas, constatando-se ainda que, deste montante, 36,3% correspondem à REFER e 25,2% à PARPÚBLICA.

**Gráfico 7.1.4.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
Acréscimo / Redução, líquidos, do endividamento por Empresas  
(sem renovação de empréstimos)



Acréscimo líquido em 2005: 2 626 M€  
Acréscimo líquido em 2006: 3 207 M€

## 7.2. Financiamento do Investimento

- Tendo a abordagem do investimento sido efectuada com base nas demonstrações de fluxos de caixa das empresas, os montantes considerados e as respectivas fontes de financiamento podem diferir significativamente dos investimentos efectivamente realizados e das utilizações de fundos contratadas ou previstas, nomeadamente, sempre que tenha ocorrido o diferimento, ou a antecipação, de pagamentos e/ou recebimentos. Admite-se, contudo, a existência de uma significativa correlação entre o investimento e os respectivos pagamentos.

O volume global das necessidades de financiamento associadas ao investimento cifrou-se, no ano de 2006, em 4 784 M€ (**Quadro 7.2.1.**), montante que desce para 4 726 M€ se não contarmos com os valores classificados em “*Outros investimentos*”, que se reportam essencialmente a empréstimos concedidos pela PARPÚBLICA, empresa que realizou cerca de 91% dos pagamentos inscritos nessa rubrica.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.2.1.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Investimento Total</b>	<b>4.783.887</b>	<b>3.998.274</b>	<b>785.612</b>	<b>19,6%</b>
Activos corpóreos	2.771.139	2.932.088	-160.949	-5,5%
Activos incorpóreos	141.060	79.391	61.669	77,7%
Activos financeiros	1.814.115	952.386	861.730	90,5%
Outros investimentos	57.572	34.409	23.163	67,3%
<b>Financiamento do Investimento</b>	<b>4.783.887</b>	<b>3.998.274</b>	<b>785.612</b>	<b>19,6%</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>2.338.274</b>	<b>580.117</b>	<b>1.758.157</b>	<b>303,1%</b>
Desinvestimento	1.812.352	125.348	1.687.004	1345,9%
Receitas de investimentos	346.555	184.442	162.113	87,9%
Outros fundos próprios	179.367	270.327	-90.960	-33,6%
Subsídios ao investimento <sup>(*)</sup>	1.072.850	1.056.681	16.169	1,5%
Dotações de capital <sup>(**)</sup>	64.122	112.065	-47.942	-42,8%
Empréstimos <sup>(***)</sup>	1.308.641	2.249.412	-940.771	-41,8%

<sup>(\*)</sup> inclui PIDDAC, subsídios à exploração, ao investimento e outros, numa óptica de assunção de compromissos

<sup>(\*\*)</sup> parcela de Dotação de capital afecta ao investimento

<sup>(\*\*\*)</sup> inclui empréstimos do Estado e dívida bancária

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O crescimento agregado do investimento realizado pelas EPNF situa-se em 786 M€ (+19,6%), valor que, embora represente um aumento significativo em relação ao registado em 2005, deve ser relativizado pelo facto de se dever, quase exclusivamente, ao aumento das operações de investimento financeiro realizadas pela *holding* PARPÚBLICA.

**Gráfico 7.2.1.**  
**Natureza do Investimento das EPNF**  
Investimento Total - 2006



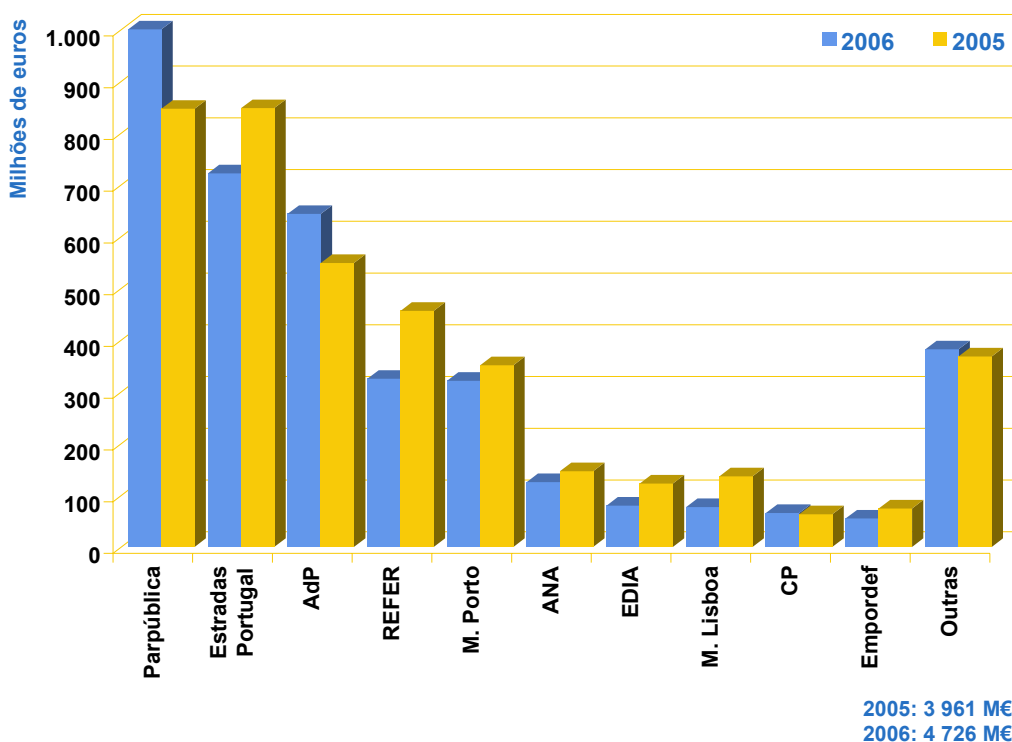
**Total: 4 784 M€**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Continua a verificar-se um abrandamento no investimento em activos corpóreos, em particular na REFER, nas empresas de transportes e na Estradas de Portugal, EPE, que evidencia o esforço de contenção do endividamento actualmente em curso nessas empresas. Apesar dessa quebra, o investimento em activos corpóreos continua a representar a maior fatia dos pagamentos relativos ao investimento total (Gráfico 7.2.1.).

O investimento em activos financeiros, que corresponde à segunda maior parcela, só assume um peso significativo na PARPÚBLICA, responsável por 93,6% do total desta rubrica, estando também esta sociedade na origem da maior parte do acréscimo do investimento em activos incorpóreos.

**Gráfico 7.2.2.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
Investimento em Activos Corpóreos, Incorpóreos e Financeiros



Cerca de 92% dos pagamentos relativos ao investimento agregado das EPNF foram assegurados, em 2006, por 10 empresas (Gráfico 7.2.2.), constatando-se que só na PARPÚBLICA, AdP e CP se verificou um aumento em relação aos valores de 2005.

O peso do autofinanciamento nas fontes financiamento do investimento das EPNF passou de 14,5% em 2005 para 48,9% em 2006, (Gráfico 7.2.3.), diminuindo, em consequência, a contribuição das outras fontes de financiamento.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 7.2.3.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
Financiamento do Investimento – 2006



**Total: 4 784 M€**

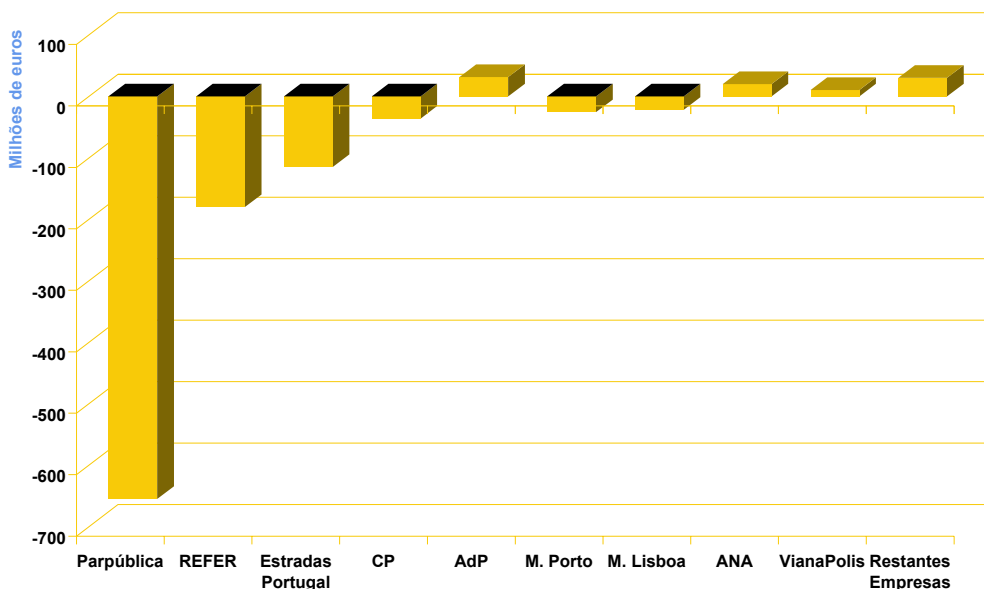
Esta alteração reflecte o impacto dos investimentos realizados pela PARPÚBLICA no investimento total (cobertos no essencial por receitas geradas pelas privatizações), o acréscimo dos dividendos recebidos por essa empresa e ainda a diminuição do recurso aos empréstimos.

Salienta-se, em particular, a redução do recurso aos empréstimos como fonte de financiamento do investimento, tendo o seu valor global diminuído em 41,8% e o seu peso no total descido de 56,3% em 2005 para 27,4% em 2006.

No **Gráfico 7.2.4.** apresentam-se as empresas que mais contribuíram para a variação do volume de empréstimos contraídos para financiar o investimento em 2005.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

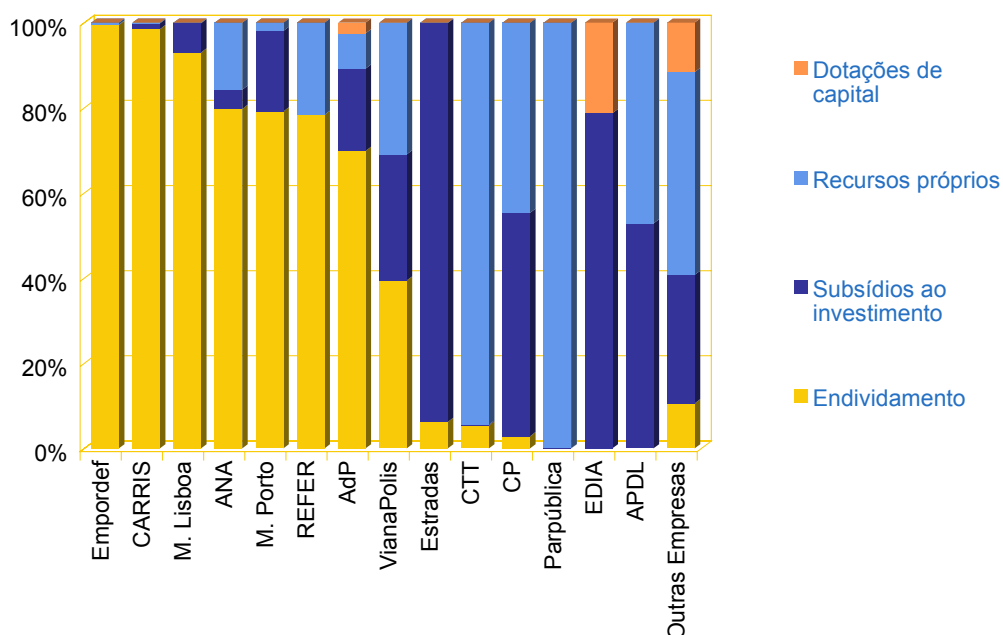
**Gráfico 7.2.4.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
Variação do Financiamento do Investimento por Empréstimos



**Variação total: -941 M€**

A evolução deste agregado é determinada, em especial, pelos sectores dos serviços de utilidade pública, gestão de infra-estruturas, PARPÚBLICA e transportes, que representam cerca de 95% do total, bem como pela evolução dos níveis de investimento que neles se verificam.

**Gráfico 7.2.5.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
Estrutura das Fontes de Financiamento do Investimento em 2006



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

A análise da estrutura das fontes de financiamento do investimento em 2006, por empresas (**Gráfico 7.2.5.**), evidencia que, apesar da quebra registada no recurso a empréstimos, estes continuam a ter um peso superior a 50% em 7 das empresas consideradas, as quais, com excepção da EMPORDEF, se integram nos sectores dos transportes e da gestão de infra-estruturas.

Salienta-se, ainda, que as 14 empresas individualizadas no gráfico realizaram cerca de 95% dos pagamentos relativos ao investimento das EPNF, bem como o facto de o conjunto das restantes empresas apresentar uma estrutura de fontes de financiamento bastante equilibrada.

### **7.3. Esforço financeiro do Estado**

À semelhança do ano anterior, a abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado exclui, designadamente:

- as dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de co-financiamento em projectos de investimento visando a construção/beneficiação de infra-estruturas pertencentes ao domínio público;
- os montantes concedidos ao abrigo de programas de apoio a empresas, com carácter regular, institucionalizado e de acesso generalizado;
- as verbas pagas pelo SNS às unidades empresariais do sector da saúde, que as contabilizam como proveitos provenientes da prestação de serviços, não sendo assim consideradas como subsídios à exploração.

Pese embora a informação que se apresenta se reportar às empresas do SEE, são também referenciadas as indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

No exercício de 2006, o esforço financeiro directo do Estado<sup>31</sup> em empresas do SEE e noutras empresas que prestam serviço público cifrou-se em 704,3 M€ (**Quadro 7.3.1.**), o que traduz um decréscimo de 19,65% relativamente ao ano de 2005. Note-se que, no caso do sector da saúde, apenas estão contempladas as dotações de capital, não estando considerados os apoios recebidos através de entidades do Ministério da Saúde.

---

<sup>31</sup> Apoios financeiros atribuídos através do MFAP / DGTF, não incluindo, designadamente, os concedidos às unidades de saúde do SEE e Estradas de Portugal, EPE, através dos ministérios que tutelam os respectivos sectores de actividade, nem a concessão de garantias, na medida em que só a sua eventual execução implicaria fluxos financeiros.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.3.1.**  
**Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas não Financeiras</b>	<b>670.922</b>	<b>844.480</b>	<b>(173.558)</b>	<b>-20,55%</b>
<b>Comunicação Social</b>	<b>224.013</b>	<b>245.825</b>	<b>(21.812)</b>	<b>-8,87%</b>
<b>Gestão de Infra-estruturas</b>	<b>54.287</b>	<b>66.030</b>	<b>(11.743)</b>	<b>-17,78%</b>
Aéreas	200	3.238	(3.038)	-93,82%
Ferroviárias	35.087	32.792	2.295	7,00%
Outras infra-estruturas	19.000	30.000	(11.000)	-36,67%
<b>Indústria</b>	<b>30.000</b>	<b>15.945</b>	<b>14.055</b>	<b>88,15%</b>
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>0</b>	<b>5.630</b>	<b>(5.630)</b>	<b>-100,00%</b>
Programa Polis	0	5.630	(5.630)	-100,00%
<b>Saúde</b>	<b>60</b>	<b>284.900</b>	<b>(284.840)</b>	<b>-99,98%</b>
<b>Transportes</b>	<b>210.067</b>	<b>137.229</b>	<b>72.838</b>	<b>53,08%</b>
<b>Parpública</b>	<b>0</b>	<b>40.465</b>	<b>(40.465)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Outros Sectores</b>	<b>152.495</b>	<b>48.456</b>	<b>104.039</b>	<b>214,71%</b>
<b>Empresas Públicas Financeiras</b>	-	-	-	-
<b>Empresas Privadas</b>	<b>33.352</b>	<b>31.990</b>	<b>1.362</b>	<b>4,26%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>704.274</b>	<b>876.470</b>	<b>(172.196)</b>	<b>-19,65%</b>

Obs: Critério de execução do OE

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

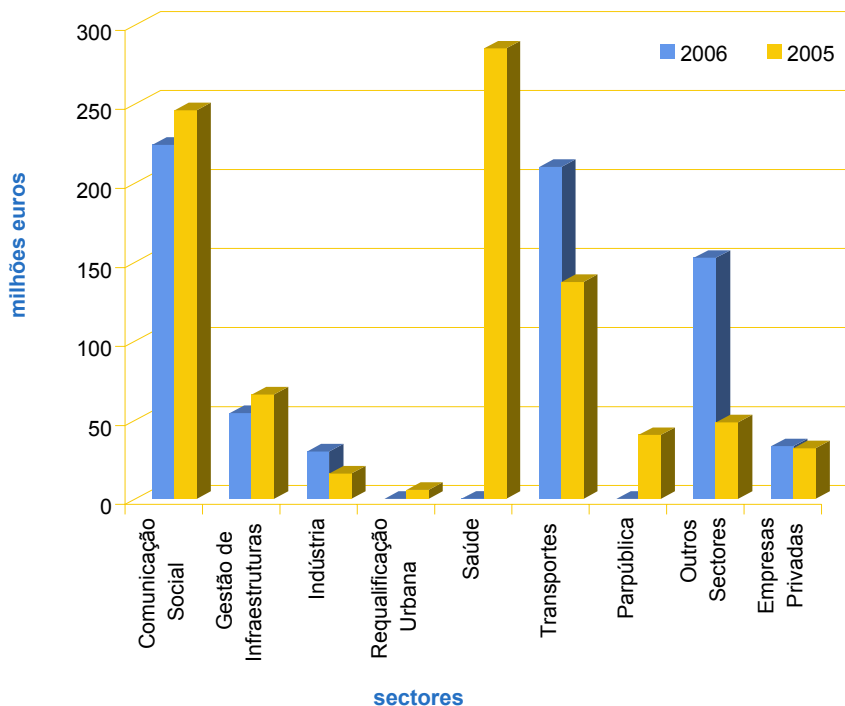
Os sectores da comunicação social e dos transportes são os que assumem o maior peso na estrutura do esforço financeiro do Estado (**Gráfico 7.3.1.**).

Ao nível dos instrumentos utilizados na intervenção financeira do Estado, o decréscimo global de 172,2 M€ entre 2005 e 2006 é explicado por uma redução de 386,7 M€ nas dotações de capital, não totalmente compensada pelo acréscimo verificado em todas as demais formas da contribuição financeira pública – indemnizações compensatórias ( + 28,2 M€ ), assunção de passivos ( + 146,1 M€ ), concessão de empréstimos ( + 40,2 M€ ).

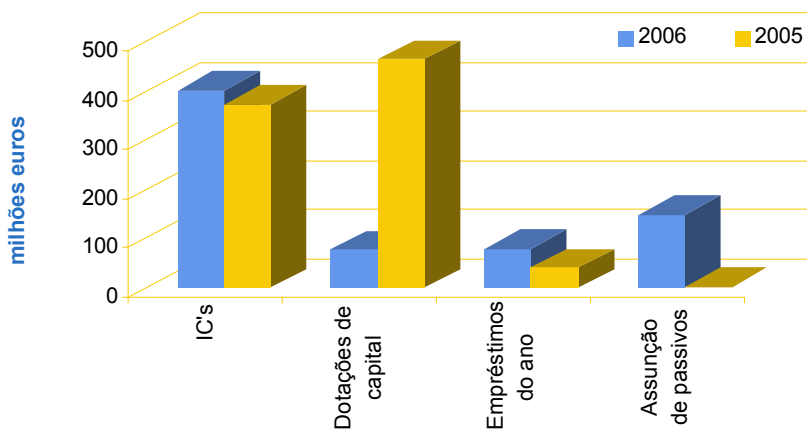
As indemnizações compensatórias/ subsídios constituíram o principal instrumento de apoio financeiro, responsável por mais de metade do esforço financeiro do Estado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 7.3.1.**  
**Estrutura do Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)**  
**Por sectores**



**Por instrumentos**



**7.3.1. Indemnizações compensatórias / subsídios**

No ano de 2006, o Estado injectou no SEE e empresas privadas prestadoras de serviço público, a título de indemnizações compensatórias, a verba global de 399,5 M€ , mais 28,2 M€ ( + 7,6% ) do que no ano anterior ( **Quadro 7.3.1.1.**), na óptica da execução do orçamento (valores pagos em cada ano, com IVA).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.3.1.1.**  
**Indemnizações Compensatórias / Subsídios**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>366.167</b>	<b>339.291</b>	<b>26.876</b>	<b>7,92%</b>
<b>Comunicação Social</b>	<b>166.713</b>	<b>163.025</b>	<b>3.688</b>	<b>2,26%</b>
RTP	150.040	145.359	4.681	3,22%
Lusa	16.673	17.666	(993)	-5,62%
<b>Gestão de infra-estruturas</b>	<b>35.087</b>	<b>32.792</b>	<b>2.295</b>	<b>7,00%</b>
Transportes Ferroviários ( REFER )	35.087	32.792	2.295	7,00%
<b>Transportes</b>	<b>160.067</b>	<b>137.229</b>	<b>22.838</b>	<b>16,64%</b>
Carris	45.459	42.485	2.974	7,00%
S.T.C.P.	16.318	15.251	1.067	7,00%
C.P.	28.070	26.234	1.836	7,00%
Metro de Lisboa	22.723	21.237	1.486	7,00%
Metro do Porto	2.523	2.358	165	7,00%
Soflusa	3.946	3.688	258	7,00%
Transtejo	5.628	5.259	369	7,02%
SATA (*)	9.869	5.789	4.080	70,48%
TAP (*)	25.531	14.928	10.603	71,03%
<b>Indústria</b>	<b>0</b>	<b>1.070</b>	<b>(1.070)</b>	<b>-100,00%</b>
Estaleiros Navais Viana do Castelo	0	1.070	(1.070)	-100,00%
<b>Outras</b>	<b>4.300</b>	<b>5.175</b>	<b>(875)</b>	<b>-16,91%</b>
Teatro Nacional D. Maria II	4.300	5.175	(875)	-16,91%
<b>Empresas Privadas</b>	<b>33.352</b>	<b>31.990</b>	<b>1.362</b>	<b>4,26%</b>
Air Luxor	765	1.563	(798)	-51,06%
ATA	291	873	(582)	-66,67%
PORTUGÁLIA	264	0	264	100,00%
BRISA	9.845	15.342	(5.497)	-35,83%
Fertagus	10.413	5.223	5.190	99,37%
Rodoviária Lisboa	4.325	2.384	1.941	81,42%
Scotturb – Transportes Urbanos	54	49	5	10,20%
TST	2.687	1.831	856	46,75%
Vimeca	2.877	2.005	872	43,49%
PT	1.831	2.720	(889)	-32,68%
<b>TOTAL</b>	<b>399.519</b>	<b>371.281</b>	<b>28.238</b>	<b>7,61%</b>

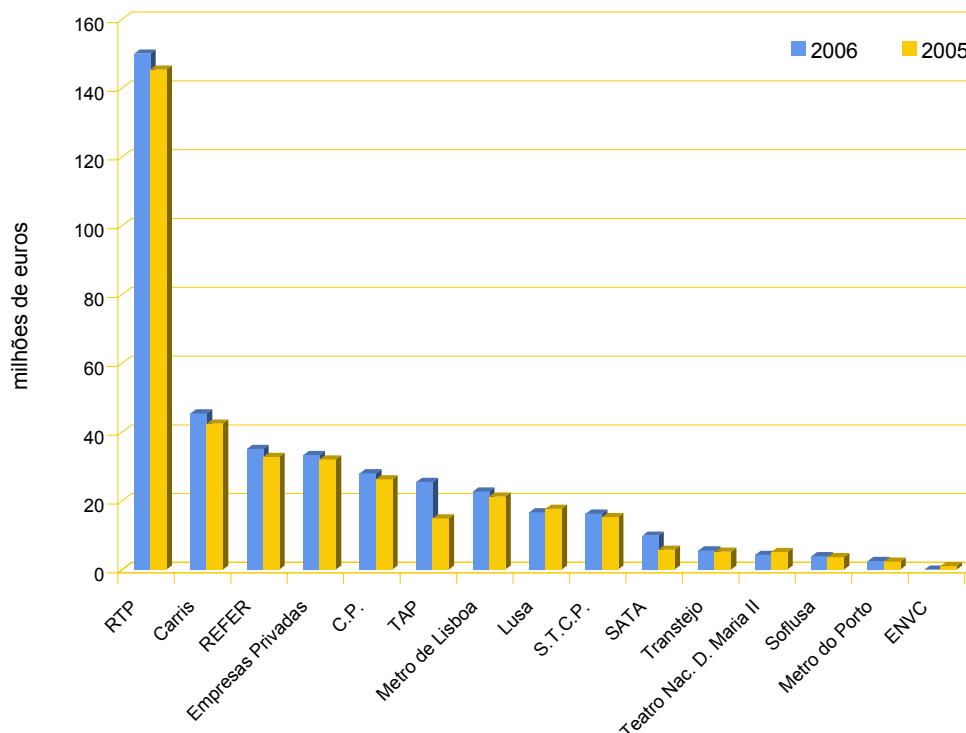
Obs: Critério execução do OE

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(\*) Empresas que não fazem parte do universo das participações da DGTF

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 7.3.1.1.**  
**Indemnizações Compensatórias / Subsídios**



O montante mais elevado continuou a ser o atribuído à RTP, no âmbito do respectivo contrato de concessão geral de serviço público de televisão, logo seguido pelas empresas Carris, REFER, CP, TAP e METRO de Lisboa que, em conjunto, absorveram uma parcela de 39,3 % deste auxílio do Estado. O grupo das empresas privadas prestadoras de serviço público recebeu 8,3% do total das IC.

### 7.3.2. Dotações de capital

As dotações de capital atribuídas pelo Estado têm por objectivo a realização do capital social inicial de novas sociedades, o reforço de capital no âmbito de processos de reestruturação e saneamento económico-financeiro, bem como o financiamento da expansão da actividade de empresas já existentes, no quadro da realização de investimentos de elevado montante e de longa duração.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.3.2.1.**  
**Dotações de Capital / Prémios de Emissão**

Milhares de euros, excepto percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>76.560</b>	<b>463.295</b>	<b>(386.735)</b>	<b>-83,47%</b>
<b>Comunicação Social (RTP)</b>	<b>57.300</b>	<b>82.800</b>	<b>(25.500)</b>	<b>-30,80%</b>
<b>Gestão de Infra-estruturas</b>	<b>19.200</b>	<b>33.238</b>	<b>(14.038)</b>	<b>-42,23%</b>
<b>Aéreas</b>	<b>200</b>	<b>3.238</b>	<b>(3.038)</b>	<b>-93,82%</b>
ANAM	0	1.488	(1.488)	-100,00%
EDAB	0	1.750	(1.750)	-100,00%
NAER	200	0	200	100,00%
<b>Outras</b>	<b>19.000</b>	<b>30.000</b>	<b>(11.000)</b>	<b>-36,67%</b>
SIMAB	0	30.000	(30.000)	-100,00%
EDIA	19.000	0	19.000	100,00%
<b>Requalificação Urbana (Programa Polis)</b>	<b>0</b>	<b>5.630</b>	<b>(5.630)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Saúde</b>	<b>60</b>	<b>284.900</b>	<b>(284.840)</b>	<b>-99,98%</b>
<b>Parpública</b>	<b>0</b>	<b>40.465</b>	<b>(40.465)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Indústria (EMPORDEF)</b>	<b>0</b>	<b>14.875</b>	<b>(14.875)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Outros Sectores</b>	<b>0</b>	<b>1.387</b>	<b>(1.387)</b>	<b>-100,00%</b>
ENATUR	0	1.012	(1.012)	-100,00%
Portugal Vela 2007	0	375	(375)	-100,00%
<b>Empresas Públicas Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total</b>	<b>76.560</b>	<b>463.295</b>	<b>(386.735)</b>	<b>-83,47%</b>

Obs: Critério execução do OE

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Em 2006 (**Quadro 7.3.2.1.**), as dotações de capital atribuídas à EDIA e à NAER, destinaram-se à realização do reforço do capital destas empresas, para fazer face aos seus planos de investimento, enquanto as dotações de capital atribuídas à RTP, inseriram-se no âmbito da execução do acordo de reestruturação financeira celebrado com o Estado.

**7.3.3. Assunção de passivos e de outras responsabilidades financeiras**

No ano de 2006 foram realizadas duas operações de assunção de passivos e responsabilidades, que envolveram duas empresas em liquidação: a Casa da Música/Porto 2001 e a Gestnave. (**Quadro 7.3.3.1.**)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.3.3.1.**

**Assunção de Passivos e de outras responsabilidades financeiras**

Milhares de euros, excepto  
percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>148.195</b>	<b>2.082</b>	<b>146.113</b>	<b>7017,92%</b>
Casa da Música/Porto 2001 (em liquidação)	98.849	2.082	96.767	4647,79%
GESTNAVE, SA (em liquidação)	49.346	0	49.346	100,00%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Quanto à Sociedade Casa da Música, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 18/96, de 26 de Janeiro, foi deliberada em Assembleia Geral, a transferência para o Estado do edifício da Casa da Música, incluindo terreno e equipamentos, por contrapartida do passivo assumido e a assumir, a fim de o mesmo ser transferido para a Fundação, através da constituição de um direito de superfície perpétuo a favor desta.

Relativamente à Gestnave (sociedade criada no âmbito da reestruturação da Lisnave), o Estado assumiu responsabilidades em substituição da empresa, no decurso do respectivo processo de liquidação.

### 7.3.4. Empréstimos

Também a concessão de empréstimos a empresas públicas se limitou, em 2006, a duas empresas, ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que beneficiou de um empréstimo de 30 M € e STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, com um empréstimo de 50 M€ (**Quadro 7.3.4.1.**).

O empréstimo à ENVC visou cobrir necessidades de financiamento extraordinárias associadas à satisfação de encomendas de navios pela Marinha Portuguesa.

O empréstimo à STCP teve a natureza de financiamento intercalar à operação de emissão de obrigações garantida pelo Estado. Na data de subscrição desta emissão o seu produto foi imediatamente aplicado na amortização integral deste empréstimo directo do Estado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.3.4.1.**  
**Empréstimos**

Milhares de euros, excepto  
percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>80.000</b>	<b>39.812</b>	<b>40.188</b>	<b>100,94%</b>
<b>Indústria</b>	<b>30.000</b>	<b>0</b>	<b>30.000</b>	<b>100,00%</b>
ENVC	30.000	0	30.000	100,00%
<b>Transportes</b>	<b>50.000</b>	<b>0</b>	<b>50.000</b>	<b>100,00%</b>
STCP	50.000	0	50.000	100,00%
<b>Outros Sectores</b>	<b>0</b>	<b>39.812</b>	<b>(39.812)</b>	<b>-100,00%</b>
Gestnave	0	39.812	(39.812)	-100,00%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Saliente-se que os empréstimos do Estado são concedidos às empresas públicas em circunstâncias excepcionais e em condições similares às do mercado.

**7.3.5. Concessão de garantias**

Em 2006 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de 1 505 M€, da qual beneficiaram empréstimos contraídos por 4 empresas, 2 integradas nos sectores dos transportes, 1 na gestão de infra-estruturas ferroviárias e 1 nos serviços de utilidade pública.

**Quadro 7.3.5.1.**  
**Concessão de Garantias**

Milhares de euros, excepto  
percentagens

	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>1.505.000</b>	<b>460.000</b>	<b>1.045.000</b>	<b>227,17%</b>
<b>Gestão de Infra-estruturas</b>	<b>655.000</b>	<b>100.000</b>	<b>555.000</b>	<b>555,00%</b>
<b>Infra-estruturas Ferroviárias</b>	<b>655.000</b>	<b>100.000</b>	<b>555.000</b>	<b>555,00%</b>
REFER	655.000	100.000	555.000	555,00%
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>420.000</b>	<b>200.000</b>	<b>220.000</b>	<b>110,00%</b>
AdP	420.000	200.000	220.000	110,00%
<b>Transportes</b>	<b>430.000</b>	<b>160.000</b>	<b>270.000</b>	<b>168,75%</b>
CARRIS	30.000	-	30.000	100,00%
CP	-	80.000	(80.000)	-100,00%
MP	-	80.000	(80.000)	-100,00%
ML	400.000	-	400.000	100,00%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Estas garantias visaram facilitar ou criar melhores condições na obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento de planos de investimento de elevado montante e longa duração, nomeadamente com a construção/ beneficiação de infra-estruturas de interesse público e com a aquisição de equipamentos de transporte público, como nos



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

casos das garantias prestadas em 2006 a empréstimos da REFER, da Metropolitano de Lisboa e da Carris.

No caso da AdP – Águas de Portugal, os empréstimos beneficiários da garantia do Estado destinaram-se a financiar projectos da empresa, ou das suas participadas, no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR).

No final de 2006, as responsabilidades assumidas pelo Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por empresas do SEE atingia o montante de 8 799,5 M€ ([Quadro 7.3.5.2.](#)).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Quadro 7.3.5.2.**

**Total das Garantias Prestadas pelo Estado a Empresas Participadas  
(Stock das responsabilidades assumidas)**

Milhares de euros, excepto percentagens

Beneficiária	Em 31-12-2006	Em 31-12-2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>1. Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>8.782.453</b>	<b>7.320.153</b>	<b>1.462.300</b>	<b>19,98%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>3.254.932</b>	<b>2.622.887</b>	<b>632.045</b>	<b>24,10%</b>
<b>Infraestruturas Aéreas</b>	<b>232.039</b>	<b>232.039</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
ANAM	232.039	232.039	0	
<b>Infraestruturas Ferroviárias</b>	<b>2.546.872</b>	<b>1.912.886</b>	<b>633.986</b>	<b>33,14%</b>
REFER	2.546.872	1.912.886	633.986	
<b>Infraestruturas Portuárias</b>	<b>41.021</b>	<b>42.962</b>	<b>(1.941)</b>	<b>-4,52%</b>
APA	30.000	30.000	0	
APS	11.021	12.962	(1.941)	
<b>Outras Infraestruturas</b>	<b>435.000</b>	<b>435.000</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
EDIA	435.000	435.000	0	
<b>Indústria</b>	<b>20.949</b>	<b>20.949</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
Lisnave	7.482	7.482	0	
SPE	13.467	13.467	0	
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>197.136</b>	<b>246.885</b>	<b>(49.749)</b>	<b>-20,15%</b>
Parque Expo 98	197.136	246.885	(49.749)	
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>626.211</b>	<b>7.669</b>	<b>618.542</b>	<b>8065,48%</b>
AdP	620.000	-	620.000	
PT	6.211	7.669	(1.458)	
<b>Transportes</b>	<b>4.672.029</b>	<b>4.302.448</b>	<b>369.581</b>	<b>8,59%</b>
CARRIS	405.000	375.000	30.000	
CP	733.702	733.702	0	
MP	976.119	981.630	(5.511)	
ML	2.441.240	2.094.938	346.302	
STCP	115.968	117.178	(1.210)	
<b>Outros Sectores</b>	<b>11.196</b>	<b>119.315</b>	<b>(108.119)</b>	<b>-90,62%</b>
Casa da Música	-	96.000	(96.000)	
CNEMA	-	2.494	(2.494)	
GESTNAVE	10.980	15.966	(4.986)	
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	
Soc. Têxtil da Cuca	-	4.639	(4.639)	
<b>2. Empresas Públicas Financeiras</b>	<b>2.025</b>	<b>2.849</b>	<b>(824)</b>	<b>-28,92%</b>
CGD	2.025	2.849	(824)	-28,92%
<b>3. Empresas Sedeadas no Estrangeiro</b>	<b>15.039</b>	<b>18.181</b>	<b>(3.142)</b>	<b>-17,28%</b>
HCB	15.039	18.181	(3.142)	-17,28%
<b>Total (1) + (2) + (3)</b>	<b>8.799.517</b>	<b>7.341.183</b>	<b>1.458.334</b>	<b>19,87%</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Acresce referir que, em termos de execução de garantias concedidas a empresas do SEE durante o ano de 2006, o Estado foi interpelado a pagar o serviço da dívida de empréstimos de três empresas participadas, no montante aproximado de 11 M€.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

### 7.3.6. Dividendos / remuneração do capital estatutário

O Estado recebeu no exercício de 2006, a título de dividendos ou remuneração do capital estatutário de empresas do SEE, cerca de 532,8 M€, valor que representa um acréscimo de 343,15% relativamente ao exercício de 2005.

A concorrer para esta significativa subida ressaltam ([Quadro 7.3.6.1.](#)) a CGD, que entregou ao Estado 156 M€, não tendo no ano anterior distribuído dividendos ao accionista, seguida de perto pela GALP e pela REN, empresas que distribuíram dividendos extraordinários, e ainda a PARPÚBLICA e o Banco de Portugal, todas com acréscimos expressivos na remuneração do capital accionista.

Assinala-se igualmente que a APDL distribuiu dividendos pelo segundo exercício consecutivo e que a Lisnave o fez pela primeira vez desde a respectiva reestruturação.

#### Quadro 7.3.6.1. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

Milhares de euros, excepto  
percentagens

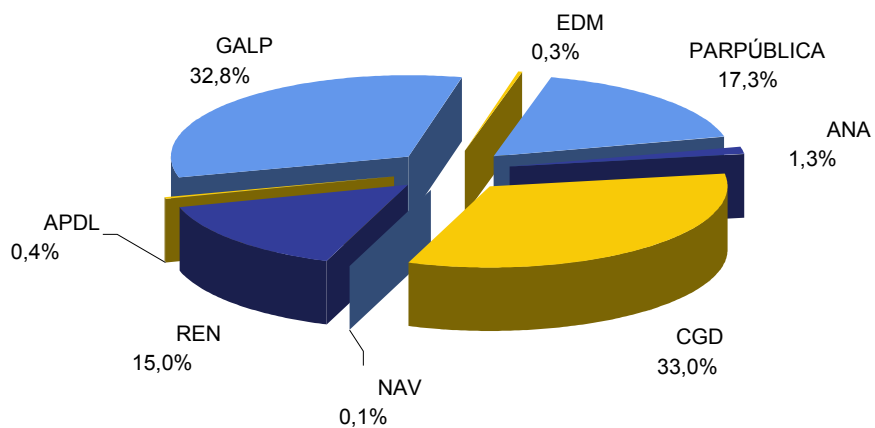
	2006	2005	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras (1)</b>	<b>316.692</b>	<b>85.222</b>	<b>231.470</b>	<b>271,61%</b>
<b>Gestão de Infra-estruturas</b>	<b>78.870</b>	<b>14.801</b>	<b>64.069</b>	<b>432,87%</b>
<b>Aéreas</b>	<b>6.467</b>	<b>3.997</b>	<b>2.470</b>	<b>61,80%</b>
ANA	6.185	3.408	2.777	81,48%
NAV	282	589	(307)	-52,12%
<b>Portuárias (APDL)</b>	<b>1.672</b>	<b>2.865</b>	<b>(1.193)</b>	<b>-41,64%</b>
<b>Outras (REN)</b>	<b>70.731</b>	<b>7.939</b>	<b>62.792</b>	<b>790,93%</b>
<b>Serviços de Utilidade Pública (GALP)</b>	<b>154.855</b>	<b>36.334</b>	<b>118.521</b>	<b>326,20%</b>
<b>Parpública</b>	<b>81.719</b>	<b>21.250</b>	<b>60.469</b>	<b>284,56%</b>
<b>Indústria</b>	<b>1.248</b>	<b>12.750</b>	<b>(11.502)</b>	<b>-90,21%</b>
LISNAVE	12	0	12	100,00%
EDM	1.236	12.750	(11.514)	-90,31%
<b>Empresas Sedeadas no Estrangeiro (IPE Macau)</b>	<b>0</b>	<b>87</b>	<b>(87)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Empresas Públicas Financeiras (2)</b>	<b>156.000</b>	<b>0</b>	<b>156.000</b>	<b>100,00%</b>
CGD	156.000	0	156.000	100,00%
<b>Total Empresas Públicas (1) + (2)</b>	<b>472.692</b>	<b>85.222</b>	<b>387.470</b>	<b>454,66%</b>
<b>Outras Entidades Públicas Financeiras (3)</b>	<b>60.147</b>	<b>35.017</b>	<b>25.130</b>	<b>71,77%</b>
Banco de Portugal	60.147	35.017	25.130	71,77%
<b>Total (1) + (2) + (3)</b>	<b>532.839</b>	<b>120.239</b>	<b>412.600</b>	<b>343,15%</b>

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 7.3.6.1.**  
**Dividendos / remuneração do capital estatutário recebidos em 2006**



Deve acrescentar-se, ainda, que a PARPÚBLICA procedeu à distribuição de 288,9 M€ de dividendos antecipados em 2006 (antes de impostos), referentes ao próprio exercício, dos quais apenas foi contabilizado como receita desta natureza o montante de 42,2 M€, na medida em que a parcela restante constituiu receita do FRDP.

## 8. Peso do SEE na economia

No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio  $VAB_{pm}/PIB_{pm}$ , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

Saliente-se que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de factores.

### 8.1. Peso no Produto Interno Bruto

Não obstante a empresarialização de cinco hospitais públicos no final de 2005, cujos reflexos se fizeram sentir em 2006, o crescimento de 19,7% do  $VAB_{pm}$  das Empresas Públicas Financeiras e ainda a melhoria registada no conjunto das EPNF, particularmente pelo efeito da PARPÚBLICA, o peso do SEE na economia, medido pelo rácio  $VAB_{pm}SEE / PIB_{pm}$ <sup>32</sup>, fixou-se em 2006 nos 3,7% (o  $VAB_{pm}SEE$  ascendeu a 5 766,1 M€), traduzindo uma diminuição na ordem de 14,5% face a 2005 (**Gráfico 8.1.1.**).

Com efeito, esta evolução não permitiu compensar totalmente a saída da GALP e da REN do universo das participações directas do Estado, em consequência da alienação das respectivas participações à PARPÚBLICA.

Note-se que, na análise em apreço, não se teve em consideração as percentagens das participações do Estado em cada empresa, dado privilegiar-se a posição dominante, razão pela qual o impacto da saída da GALP e da REN torna-se mais acentuada.

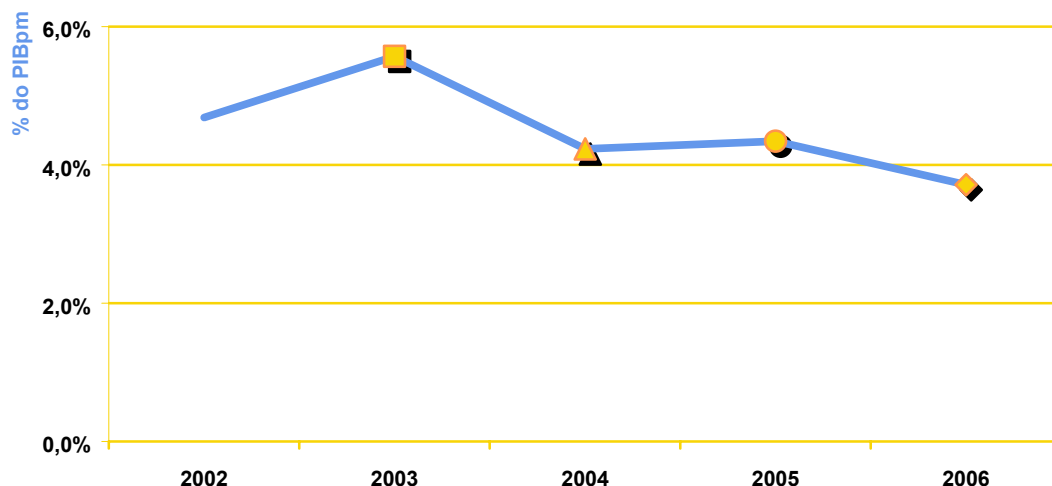
Por outro lado, importa referir que, quanto ao contributo das novas empresas do sector da saúde, a alteração da forma jurídica desses estabelecimentos hospitalares não implicou um efectivo reforço do peso do Estado na economia, mas sim uma deslocação de meios materiais e humanos do Sector Público Administrativo para o SEE.

---





<sup>32</sup>  $PIB_{pm}$  – obtido através da base de dados do INE - Contas Nacionais 1º Trimestre de 2007,  $PIB_{pm}$  – Dados em valor a preços correntes - Base 2000, em 6 de Julho de 2007)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 8.1.1.  
Peso do SEE no PIB<sub>pm</sub>



Fonte: Relatórios e contas das empresas e Instituto Nacional de Estatística

-  1.º ano completo das 31 empresas hospitalares no universo das participações da DGTF
-  Saída da EDP do universo das participações da DGTF
-  Entrada da EP no universo das participações da DGTF e acréscimo de 70 M€ no VAB<sub>pm</sub> da REN
-  Saída da GALP e REN do universo das participações da DGTF

## 8.2. Emprego

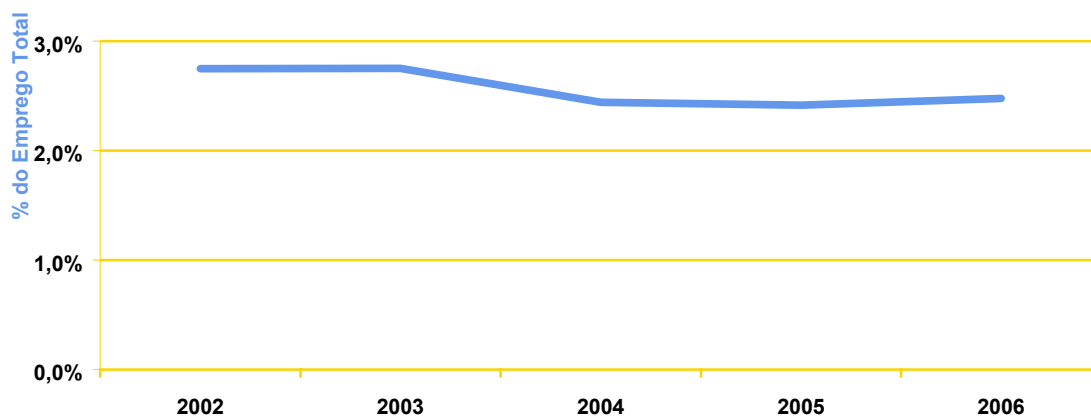
O número médio de trabalhadores do SEE (Participações relevantes) ascendeu a 127 807, revelando um crescimento de 4,8% relativamente ao exercício anterior, o que explica o reforço da importância relativa do SEE medida pelo *rácio*  $\text{Emprego}_{\text{SEE}} / \text{Emprego}_{\text{Total}}$ , em consequência da empresarialização de 5 hospitais públicos no final de 2005, cujos reflexos se fizeram sentir apenas em 2006. Este crescimento foi, contudo, ligeiramente atenuado pelo aumento simultâneo de 0,7% do Emprego na Economia.

O peso do emprego do SEE no emprego total situava-se no final de 2006, em 2,5%, o que representa um acréscimo de 2,6% em relação a 2005. Em termos globais, durante o ano de 2006 houve um incremento do volume do emprego no SEE de 4.159 efectivos.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

**Gráfico 8.2.1.**  
**Peso do SEE no Emprego**



Fonte: Relatórios e Contas das empresas e Instituto Nacional de Estatística

Caso não se considerasse o sector da saúde em 2006, o peso do emprego do SEE na economia seria de apenas 1,4%, traduzindo o esforço de redução de efectivos que vem sendo prosseguida de forma continuada nas principais EPNF e a saída de algumas sociedades do universo do SEE.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

## 9. Anexos

### 9.1. Participações relevantes em 2005 e 2006

Euros, excepto percentagens

Empresas	2005		2006	
	Participação DGTF		Participação DGTF	
	Valor Nominal	%	Valor Nominal	%
<b>1. Empresas Públicas não Financeiras</b>	<b>8.929.582.392,6</b>	<b>96,7</b>	<b>8.746.595.758,3</b>	<b>97,9</b>
<b>1.1. Comunicação Social</b>	<b>645.038.965,0</b>	<b>99,6</b>	<b>713.618.965,0</b>	<b>99,8</b>
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	5.340.000,00	50,1	2.670.000,00	50,1
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA	639.698.965,00	100,0	710.948.965,00	100,0
<b>1.2. Gestão de Infraestruturas</b>	<b>1.264.498.499,6</b>	<b>98,0</b>	<b>1.188.899.464,6</b>	<b>95,6</b>
<b>1.2.1. Infraestruturas Aéreas</b>	<b>87.448.109,9</b>	<b>72,3</b>	<b>99.654.414,9</b>	<b>48,5</b>
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	51.083.215,00	68,1	62.889.520,00	31,4
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	6.750.000,00	10,0	6.750.000,00	10,0
EDAB - Empresa de Desenv. do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000,00	82,5	3.300.000,00	82,5
NAER - Novo Aeroporto, SA	1.375.000,00	10,0	1.775.000,00	10,0
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, EPE	24.939.894,85	100,0	24.939.894,85	100,0
<b>1.2.2. Infraestruturas Ferroviárias</b>	<b>306.700.000,0</b>	<b>99,8</b>	<b>306.700.000,0</b>	<b>99,8</b>
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000,00	60,0	1.500.000,00	60,0
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	305.200.000,00	100,0	305.200.000,00	100,0
<b>1.2.3. Infraestruturas Portuárias</b>	<b>232.000.000,0</b>	<b>100,0</b>	<b>232.000.000,0</b>	<b>100,0</b>
APA - Admn. Porto Aveiro, SA	30.000.000,00	100,0	30.000.000,00	100,0
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	48.000.000,00	100,0	48.000.000,00	100,0
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000,00	100,0	60.000.000,00	100,0
APS - Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000,00	100,0	80.000.000,00	100,0
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	14.000.000,00	100,0	14.000.000,00	100,0
<b>1.2.4. Infraestruturas Rodoviárias</b>	<b>200.000.000,0</b>	<b>100,0</b>	<b>200.000.000,0</b>	<b>100,0</b>
EP - Estradas de Portugal, EPE	200.000.000,00	100,0	200.000.000,00	100,0
<b>1.2.5. Outras Infraestruturas</b>	<b>438.350.389,8</b>	<b>100,0</b>	<b>350.545.049,8</b>	<b>100,0</b>
Docapesca - Portos e Lotas, SA	8.528.400,00	100,0	8.528.400,00	100,0
EDIA - Empresa de Desenv. Infraest. Alqueva, SA	272.507.750,00	100,0	291.507.750,00	100,0
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	106.805.340,00	20,0	-	-
SIMAB - Soc.Inst. Mercados Abastecedores, SA	50.508.899,76	100,0	50.508.899,76	100,0
<b>1.3. Indústria</b>	<b>171.875.000,0</b>	<b>100,0</b>	<b>171.875.000,0</b>	<b>100,0</b>
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA	30.000.000,00	100,0	30.000.000,00	100,0

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA	141.875.000,00	100,0	141.875.000,00	100,0
<b>1.4. Requalificação Urbana</b>	<b>135.000.000,0</b>	<b>78,9</b>	<b>135.000.000,0</b>	<b>78,9</b>
AveiroPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Aveiro, SA*	5.700.000,00	60,0	5.700.000,00	60,0
CacémPolis - Soc. Desenv. Programa Polis no Cacém, SA	9.375.000,00	60,0	9.375.000,00	60,0
ChavesPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Chaves, SA	1.122.000,00	60,0	1.122.000,00	60,0
CoimbraPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Coimbra, SA*	6.000.000,00	60,0	6.000.000,00	60,0
CostaPolis - Soc. Desenv. Prog. Polis na Costa de Caparica, SA	12.600.000,00	60,0	12.600.000,00	60,0
GaiaPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Vila Nova de Gaia, SA	5.778.000,00	60,0	5.778.000,00	60,0
Parque Expo 98, SA	65.436.000,00	99,1	65.436.000,00	99,1
PolisAlbufeira - Soc. Desenv. Programa Polis em Albufeira, SA*	5.100.000,00	60,0	5.100.000,00	60,0
SetúbalPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Setúbal, SA	3.830.000,00	60,0	3.830.000,00	60,0
TomarPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Tomar, SA	1.459.000,00	60,0	1.459.000,00	60,0
VianaPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Viana do Castelo, SA	9.000.000,00	60,0	9.000.000,00	60,0
ViseuPolis - Soc. Desenv. Programa Polis em Viseu, SA*	9.600.000,00	60,0	9.600.000,00	60,0
<b>1.5. Saúde</b>	<b>1.239.900.000,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.239.900.000,0</b>	<b>100,0</b>
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	19.950.000,00	100,0	19.950.000,00	100,0
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000,00	100,0	126.860.000,00	100,0
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	44.930.000,00	100,0	44.930.000,00	100,0
Centro Hospitalar de Vila Real Peso da Régua, EPE	19.950.000,00	100,0	19.950.000,00	100,0
Centro Hospitalar do Alto Minho, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, EPE	39.950.000,00	100,0	39.950.000,00	100,0
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	29.950.000,00	100,0	29.950.000,00	100,0
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	34.940.000,00	100,0	34.940.000,00	100,0
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital de Santa Maria, EPE	133.000.000,00	100,0	133.000.000,00	100,0
Hospital de São João, EPE	112.000.000,00	100,0	112.000.000,00	100,0
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	19.950.000,00	100,0	19.950.000,00	100,0
Hospital Distrital de Santarém, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital Garcia da Orta, EPE	49.880.000,00	100,0	49.880.000,00	100,0
Hospital Geral de Santo António, EPE	79.790.000,00	100,0	79.790.000,00	100,0
Hospital Infante D. Pedro, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital Padre Américo - Vale do Sousa, EPE	19.950.000,00	100,0	19.950.000,00	100,0
Hospital Pulido Valente, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital Santa Maria Maior, EPE	9.980.000,00	100,0	9.980.000,00	100,0
Hospital Santa Marta, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital Santo André, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital São Gonçalo, EPE	9.980.000,00	100,0	9.980.000,00	100,0
Hospital São João de Deus, EPE	9.980.000,00	100,0	9.980.000,00	100,0
Hospital São Sebastião, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
Hospital São Teotónio, EPE	39.900.000,00	100,0	39.900.000,00	100,0

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

IPO - Coimbra, EPE	19.950.000,00	100,0	19.950.000,00	100,0
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000,00	100,0	49.880.000,00	100,0
IPO - Porto, EPE	39.900.000,00	100,0	39.900.000,00	100,0
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	29.930.000,00	100,0	29.930.000,00	100,0
<b>1.6. Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>383.477.965,0</b>	<b>42,9</b>	<b>236.612.350,0</b>	<b>58,6</b>
AdP - Águas de Portugal, SA	149.287.350,00	34,4	149.287.350,00	34,4
CTT - Correios de Portugal, SA	87.325.000,00	100,0	87.325.000,00	100,0
Galp Energia, SGPS, SA	146.865.615,00	17,7	-	-
<b>1.7. Transportes</b>	<b>2.896.318.020,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2.896.318.020,0</b>	<b>100,0</b>
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270,02	100,0	163.532.270,02	100,0
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	1.995.317.000,00	100,0	1.995.317.000,00	100,0
Metro do Mondego, SA	569.750,00	53,0	569.750,00	53,0
Metro do Porto, SA	500.000,00	10,0	500.000,00	10,0
Metro - Metropolitano de Lisboa, EP	603.750.000,00	100,0	603.750.000,00	100,0
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000,00	100,0	79.649.000,00	100,0
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	53.000.000,00	100,0	53.000.000,00	100,0
<b>1.8. Parpública</b>	<b>2.000.000.000,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2.000.000.000,0</b>	<b>100,0</b>
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000,00	100,0	2.000.000.000,00	100,0
<b>1.9. Outros Sectores</b>	<b>193.473.943,0</b>	<b>88,9</b>	<b>164.371.958,6</b>	<b>96,2</b>
API - Agência Portuguesa para o Investimento, EPE	110.000.000,00	100,0	110.000.000,00	100,0
EGREP - Entid.Gest.Reservas Estratég Prod.Petrolíf., EPE	250.000,00	100,0	250.000,00	100,0
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	1.618.400,00	20,2	1.618.400,00	20,2
FRME - Fundo para Revit. Modern.Tecido Emp., SGPS, SA	46.971.558,62	89,8	46.971.558,62	89,8
Sociedade Imobiliária Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA	29.101.984,39	47,6	-	-
Sociedade Portugal Vela 2007, SA	375.000,00	75,0	375.000,00	75,0
Teatro Nacional D. Maria II, SA	5.157.000,00	100,0	5.157.000,00	100,0
<b>2. Empresas Públicas Financeiras</b>	<b>2.954.133.750,0</b>	<b>99,9</b>	<b>2.954.133.750,0</b>	<b>99,9</b>
Caixa Geral de Depósitos, SA	2.950.000.000,00	100,0	2.950.000.000,00	100,0
PME Investimento, SA	4.133.750,00	15,0	4.133.750,00	15,0
<b>3. Capital de Risco</b>	<b>4.133.750,0</b>	<b>15,0</b>	<b>4.133.750,0</b>	<b>15,0</b>
PME Capital, SA (actual - INOVCAPITAL, Sociedade Capital de Risco, SA)	4.133.750,00	15,0	4.133.750,00	15,0
<b>4. Empresas Sedeadas na Estrangeiro</b>	<b>145.694.573,3</b>	<b>81,6</b>	<b>118.450.913,8</b>	<b>81,7</b>
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL	145.694.573,30	81,6	118.450.913,84	81,7
<b>5. Total</b>	<b>12.033.544.465,9</b>	<b>97,3</b>	<b>11.823.314.172,1</b>	<b>98,2</b>

\* Estas empresas entraram em liquidação em 31 -12-2006

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

## 9.2. Carteira acessória

Euros, excepto percentagens

Empresas	2005		2006	
	Participação DGTF		Participação DGTF	
	Valor Nominal	%	Valor Nominal	%
<b>Empresas Públicas não Financeiras</b>	<b>26.899.849,4</b>	<b>57,3</b>	<b>22.501.229,8</b>	<b>48,8</b>
<b>Indústria</b>	<b>11.967.804,6</b>	<b>59,3</b>	<b>11.967.804,6</b>	<b>59,3</b>
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820,00	25,0	74.820,00	25,0
DECOVIZ-Produtos de Decoração, Ld <sup>a</sup>	4.987,98	1,7	4.987,98	1,7
DILOP-Alimentos do Sul, SA	58.800,00	19,6	58.800,00	19,6
DILOP-Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	31.355,00	19,6	31.355,00	19,6
DILOP-Produtos Alimentares, SA	1.772.200,00	19,6	1.772.200,00	19,6
DILOP-Transportes, SA	64.915,00	19,6	64.915,00	19,6
Efacec Int. Financing,SGPS,SA	38.173,50	5,0	38.173,50	5,0
Lisnave-Estaleiros Navais, SA	148.330,00	3,0	148.330,00	3,0
Metalurgia Casal,SA	9,98	0,0	9,98	0,0
Sociedade Aguas da Curia,SA	160,00	0,0	160,00	0,0
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE,SA	8.112.949,00	81,1	8.112.949,00	81,1
Sociedade Têxtil da Cuca, SA	650.182,03	5,9	650.182,03	5,9
TEVITOM-Confeccções de vestuário,Ld <sup>a</sup> .	4.987,98	0,4	4.987,98	0,4
TEVIZ-Têxtil de Vizela,SA	1.005.934,10	6,8	1.005.934,10	6,8
<b>Outros Sectores</b>	<b>14.932.044,8</b>	<b>55,8</b>	<b>10.533.425,2</b>	<b>36,9</b>
AMBELIS-Agência p/Modernização Económica de Lisboa,SA	2.740,00	1,4	2.740,00	1,4
Caso-Centro de Abate de Suínos do Oeste, Ld <sup>a</sup>	293.293,16	19,6	293.293,16	19,6
CIMPOFIM-Projetos Técnicos e Financeiros,SA	299.400,00	18,6	648.435,00	18,7
CNEMA- Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas,SA	30.000,00	0,9	30.000,00	0,9
Comundo-Consorcio Mundial Export. Importação, SA	17,47	0,0	17,47	0,0
Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL	1.606,14	53,7	1.606,14	53,7
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré,CRL	0,50	0,0	0,50	0,0
EUT-Empreendimentos Urbanos e Turismo,SA	69.133,68	24,1	69.133,68	24,1
Gestínsua-Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil.,SA	8.750,00	17,5	8.750,00	17,5
Imobiliária Construtora Grão-Pará,SA	20,00	0,0	20,00	0,0
MANTERO-Agricultura e Comércio Internacional,SA	2.197.300,00	43,5	2.197.300,00	43,5
Martins & Rebelo - Ind. Lácteas e Alimentares,SA	4.651.823,76	37,3	4.651.823,76	37,3
Matur-Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira,SA	20,00	0,0	20,00	0,0
Metanova-Comércio e Gestão de Imóveis,SA	37.410,00	10,0	37.410,00	10,0
NET-Novas Empresas e Tecnologias,SA	17.430,00	7,4	17.430,00	7,4
Parques de Sintra - Monte da Lua,SA	375.000,00	15,0	375.000,00	15,0
PROPNERY-Propriedades e Equipamentos,SA	2.118.255,00	43,7	2.118.255,00	43,7
SANJIMO - Soc. Imobiliária SA	4.930,12	8,0	4.930,12	8,0
Sociedade Pereira Pinto,Ld <sup>a</sup> -Farmácia Central de Carcavelos	4.750.000,00	95,0	1.895,43	95,0

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Euros, excepto percentagens

Empresas	2005		2006	
	Participação DGTF		Participação DGTF	
	Valor Nominal	%	Valor Nominal	%
Sociedade Turística da Penina,SA	14,97	0,0	14,97	0,0
Sonagi-Soc. Nacional Gestão Investimento,SA	50,00	0,0	500,00	0,0
SPIDOURO-Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes SA	74.850,00	8,3	74.850,00	8,3
<b>Empresas Sedeadas na Estrangeiro</b>	<b>330.941,5</b>	<b>35,0</b>	<b>295.569,0</b>	<b>35,0</b>
FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique	144398,17	5	129.336,51	5,1
IPE MACAU-Invest. e Participações Empresarias,SARL	106596,1711	100	94.990,00	100,0
WTC MACAU - World Trade Center Macau,SARL	79947,1283	2,5	71.242,50	2,5
<b>Total</b>	<b>27.230.790,8</b>		<b>22.796.798,8</b>	

\* Não foram indicadas as empresas que se encontram em processo de liquidação

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

### 9.3. Outras Participações

#### Empresas em Liquidação

Euros, excepto percentagens

Empresas	2006	
	Participação DGTF	
	Valor Nominal	%
BejaPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Beja, SA	2.856.000,0	60,00
BragançaPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Bragança, SA	3.592.000,0	60,00
Casa da Música/Porto 2001, SA	36.344.996,00	86,92
COPENAVE-Coop.Abastecedora de Navios, CRL	1.010,56	
DIATRADA - Comércio e Indústria de Diamantes. Lda	53.770,41	49,00
GESTNAVE-Prestaç. de Serv. Indust.,SA	200.000,00	100,00
LeiriaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis Leiria,SA	7.500.000,00	60,00
Messa-Indústria de Precisão,SA	199.519,16	40,00
PEC-Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, SA	36.646.345,00	100,00
PolisCastelo Branco-Soc.Des.Progr.Polis Castelo Br., SA	5.880.000,00	60,00
PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000,00	60,00
PolisGuarda-Soc.Desenvolv.Progr.Polis na Guarda, SA	4.725.000,00	60,00
PolisMatosinhos-Soc.Des.Progr.Polis Matosinhos, SA	3.000.000,00	60,00
PolisVila do Conde-Soc. Des. Pr. Polis em Vila Conde, SA	4.800.000,00	60,00
PolisVila Real-Soc. Des. Progr. Polis em Vila Real, SA	4.650.000,00	60,00
PortalegrePolis-Soc.Des.Prog. Polis em Portalegre,SA	1.347.000,00	60,00
Silopor-Empresa Silos Portuários, SA	46.388.204,43	100,00
SilvesPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Silves, SA	748.000,00	60,00
<b>Total</b>	<b>163.522.845,6</b>	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Participações em Fundos de Investimento

Euros, excepto percentagens

Empresas	2005		2006	
	Participação DGTF		Participação DGTF	
	Valor Nominal	%	Valor Nominal	%
<b>Empresas Públicas Financeiras</b>	<b>50.987.231,2</b>	<b>22,7</b>	<b>50.987.231,2</b>	<b>22,7</b>
Fundo Invest. Imobil. Fechado Margueira Capital	50.987.231,18	22,7	50.987.231,18	22,7
<b>Capital de Risco</b>	<b>48.682.666,3</b>	<b>52,4</b>	<b>47.909.529,7</b>	<b>56,0</b>
FIQ - GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	4.987.979,00	7,7	4.987.979,00	7,7
FIQ - API CAPITAL I	6.234.972,50	50,0	6.234.972,50	50,0
FIQ - PME CAPITAL ( actual - FIQ INOVCAPITAL)	16.909.245,42	64,9	16.909.245,42	64,9
FIQ - PME CAPITAL VALOR (actual - FIQ INOVCAPITAL VALOR)	1.820.611,97	6,6	1.820.611,97	6,6
FIQ - PME INVESTIMENTOS (actual - FIQ INOVCAPITAL 2)	16.909.245,42	64,0	16.136.108,83	75,1
FIQ - PME INVESTIMENTOS VALOR (actual - FIQ INOVCAPITAL VALOR 2)	1.820.611,97	6,6	1.820.611,97	6,6
<b>Total</b>	<b>99.669.897,5</b>	<b>37,2</b>	<b>98.896.760,9</b>	<b>38,8</b>

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

## 9.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2006

Milhares de euros

RUBRICAS	C. Social	Gestão de Infraestruturas					Requalificação Urbana					Serviços					TOTAL	
		Transportes					Indústria	Programa Polis	Outras	SOMA	Saúde	de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros			
		Aéreas	Portuárias	Ferrovíarias	Rodoviárias	SOMA												
Custos e Perdas																		
Cust. merc. vend. e mat.cons.	80.521	2.134	1.139	25.123	0	28.396	3.164	31.561	46.770	0	27.276	27.276	864.598	33.571	50.229	216.352	14	1.350.892
Fornecim. e serviços externos	69.221	120.888	29.455	106.039	99.439	355.821	48.260	404.081	23.537	1.456	19.934	21.389	412.464	433.381	307.273	1.097.522	40.014	2.808.881
Custos c/ pessoal	118.188	216.601	54.557	111.491	45.449	428.098	20.921	449.018	26.306	162	17.530	17.691	1.546.470	580.892	384.071	430.473	9.467	3.562.576
Amortiz. imob. corp. e incorp.	17.236	95.084	47.398	9.290	2.466	154.238	16.022	170.260	19.515	10.441	7.396	17.837	88.781	220.215	193.187	103.905	6.907	837.844
Provisões	940	1.707	1.285	6.338	960	10.291	35	10.326	1.746	1	65	66	30.124	49.462	2.782	25.352	16	120.814
Impostos	4.503	947	1.550	6.320	32	8.848	436	9.284	599	0	3.062	3.063	252	10.001	4.983	0	616	33.301
Outros custos operacionais	1.523	16.904	8.373	3.647	66	28.991	950	29.941	47	0	136	136	3.324	5.946	61.785	22.581	3.656	128.941
Custos Operacionais	292.132	454.265	143.759	268.247	148.412	1.014.683	89.788	1.104.472	118.520	12.060	75.399	87.459	2.946.012	1.333.467	1.004.311	1.896.185	60.691	8.843.249
Custos e perdas financeiras	35.488	30.235	7.321	168.731	59	206.347	13.926	220.273	4.423	5	25.459	25.463	1.181	105.339	244.762	146.062	11.463	794.454
Custos e perdas extraordinárias	10.534	5.565	4.377	18.631	1.622	30.195	1.572	31.767	1.377	1	2.674	2.676	107.344	36.109	13.026	126.833	903	330.569
Impostos s/ rendim. exercício	666	16.384	4.005	141	324	20.855	152	21.006	774	0	111	111	2.443	55.168	471	22.485	1.075	104.201
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	(1.159)	(1.159)	(419)	0	(1.342)	(1.342)	0	8.817	0	1.013	131	7.047
Total	338.821	506.449	159.462	455.751	150.418	1.272.079	104.279	1.376.359	124.676	12.066	102.301	114.367	3.056.981	1.538.900	1.262.570	2.192.578	74.263	10.079.515
Proveitos e Ganhos																		
Vendas	165.396	1.119	263	20.200	0	21.583	15.846	37.428	75.948	0	42.433	42.433	53.340	324.357	421	275.399	32.565	1.007.288
Prestação de serviços	18.348	493.425	144.228	62.967	1.402	702.022	34.519	736.541	16.170	44	33.897	33.941	2.306.196	994.861	486.380	1.632.825	18.261	6.243.523
Variação produção	0	0	0	(15.410)	0	(15.410)	29.560	14.150	(52)	0	(1.193)	(1.193)	4.157	0	(44)	890	0	17.908
Trab. p/ a própria empresa	0	5.326	965	53.457	0	59.748	2.501	62.249	1.151	1.257	62	1.319	0	33.291	20.713	2.465	0	121.188
Proveitos suplementares	219	5.969	5.732	16.412	8.300	36.414	385	36.799	1.018	236	5.837	6.072	7.006	70.285	17.496	0	1.861	140.757
Subsídios / Indemniz. Compensatóri.	125.549	187	30	28.998	133.668	162.883	21	162.903	4.942	0	0	0	188.428	37	120.154	16.903	12.507	631.423
Reversões de amortiz. Ajust.	640	0	0	1.089	0	1.089	558	1.648	497	0	2.783	2.783	629	0	333	0	85	6.614
Outros prov. e ganhos operac.	428	1.626	660	861	8	3.156	2.079	5.235	11.552	0	0	0	156.488	3.354	10.478	236.105	1.125	424.764
Proveitos Operacionais	310.580	507.653	151.878	168.574	143.379	971.484	85.469	1.056.952	111.226	1.537	83.819	85.356	2.716.243	1.426.184	655.931	2.164.587	66.404	8.593.464
Proveitos e ganhos financeiros	1.264	5.825	2.888	70.469	485	79.666	1.116	80.783	3.595	79	3.240	3.318	26.844	21.988	17.273	524.908	1.671	681.644
Proveitos e ganhos extraordinários	3.302	23.789	22.823	14.962	5.290	66.863	7.005	73.869	8.907	6.003	18.634	24.638	123.271	124.733	32.217	294.915	3.829	689.680
Total	315.145	537.267	177.589	254.005	149.154	1.118.014	93.590	1.211.604	123.728	7.619	105.693	113.312	2.866.359	1.572.905	705.421	2.984.410	71.905	9.964.787
Resultados operacionais																		
Antes de subsídios / IC's	(107.101)	53.201	8.090	(128.671)	(138.701)	(206.082)	(4.341)	(210.423)	(12.236)	(10.523)	8.420	(2.103)	(418.196)	92.680	(468.534)	251.499	(6.795)	(881.209)
Após subsídios / IC's	18.448	53.388	8.119	(99.673)	(5.033)	(43.200)	(4.320)	(47.519)	(7.294)	(10.523)	8.420	(2.103)	(229.769)	92.717	(348.380)	268.402	5.713	(249.785)
Resultados financeiros	(34.225)	(24.410)	(4.433)	(98.263)	426	(126.680)	(12.810)	(139.490)	(828)	74	(22.219)	(22.145)	25.663	(83.350)	(227.490)	378.846	(9.791)	(112.810)
Resultados correntes	(15.777)	28.978	3.686	(197.936)	(4.608)	(169.880)	(17.130)	(187.010)	(8.122)	(10.449)	(13.799)	(24.248)	(204.106)	9.366	(575.869)	647.248	(4.078)	(362.596)
Resultados extraordinários	(7.232)	18.224	18.446	(3.669)	3.668	36.669	5.433	42.102	7.529	6.002	15.960	21.962	15.927	88.624	19.191	168.082	2.926	359.110
Resultados Líquidos																		
Com interesses minoritários	(23.675)	30.818	18.127	(201.746)	(1.264)	(154.066)	(11.849)	(165.914)	(1.367)	(4.447)	2.050	(2.398)	(190.622)	42.823	(557.150)	792.845	(2.228)	(107.686)
Sem interesses minoritários	(23.675)	30.818	18.127	(201.746)	(1.264)	(154.066)	(10.689)	(164.755)	(948)	(4.447)	3.392	(1.056)	(190.622)	34.006	(557.150)	791.832	(2.359)	(114.727)
INDICADORES																		
VABcf	155.267	382.058	119.073	29.142	43.900	574.173	30.972	605.145	28.271	80	30.764	30.844	1.281.814	945.878	282.635	614.608	24.550	3.969.012
VABpm	34.221	382.818	120.594	6.464	(89.737)	420.139	31.386	451.525	23.928	81	33.827	33.907	1.093.638	955.842	167.464	597.705	12.659	3.370.890
Meios Libertos Operacionais	36.624	150.179	56.803	(84.045)	(1.607)	121.329	11.738	133.067	13.967	(82)	15.882	15.800	(110.864)	362.394	(152.411)	397.659	12.636	708.873
Meios Libertos Líquidos	(5.499)	127.609	66.810	(186.118)	2.162	10.463	5.368	15.831	20.313	5.994	10.853	16.847	(71.717)	303.683	(361.180)	921.089	4.565	843.931
Volum. de Negócios	183.744	494.544	144.491	83.167	1.402	723.605	50.365	773.969	92.118	44	76.330	76.374	2.359.536	1.319.217	486.802	1.908.224	50.826	7.250.811
N.º médio de trabalhadores	2.616	2.759	1.182	3.675	1.702	9.318	815	10.133	1.004	26	323	349	53.074	21.452	11.099	7.878	155	107.760
Produtividade per capita	59	138	101	8	26	62	38	60	28	3	95	88	24	44	25	78	158	36,3



## 9.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2005

Milhares de euros

RUBRICAS	C. Social	Gestão de Infraestruturas						Outras	SOMA	Indústria	Requalificação Urbana			Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros	TOTAL
		Transportes					Programa Polis				Outras	SOMA							
		Aéreas	Portuárias	Ferroviárias	Rodoviárias	SOMA													
Custos e Perdas																			
Cust. merc. vend. e mat.cons.	82.081	2.254	1.158	26.333	0	29.745	3.997	33.742	35.817	0	6.706	6.706	598.030	32.369	44.865	151.420	8.476	993.507	
Fornecim. e serviços externos	63.930	113.537	29.412	89.015	68.112	300.076	27.173	327.249	23.731	5.058	18.976	24.034	358.248	413.414	271.170	936.900	26.389	2.445.065	
Custos c/ pessoal	107.915	211.041	52.813	117.195	54.748	435.797	21.753	457.551	28.215	194	18.710	18.904	1.180.804	545.014	402.360	395.023	10.566	3.146.352	
Amortiz. imob. corp. e incorp.	19.899	95.742	45.686	10.323	2.534	154.286	14.017	168.303	14.907	3.316	14.245	17.561	91.342	199.789	185.422	92.567	5.940	795.730	
Provisões	215	13	3.306	3.646	1	6.967	2.006	8.973	8.182	0	2.037	2.037	13.351	20.316	5.939	8.563	1.602	69.178	
Impostos	4.659	297	1.159	4.459	0	5.914	378	6.292	770	0	2.304	2.304	23	8.261	2.813	0	662	25.785	
Outros custos operacionais	1.070	13.886	6.109	3.903	62	23.960	963	24.923	59	0	91	91	3.428	9.192	56.737	18.738	1.274	115.512	
Custos Operacionais	279.769	436.769	139.642	254.875	125.458	956.745	70.288	1.027.033	111.681	8.567	63.069	71.637	2.245.225	1.228.356	969.307	1.603.211	54.910	7.597.128	
Custos e perdas financeiras	29.798	27.645	5.562	72.354	70	105.631	16.689	122.321	4.487	3	22.974	22.977	1.498	56.758	200.305	109.460	10.578	558.183	
Custos e perdas extraordinárias	16.089	11.960	6.503	35.994	1.398	55.854	1.027	56.881	5.404	1	18.808	18.809	161.735	10.995	18.071	28.209	2.212	318.405	
Impostos s/ rendim. exercício	686	13.435	622	79	112	14.248	141	14.389	108	1	231	231	1.558	24.244	190	5.387	2.777	49.570	
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	(3.293)	(3.293)	(426)	0	(1.068)	(1.068)	0	5.754	0	914	116	1.997	
Total	326.342	489.810	152.329	363.303	127.037	1.132.479	84.852	1.217.331	121.253	8.572	104.014	112.586	2.410.016	1.326.106	1.187.874	1.747.181	70.594	8.519.283	
Proveitos e Ganhos																			
Vendas	0	1.053	263	0	60	1.376	10.550	11.926	72.133	0	28.511	28.511	146.156	300.651	398	172.627	13.982	746.385	
Prestação de serviços	158.272	459.766	135.089	65.287	1.030	661.171	34.853	696.024	13.558	125	33.061	33.186	1.602.392	907.057	450.687	1.381.329	49.226	5.291.729	
Variação produção	0	0	0	0	0	0	15.547	15.547	370	0	48	48	18	0	3	10.064	0	26.050	
Trab. p/ a própria empresa	0	5.759	825	52.734	0	59.318	7.566	66.883	219	4.852	70	4.922	318	22.956	31.756	3.101	179	130.333	
Proveitos suplementares	92	5.103	5.604	16.957	5.186	32.849	1.501	34.350	515	289	5.564	5.852	13.518	74.024	18.576	0	1.318	148.247	
Subsídios / Indemniz. Compensatóri.	122.456	127	95	27.121	112.255	139.598	0	139.598	209	0	0	0	247.278	20	113.672	16.522	42	639.797	
Reversões de amortiz. Ajust.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros prov. e ganhos operac.	3.401	2.251	1.286	736	152	4.425	1.497	5.923	1.270	0	7.922	7.922	66.919	2.142	13.750	69.507	78	170.912	
Proveitos Operacionais	284.220	474.059	143.162	162.834	118.683	898.737	71.514	970.252	88.275	5.266	75.175	80.441	2.076.599	1.306.850	628.842	1.653.150	64.825	7.153.453	
Proveitos e ganhos financeiros	1.479	6.457	3.632	19.552	1.073	30.715	1.710	32.425	1.874	122	2.736	2.859	21.321	16.611	239.431	2.253	321.998	321.998	
Proveitos e ganhos extraordinários	10.569	27.529	19.022	20.525	2.947	70.024	3.856	73.880	18.060	1.860	19.839	21.699	220.571	33.433	37.049	19.311	3.792	438.365	
Total	296.268	508.045	165.815	202.912	122.703	999.476	77.080	1.076.556	108.209	7.248	97.751	104.999	2.318.492	1.356.895	669.636	1.911.892	70.869	7.913.816	
Resultados operacionais																			
Antes de subsídios / IC's	(118.005)	37.163	3.424	(119.162)	(119.030)	(197.605)	1.226	(196.379)	(23.614)	(3.302)	12.106	8.804	(415.905)	78.474	(454.137)	33.417	9.873	(1.077.472)	
Após subsídios / IC's	4.451	37.289	3.519	(92.041)	(6.775)	(58.008)	1.226	(56.781)	(23.406)	(3.302)	12.106	8.804	(168.627)	78.494	(340.465)	49.939	9.915	(437.675)	
Resultados financeiros	(28.319)	(21.188)	(1.930)	(52.802)	1.003	(74.917)	(14.979)	(89.896)	(2.613)	120	(20.238)	(20.118)	19.824	(40.147)	(196.560)	129.971	(8.326)	(236.185)	
Resultados correntes	(23.868)	16.102	1.589	(144.843)	(5.772)	(132.924)	(13.753)	(146.677)	(26.019)	(3.182)	(8.132)	(11.314)	(148.803)	38.347	(537.026)	179.910	1.589	(673.860)	
Resultados extraordinários	(5.520)	15.569	12.520	(15.469)	1.550	14.170	2.829	16.998	12.656	1.859	1.032	2.890	58.837	22.438	18.978	(8.898)	1.580	119.960	
Resultados Líquidos																			
Com interesses minoritários	(30.074)	18.236	13.486	(160.391)	(4.334)	(133.003)	(11.065)	(144.068)	(13.470)	(1.324)	(7.331)	(8.655)	(91.525)	36.542	(518.238)	165.625	392	(603.470)	
Sem interesses minoritários	(30.074)	18.236	13.486	(160.391)	(4.334)	(133.003)	(7.772)	(140.775)	(13.044)	(1.324)	(6.263)	(7.587)	(91.525)	30.788	(518.238)	164.711	276	(605.467)	
IIIDICADORES																			
VABcf	130.149	355.720	110.146	42.291	50.419	558.577	38.469	597.046	26.687	208	39.266	39.474	1.053.379	850.664	296.243	495.323	29.220	3.518.185	
VABpm	12.353	355.890	111.210	19.629	(61.836)	424.893	38.847	463.740	27.248	208	41.571	41.779	806.123	858.904	185.384	478.801	29.840	2.904.172	
Meios Libertos Operacionais	24.565	133.045	52.511	(78.071)	(4.240)	103.245	17.250	120.495	(317)	14	28.387	28.402	(63.934)	298.600	(149.104)	151.069	17.458	427.233	
Meios Libertos Líquidos	(9.960)	113.991	62.478	(146.422)	(1.798)	28.250	8.251	36.501	10.045	1.992	10.018	12.011	13.168	250.894	(326.877)	265.841	7.818	259.441	
Volume de Negócios	158.272	460.819	135.352	65.287	1.090	662.547	45.403	707.951	85.691	125	61.572	61.697	1.748.548	1.207.708	451.085	1.553.956	63.208	6.038.115	
N.º médio de trabalhadores	2.671	2.773	1.125	4.040	1.661	9.599	845	10.444	1.033	25	376	401	40.148	21.603	11.663	8.122	269	96.354	
Produtividade per capita	49	128	98	10	30	58	46	57	26	8	104	98	26	39	25	61	109	36,5	

## 9.6. Balanço das EPNF por sectores – 2006

Milhares de euros

RUBRICAS	C. Social	Gestão de Infraestruturas						Requalificação Urbana			Saúde	Serviços					TOTAL	
		Infraestruturas de Transportes					Indústria	Programa Polis	Outras	SOMA		Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros			
		Aéreas	Portuárias	Ferrovárias	Rodoviárias	SOMA										Outras		SOMA
Activo Líquido	455.824	1.662.198	1.515.087	6.987.732	10.653.475	20.818.492	1.501.898	22.320.390	693.873	393.622	541.830	935.452	2.849.953	5.959.868	7.202.281	7.904.630	649.808	48.972.079
Imobilizado	238.904	1.180.552	1.398.503	6.681.878	10.403.602	19.664.535	1.318.509	20.983.044	555.581	244.714	265.737	510.451	907.023	3.819.413	6.513.911	5.083.603	204.464	38.816.393
Incorpóreo	129.789	27.146	7.732	68.078	0	102.955	8.572	111.527	5.380	76.144	12.796	88.939	2.360	131.662	179.212	399.545	745	1.049.158
Corpóreo	106.314	1.109.688	1.381.412	6.538.906	10.403.602	19.433.608	1.309.241	20.742.849	527.113	160.731	249.360	410.091	902.254	3.578.676	6.297.490	1.239.594	112.806	33.917.187
Investimento financeiro	2.801	43.719	9.359	74.894	0	127.972	696	128.669	23.087	7.839	3.581	11.420	2.409	109.075	37.209	3.444.464	90.913	3.850.048
Circulante	173.499	363.993	92.478	249.559	57.799	763.829	173.019	936.848	90.462	95.263	227.556	322.819	1.600.904	1.926.516	273.095	2.782.143	433.217	8.539.503
Existências	97.389	1.520	856	23.130	0	25.506	44.860	70.366	16.345	3	25.730	25.732	92.470	18.214	15.342	183.894	269.338	789.091
Dívidas de terceiros - m/ prazo	381	0	648	0	0	648	100	748	14.147	0	0	0	8.187	22.588	423	980.460	30	1.026.963
Dívidas de terceiros - c/ prazo	74.039	141.225	36.201	145.956	54.797	378.179	119.864	498.043	28.407	64.088	155.779	219.867	733.131	1.189.618	242.978	552.584	17.900	3.556.568
Tít. negoc., dep. banc. e caixa	1.690	221.248	54.773	80.472	3.002	359.495	8.195	367.691	31.563	31.172	46.048	77.220	767.115	696.097	14.351	1.065.205	145.949	3.166.881
Acréscimos e diferimentos	43.420	117.653	24.107	56.295	192.074	390.128	10.370	400.498	47.831	53.645	48.537	102.182	342.027	213.939	415.275	38.884	12.127	1.616.182
Acréscimos de proveitos	19.991	13.515	2.790	46.736	183.340	246.381	8.947	255.328	47.228	40	3.907	3.947	341.182	2.105	13.916	0	5.958	689.655
Custos diferidos	21.758	91.671	7.590	9.559	8.734	117.554	1.423	118.977	409	53.604	44.575	98.179	844	88.725	401.359	0	3.410	733.661
Activos por impostos diferidos	1.672	12.466	13.727	0	0	26.192	0	26.192	194	0	55	55	0	123.110	0	38.884	2.759	192.865
Capital próprio	(703.357)	393.468	689.261	2.319.271	10.217.220	13.619.220	304.415	13.923.635	128.969	171.477	(6.002)	165.475	1.300.603	640.263	(1.958.660)	3.274.930	174.537	16.946.394
Capital	716.274	314.250	232.000	307.700	200.000	1.053.950	350.545	1.404.495	171.875	115.940	66.051	181.991	1.276.964	521.825	2.901.323	2.000.000	176.212	9.350.959
Acções próprias	0	0	6.845	0	0	6.845	0	6.845	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.845
Prémios de emissão de acções	0	0	0	0	0	0	0	0	16.476	0	0	0	0	0	0	0	59.031	75.507
Prestações suplementares	122.682	0	0	0	0	0	0	0	0	62.156	0	62.156	0	0	463.740	0	0	648.578
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	364	7.053	0	0	0	7.418
Ajustamento partes de capital	(29)	6.974	0	(37)	9.975.972	9.982.909	(102)	9.982.807	(17.618)	0	11	11	0	(6.390)	4.407	(304.654)	(3.111)	9.655.422
Reservas	12.825	88.012	515.686	3.334.471	51.140	3.989.309	13.422	4.002.732	17.123	0	49.003	49.003	619.578	79.967	1.213.981	696.499	8.399	6.700.106
Resultados transitados	(1.531.433)	(46.586)	(83.397)	(1.121.116)	(8.628)	(1.259.727)	(48.761)	(1.308.489)	(57.938)	(2.172)	(124.459)	(126.631)	(405.680)	3.802	(5.984.962)	380.153	(63.635)	(9.094.814)
Resultado líquido do exercício	(23.675)	30.818	18.127	(201.746)	(1.264)	(154.066)	(10.689)	(164.755)	(948)	(4.447)	3.392	(1.056)	(190.622)	34.006	(557.149)	791.832	(2.359)	(114.727)
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(288.900)	0	(288.900)
Interesses Minoritários	0	0	0	0	0	0	5.050	5.050	103	0	(13.073)	(13.073)	0	186.914	0	23.047	2.235	204.336
Passivo Líquido	1.159.181	1.268.730	825.826	4.668.461	436.256	7.199.273	1.192.433	8.391.706	564.801	222.145	560.844	782.990	1.549.350	5.132.691	9.160.941	4.606.653	473.036	31.821.348
Prov. p/ riscos e encargos	59.957	63.852	119.938	32.327	15.301	231.418	38.689	270.107	14.767	23	2.194	2.217	110.018	117.325	257.268	47.477	241	879.377
Dívidas a terceiros - m/ prazo	870.711	683.337	113.411	4.056.227	0	4.852.974	512.635	5.365.609	60.982	0	98.409	98.409	1.235	893.268	6.830.880	3.315.510	288.392	17.724.996
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	98.409	98.409	0	0	848.582	0	0	1.246.991
Empréstimos bancários	868.880	682.496	112.238	4.056.222	0	4.850.956	211.046	5.062.003	38.550	0	0	0	430	794.162	3.884.187	2.730.085	287.000	13.665.296
Outras	1.831	841	1.172	4	0	2.018	1.588	3.606	22.432	0	0	0	806	99.106	2.098.111	585.425	1.392	2.812.709
Dívidas a terceiros - c/ prazo	114.040	117.523	88.956	418.712	231.380	856.570	153.379	1.009.950	84.746	97.623	374.978	472.601	1.045.966	2.089.615	1.416.683	1.159.655	96.960	7.490.215
Empr. p/ obrigações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98.727	98.727	0	0	73.039	0	0	171.766
Empréstimos bancários	65.150	18.960	44.351	224.384	64.037	351.731	63.248	414.979	16.869	55.209	242.604	297.813	0	867.293	979.302	528.138	11.239	3.180.783
Outras	48.890	98.562	44.605	194.328	167.343	504.839	90.132	594.971	67.876	42.414	33.847	76.062	1.045.966	1.222.321	364.342	631.517	85.722	4.137.666
Acréscimos e Diferimentos	114.473	404.018	503.522	161.195	189.575	1.258.310	487.730	1.746.040	404.307	124.499	85.263	209.762	392.131	2.032.483	656.109	84.011	87.443	5.726.761
Acréscimos de custos	110.628	132.079	10.019	96.947	189.575	428.620	10.217	438.836	11.043	510	24.374	24.884	245.900	508.819	137.955	6.690	7.770	1.492.524
Proveitos diferidos	3.588	271.560	492.803	64.248	0	828.611	477.482	1.306.093	393.265	123.989	60.889	184.878	146.231	1.474.286	507.597	0	79.673	4.095.611
Passivos p/ impostos diferidos	258	379	700	0	0	1.079	31	1.110	0	0	0	0	0	49.378	10.557	77.321	0	138.625
C. Próprio + Passivo + I. Minor.	455.824	1.662.198	1.515.087	6.987.732	10.653.475	20.818.492	1.501.898	22.320.391	693.873	393.622	541.830	935.452	2.849.953	5.959.868	7.202.281	7.904.630	649.808	48.972.079
INDICADORES																		
Autonomia Financeira	-154,3%	23,7%	45,5%	33,2%	95,9%	65,4%	20,3%	62,4%	18,6%	43,6%	-1,1%	17,7%	45,6%	10,7%	-27,2%	41,4%	26,9%	34,6%
Solvabilidade	-60,7%	31,0%	83,5%	49,7%	2342,0%	189,2%	25,5%	165,9%	22,8%	77,2%	-1,1%	21,1%	83,9%	12,5%	-21,4%	71,1%	36,9%	53,3%
Activo Fixo/Activo Total	57,8%	77,3%	93,8%	95,8%	97,7%	95,2%	87,9%	94,7%	82,2%	75,8%	57,3%	65,1%	32,1%	68,0%	96,0%	77,2%	32,4%	83,3%
Cap.Permanentes/Activo Fixo	65,2%	105,0%	91,2%	96,2%	98,1%	97,4%	98,1%	97,5%	102,3%	99,0%	49,4%	73,7%	158,1%	75,4%	77,9%	109,3%	257,6%	95,4%
Passivo MLP/Capitais Próprios	-123,8%	173,7%	16,5%	174,9%	0,0%	35,6%	168,4%	38,5%	47,3%	0,0%	-1639,7%	59,5%	0,1%	139,5%	-348,8%	101,2%	165,2%	104,6%
Passivo Total/Activo Total	254,3%	76,3%	54,5%	66,8%	4,1%	34,6%	79,4%	37,6%	81,4%	56,4%	103,5%	83,7%	54,4%	86,1%	127,2%	58,3%	72,8%	65,0%

## 9.7. Balanço das EPNF por sectores – 2005

Milhares de euros

RUBRICAS	C. Social	Gestão de Infraestruturas						Requalificação Urbana			Saúde	Serviços Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL		
		Infraestruturas de Transportes					Outras	SOMA	Indústria	Programa Polis							Outras	SOMA
		Aéreas	Portuárias	Ferrovárias	Rodoviárias	SOMA												
Activo Líquido	412.788	1.571.884	1.481.017	6.564.164	9.651.952	19.269.017	1.447.900	20.716.917	483.918	305.351	680.053	985.404	2.061.715	5.257.719	7.028.215	6.680.962	577.982	44.205.619
Imobilizado	234.517	1.159.388	1.369.425	6.350.489	9.604.289	18.483.591	1.223.003	19.706.594	381.583	149.439	287.067	436.505	627.442	3.404.415	6.277.029	3.564.547	254.952	34.887.585
Incorpóreo	128.379	23.542	4.478	59.971	0	87.991	10.058	98.049	3.410	53.051	13.052	66.103	25.891	151.860	222.583	87.522	2.739	786.537
Corpóreo	102.189	1.088.065	1.354.098	6.233.487	9.604.289	18.279.939	1.212.340	19.492.278	357.313	92.356	270.092	362.448	600.433	3.163.430	6.028.373	1.036.774	144.117	31.287.355
Investimento financeiro	3.949	47.781	10.849	57.031	0	115.661	605	116.266	20.860	4.032	3.922	7.954	1.118	89.125	26.072	2.440.251	108.096	2.813.693
Circulante	136.479	282.858	85.915	203.379	15.850	588.001	223.167	811.168	84.983	68.392	385.490	453.882	1.228.699	1.543.575	336.316	3.074.624	316.008	7.985.734
Existências	68.312	1.858	933	44.302	0	47.094	137.986	185.080	8.121	3	47.936	47.939	67.966	18.321	16.124	265.248	182.622	859.733
Dívidas de terceiros - m/ prazo	153	115	0	0	0	115	0	115	20.384	0	0	0	25.208	20.497	3.828	989.553	30	1.059.767
Dívidas de terceiros - c/ prazo	65.404	141.711	36.486	140.708	15.283	334.188	60.296	394.483	13.861	22.821	287.822	310.643	608.823	1.018.062	303.782	287.249	22.867	3.025.174
Tít. negoc., dep. banc. e caixa	2.611	139.174	48.496	18.368	567	206.605	24.885	231.490	42.618	45.568	49.732	95.300	526.702	486.695	12.582	1.532.574	110.489	3.041.060
Acréscimos e diferimentos	41.791	129.638	25.678	10.297	31.813	197.425	1.730	199.156	17.352	87.521	7.496	95.917	205.574	309.728	414.870	41.791	7.022	1.332.301
Acréscimos de proventos	15.715	8.137	1.708	4.217	38	14.100	948	15.048	16.502	45	4.836	4.882	204.988	2.050	2.603	0	4.422	266.208
Custos diferidos	23.980	101.041	8.264	6.080	31.775	147.160	782	147.942	627	87.476	2.631	90.107	586	149.640	412.267	0	1.896	827.046
Activos por impostos diferidos	2.097	20.460	15.706	0	0	36.166	0	36.166	223	0	28	28	0	158.039	0	41.791	704	239.046
Capital próprio	(750.930)	375.393	673.572	2.443.165	9.306.028	12.798.158	298.347	13.096.505	130.879	175.620	(9.030)	166.589	1.035.094	607.921	(1.479.760)	2.935.656	199.840	15.941.794
Capital	650.349	183.250	232.000	307.700	200.000	922.950	331.545	1.254.495	171.875	115.940	66.051	181.991	954.940	521.825	2.901.323	2.000.000	178.712	8.815.510
Ações próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de emissão de acções	1.753	0	0	0	0	0	0	0	16.476	0	0	0	0	0	0	0	59.031	77.260
Prestações suplementares	122.682	0	0	0	9.063.515	9.063.515	0	9.063.515	0	62.156	0	62.156	27.610	0	443.724	0	0	9.719.687
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.053	0	0	13	7.066
Ajustamento partes de capital	(29)	8.670	0	(41)	0	8.630	(237)	8.393	(25.618)	0	11	11	0	(6.114)	4.158	9.503	(2.218)	(11.913)
Reservas	12.830	188.671	555.239	3.256.622	51.140	4.051.672	12.437	4.064.108	17.123	0	48.957	48.957	441.312	139.006	1.162.001	692.789	8.040	6.586.167
Resultados transitados	(1.508.441)	(23.435)	(127.152)	(960.725)	(4.294)	(1.115.606)	(37.626)	(1.153.232)	(35.932)	(1.153)	(117.787)	(118.939)	(297.244)	(84.638)	(5.472.728)	68.653	(44.014)	(8.646.515)
Resultado líquido do exercício	(30.074)	18.236	13.486	(160.391)	(4.334)	(133.003)	(7.772)	(140.775)	(13.044)	(1.323)	(6.263)	(7.587)	(91.525)	30.788	(518.238)	164.711	276	(605.467)
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interesses Minoritários	0	0	0	0	0	0	(718)	(718)	522	0	(11.671)	(11.671)	0	133.345	0	25.076	2.098	148.592
Passivo Líquido	1.163.718	1.196.491	807.445	4.120.999	345.925	6.470.859	1.150.272	7.621.131	352.518	129.732	700.754	830.486	1.026.621	4.516.452	8.507.974	3.720.290	376.043	28.115.233
Prov. p/ riscos e encargos	64.933	72.533	134.205	28.546	14.341	249.624	25.682	275.306	15.297	0	6.449	6.449	15.394	70.336	260.498	52.803	2.040	763.058
Dívidas a terceiros - m/ prazo	904.552	600.491	128.838	2.891.892	0	3.621.220	519.565	4.140.786	27.569	2.184	326.949	329.133	2.162	674.379	6.073.674	3.009.096	194.428	15.355.779
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	197.499	197.499	0	0	521.621	0	0	1.019.120
Empréstimos bancários	901.904	599.293	128.262	2.891.872	0	3.619.427	216.107	3.835.534	6.784	0	128.650	128.650	0	550.162	3.445.914	2.491.168	192.506	11.552.621
Outras	2.648	1.198	576	20	0	1.794	3.458	5.252	20.785	2.184	800	2.984	2.162	124.217	2.106.139	517.928	1.923	2.784.038
Dívidas a terceiros - c/ prazo	101.505	126.114	61.424	1.098.915	237.372	1.523.825	111.142	1.634.966	67.137	58.850	280.630	339.480	715.441	1.807.504	1.542.581	578.473	83.876	6.870.964
Empr. p/ obrigações	0	0	8.531	0	0	8.531	0	8.531	0	0	49.386	49.386	0	0	22.500	0	0	80.417
Empréstimos bancários	48.496	22.126	27.815	838.442	50.475	938.857	58.059	996.917	31.117	32.828	193.449	226.277	6.800	716.269	1.104.003	19.054	16.178	3.165.111
Outras	53.009	103.988	25.078	260.473	186.897	576.436	53.082	629.518	36.021	26.022	37.795	63.817	708.641	1.091.234	416.077	559.419	67.699	3.625.435
Acréscimos e Diferimentos	92.727	397.354	482.978	101.646	94.212	1.076.190	493.883	1.570.073	242.514	68.698	86.726	155.423	293.624	1.964.234	631.222	79.918	95.698	5.125.432
Acréscimos de custos	87.600	127.468	8.611	54.169	93.917	284.164	6.666	290.830	11.805	271	24.952	25.223	185.839	594.695	119.649	1.793	5.990	1.323.425
Proventos diferidos	4.865	269.764	473.589	47.478	295	791.127	487.179	1.278.306	230.709	68.427	61.773	130.200	107.784	1.323.787	500.850	0	89.708	3.666.210
Passivos p/ impostos diferidos	262	121	777	0	0	899	37	936	0	0	0	0	0	45.751	10.722	78.125	0	135.797
C. Próprio + Passivo + I. Minor.	412.788	1.571.884	1.481.017	6.564.164	9.651.952	19.269.017	1.447.900	20.716.917	483.918	305.351	680.053	985.404	2.061.715	5.257.719	7.028.215	6.680.962	577.982	44.205.619
INDICADORES																		
Autonomia Financeira	-181,9%	23,9%	45,5%	37,2%	96,4%	66,4%	20,6%	63,2%	27,0%	57,5%	-1,3%	16,9%	50,2%	11,6%	-21,1%	43,9%	34,6%	36,1%
Solvabilidade	-64,5%	31,4%	83,4%	59,3%	2690,2%	197,8%	25,9%	171,8%	37,1%	135,4%	-1,3%	20,1%	100,8%	13,5%	-17,4%	78,9%	53,1%	56,7%
Activo Fixo/Activo Total	63,2%	81,5%	94,1%	96,8%	99,8%	96,9%	84,5%	96,0%	83,2%	77,6%	42,6%	53,4%	31,7%	71,0%	95,2%	68,8%	44,6%	83,7%
Cap.Permanentes/Activo Fixo	60,9%	97,2%	91,6%	84,7%	96,6%	92,2%	106,6%	93,1%	96,6%	103,9%	131,1%	118,9%	175,3%	71,0%	76,3%	131,0%	187,9%	94,8%
Passivo MLP/Capitais Próprios	-120,5%	160,0%	19,1%	118,4%	0,0%	28,3%	174,1%	31,6%	21,1%	1,2%	-3620,6%	197,6%	0,2%	110,9%	-410,4%	102,5%	97,3%	96,3%
Passivo Total/Activo Total	281,9%	76,1%	54,5%	62,8%	3,6%	33,6%	79,4%	36,8%	72,8%	42,5%	103,0%	84,3%	49,8%	85,9%	121,1%	55,7%	65,1%	63,6%

## 9.8. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2005-2006

Milhares de euros

Rubricas		Sector Financeiro	
		2005	2006
<b>Margem financeira alargada</b>		<b>1.454.885</b>	<b>1.765.227</b>
Juros e proveitos equiparados	(+)	3.278.312	4.378.110
Juros e custos equiparados	(-)	1.912.460	2.685.918
Rendimentos de instrumentos de capital	(+)	89.033	73.036
<b>Margem complementar</b>		<b>661.460</b>	<b>622.604</b>
Rendimento de instrumentos e capital	(+)	0	0
Rendimento de serviços e comissões	(+)	395.877	444.264
Encargos com serviços e comissões	(-)	73.553	80.847
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(+)	92	570
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(+)	16	105
Resultados de reavaliação cambial	(+)	0	0
Resultados de alienação de outros activos	(+)	42	49
(Resultado em operações financeiras	(+)	297.218	130.765
Outros resultados de exploração	(+)	41.769	127.698
<b>Produto da actividade bancária / financeira</b>		<b>2.116.346</b>	<b>2.387.831</b>
<b>Margem técnica da actividade de seguros</b>		<b>512.648</b>	<b>586.242</b>
Prémios, líquidos de resseguro	(+)	2.376.226	2.626.655
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	(+)	245.952	312.209
Custos com sinistros, líquido de resseguro	(-)	1.955.489	2.187.314
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	(+)	-154.041	-165.308
<b>Produto da actividade bancária e seguradora</b>		<b>2.628.994</b>	<b>2.974.073</b>
<b>Produto de Outras Actividades</b>	(+)	0	108.379
Custos com Pessoal	(-)	860.289	937.938
Outros gastos administrativos	(-)	644.503	703.613
Depreciações e amortizações	(-)	125.242	152.805
Provisões líquidas de reposições e anulações	(-)	64.025	106.355
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(-)	0	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(+)	-252.423	-232.787
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(+)	0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(+)	-32.755	-69.888
Resultados em empresas associadas	(+)	25.222	108.629
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>		<b>674.979</b>	<b>987.695</b>
Impostos s/ lucros	(-)	119.403	219.549
Interesses minoritários	(-)	17.116	33.512
<b>Resultado do exercício</b>		<b>538.459</b>	<b>734.634</b>
<b>Meios libertos do exercício</b>		<b>760.481</b>	<b>1.063.682</b>
<b>VABcf</b>		<b>1.984.491</b>	<b>2.270.460</b>
<b>Efectivos totais</b>		<b>20.795</b>	<b>20.047</b>
Produtividade <i>per capita</i>		95	113

## 9.9. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2005-2006

Milhares de euros

Rubricas	Sector Financeiro	
	2005	2006
Caixa e disp. Bancos Centrais	1.988.902	2.243.296
Disponibilidades em outras I.C.	606.609	679.082
Aplicações em I.C.	9.267.658	8.472.011
Activos financeiros detidos para negociação	0	0
Activos financ. ao justo valor através de resultados	7.595.586	7.844.088
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	11.108.598	12.435.096
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	669.222	848.401
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	199.186	108.190
Investimentos a deter até à maturidade	34	133
Créditos a clientes	49.936.739	57.268.799
Derivados de cobertura	0	0
Activos não correntes detidos para venda	93.182	78.636
Propriedades de Investimento	311.487	339.535
Outros activos tangíveis	989.831	1.040.000
Activos intangíveis	398.655	639.772
Invest. em filiais, assoc. e empreendimentos conj.	2	0
Investimentos associados	309.642	329.605
Activos por impostos correntes	10.616	32.998
Activos por impostos diferidos	438.673	548.867
Provisões técnicas de resseguro cedido	231.928	237.181
Outros activos	2.331.639	3.125.896
<b>Activo líquido</b>	<b>86.488.190</b>	<b>96.271.585</b>
<b>Passivo</b>	<b>82.139.561</b>	<b>91.233.706</b>
Recursos de I.C. e Bancos Centrais	4.385.863	5.503.796
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.163.269	53.767.836
Responsabilidades para com subscritores de produtos	669.222	847.369
Responsabilidades representadas por títulos	11.652.037	13.360.344
Passivos financeiros detidos para negociação	681	527
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	352.948	589.904
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	414.529	626.163
Passivos não correntes detidos para venda	5.541	0
Derivados de cobertura	0	0
Provisões	7.934.730	9.130.661
Passivos por impostos correntes	213	0
Passivos por impostos diferidos	445	526
Outros passivos subordinados	1.702.298	1.925.663
Outros passivos	4.857.785	5.480.917
<b>Capital Próprio</b>	<b>4.348.629</b>	<b>5.037.879</b>
Capital	2.977.500	2.977.500
Prémios de emissão	0	0
Reservas de Reavaliação	420	390
Reservas de Justo Valor	565.467	656.405
Outras Reservas e resultados transitados	-419.782	-24.900
Interesses minoritários	687.357	694.677
Lucro do Exercício	537.667	733.808
<b>Passivo + Capital Próprio</b>	<b>86.488.190</b>	<b>96.271.585</b>



## 9.10. Demonstração de resultados das empresas de capital de risco - 2005-2006

Milhares de euros

RUBRICAS	2005										2006											
	SCR		Fundos de Capital de Risco								TOTAL	SCR		Fundos de Capital de Risco								TOTAL
	PME	CGD	API	PME	PME	PME	PME	Soma	PME	CGD		API	PME	PME	PME	PME	Soma					
Capital	Caixa Cap.	Capital I	Capital	Cap. Valor	Inv.	Inv. Valor				Capital	Caixa Cap.	Capital I	Capital	Cap. Valor	Inv.	Inv. Valor						
Custos e Perdas																						
Cust. merc. vend. e mat.cons.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Fornecim. e serviços externos	414	1.212	328	266	493	516	556	3371	3.785	281	3239	348	262	481	504	588	5.422	5.703				
Custos c/ pessoal	1.080	0	0	0	0	0	0	0	1.080	1.059	0	0	0	0	0	0	0	1.059				
Amortiz. imob. corp. e incorp.	119	0	0	0	0	0	0	0	119	98	0	0	0	0	0	0	0	98				
Ajustamentos	9	0	8	2	56	0	166	232	241	86	0	68	47	580	0	3	698	784				
Provisões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Impostos	7	6	13	2	6	18	21	66	73	11	292	13	2	4	18	20	349	360				
Outros custos operacionais	29	1	0	0	0	0	0	1	30	32	0	0	0	0	0	0	0	32				
Custos Operacionais	1.658	1.219	349	270	555	534	743	3.670	5.328	1.567	3.537	429	317	1.065	522	617	6.469	8.036				
Custos e perdas financeiros	251	2.958	57	158	375	1	493	4042	4.293	925	3825	930	1917	2.003	2.466	6.022	17.163	18.088				
Custos e perdas extraordinárias	170	1	0	82	0	4	230	317	487	207	123	9	0	52	10	67	261	468				
Impostos s/ rendim. exercício	4	0	0	0	0	0	0	0	4	337	0	0	0	0	0	0	0	337				
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
TOTAL	2.083	4.178	406	510	930	539	1.466	8.029	10.112	3.036	7.479	1.368	2.228	3.120	2.998	6.700	23.893	26.929				
Proveitos e Ganhos																						
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Prestação de serviços	1408	0	0	0	0	0	0	0	1.408	1.378	0	6	0	0	0	0	6	1.384				
Variação produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Trab. p/ a própria empresa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Proveitos suplementares	31	0	0	0	0	0	0	0	31	36	0	0	0	0	0	0	0	36				
Subsídios à exploração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Reversões de amort e ajust	8	0	0	0	0	0	0	0	8	19	184	0	0	0	12	72	268	287				
Outros prov. e ganhos operac.	33	0	0	0	0	0	0	0	33	45	0	0	0	0	0	0	0	45				
Proveitos Operacionais	1.480	0	0	0	0	0	0	0	1.480	1.478	184	6	0	0	12	72	274	1.752				
Proveitos e ganhos financeiros	1.328	5.578	421	563	722	403	454	8141	9.469	1.688	15831	1522	940	1.205	1.946	695	22.139	23.827				
Proveitos e ganhos extraordinár.	502	1.693	297	33	522	6	87	2638	3.140	1.133	4437	7	794	149	15	115	5.517	6.650				
Total	3.310	7.271	718	596	1.244	409	541	10.779	14.089	4.299	20.452	1.535	1.734	1.354	1.973	882	27.930	32.229				
Resultados operacionais																						
Antes de subsídios / IC's	(178)	(1.219)	(349)	(270)	(555)	(534)	(743)	(3.670)	(3.848)	(89)	(3.347)	(423)	(311)	(1.065)	(510)	(539)	(6.195)	(6.284)				
Após subsídios / IC's	(178)	(1.219)	(349)	(270)	(555)	(534)	(743)	(3.670)	(3.848)	(89)	(3.347)	(423)	(311)	(1.065)	(510)	(539)	(6.195)	(6.284)				
Resultados financeiros	1.077	2.620	364	405	347	402	(39)	4.099	5.176	763	12.006	592	(977)	(798)	(520)	(5.327)	4.976	5.739				
Resultados correntes	899	1.401	15	135	(208)	(132)	(782)	429	1.328	674	8.659	169	(1.288)	(1.863)	(1.030)	(5.866)	(1.219)	(545)				
Resultados extraordinários	332	1.692	297	(49)	522	2	(143)	2.321	2.653	926	4.314	(2)	794	97	5	48	5.256	6.182				
Resultados Líquidos																						
Antes de inter. minoritários	1.227	3.093	312	86	314	(130)	(925)	2.750	3.977	1.263	12.973	167	(494)	(1.766)	(1.025)	(5.818)	4.037	5.300				
Após de inter. minoritários	1.227	3.093	312	86	314	(130)	(925)	2.750	3.977	1.263	12.973	167	(494)	(1.766)	(1.025)	(5.818)	4.037	5.300				
INDICADORES																						
Meios Libertos Operacionais		(1.219)	(341)	(268)	(499)	(534)	(577)	(3.438)	(3.488)	95	(3.347)	(355)	(264)	(485)	(510)	(536)	(5.497)	(5.402)				
Meios Libertos Líquidos		3.093	320	88	370	(130)	(759)	2.982	2.982	1.447	12.973	235	(447)	(1.186)	(1.025)	(5.815)	4.735	4.735				

## 9.11. Balanço das empresas de capital de risco - 2005-2006

Milhares de euros

RUBRICAS	2005										2006									
	SCR		Fundos de Capital de Risco								SCR		Fundos de Capital de Risco							
	PME Capital	CGD Caixa Cap.	API Capital I	PME Capital	PME Cap. Valor	PME Inv.	PME Inv. Valor	Soma	TOTAL		PME Capital	CGD Caixa Cap.	API Capital I	PME Capital	PME Cap. Valor	PME Inv.	PME Inv. Valor	Soma	TOTAL	
Activo Líquido	30.255	115.719	13.868	14.623	25.422	22.718	21.506	213.856	244.111		30.242	130.767	13.630	14.123	23.637	16.309	15.791	214.257	244.499	
<b>Imobilizado</b>	<b>11.356</b>	<b>86.577</b>	<b>10.080</b>	<b>5.711</b>	<b>5.279</b>	<b>10.408</b>	<b>12.007</b>	<b>130.062</b>	<b>141.418</b>		<b>7.378</b>	<b>106.595</b>	<b>6.615</b>	<b>3.824</b>	<b>2.501</b>	<b>13.866</b>	<b>8.961</b>	<b>142.362</b>	<b>149.740</b>	
Incorpóreo	3	0	0	0	0	0	0	0	3		2	0	0	0	0	0	0	0	2	
Corpóreo	1.193	0	0	0	0	0	0	0	1.193		1.092	0	0	0	0	0	0	0	1.092	
Investimento financeiro	10.160	86.577	10.080	5.711	5.279	10.408	12.007	130.062	140.222		6.284	106.595	6.615	3.824	2.501	13.866	8.961	142.362	148.646	
<b>Circulante</b>	<b>18.754</b>	<b>28.810</b>	<b>3.745</b>	<b>8.903</b>	<b>20.074</b>	<b>12.307</b>	<b>9.471</b>	<b>83.310</b>	<b>102.064</b>		<b>22.666</b>	<b>11.680</b>	<b>6.903</b>	<b>10.261</b>	<b>21.047</b>	<b>2.438</b>	<b>6.789</b>	<b>59.118</b>	<b>81.784</b>	
Existências	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dívidas de terceiros - m/ prazo	1.265	0	0	2.518	2.798	4.098	2.639	12.053	13.318		956	0	0	2.361	3.433	173	2.517	8.484	9.440	
Dívidas de terceiros - c/ prazo	1.421	5.085	180	122	758	216	16	6.377	7.798		1.407	2.728	115	126	569	65	40	3.643	5.050	
Tít. negoc., dep. banc. e caixa	16.068	23.725	3.565	6.263	16.518	7.993	6.816	64.880	80.948		20.303	8.952	6.788	7.774	17.045	2.200	4.232	46.991	67.294	
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>145</b>	<b>332</b>	<b>43</b>	<b>9</b>	<b>69</b>	<b>3</b>	<b>28</b>	<b>484</b>	<b>629</b>		<b>198</b>	<b>12.492</b>	<b>112</b>	<b>38</b>	<b>89</b>	<b>5</b>	<b>41</b>	<b>12.777</b>	<b>12.975</b>	
Acréscimos de proventos	137	332	43	9	69	3	28	484	621		177	86	112	38	89	5	41	371	548	
Custos diferidos	8	0	0	0	0	0	0	0	8		21	0	0	0	0	0	0	0	21	
Activos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	12.406	0	0	0	0	0	12.406	12.406	
<b>Capital próprio</b>	<b>27.797</b>	<b>65.416</b>	<b>12.927</b>	<b>14.546</b>	<b>25.267</b>	<b>20.953</b>	<b>21.290</b>	<b>160.399</b>	<b>188.196</b>		<b>29.372</b>	<b>78.389</b>	<b>13.101</b>	<b>14.051</b>	<b>23.502</b>	<b>16.015</b>	<b>15.473</b>	<b>160.531</b>	<b>189.903</b>	
Capital	27.500	64.844	12.470	26.062	27.429	26.436	27.658	184.899	212.399		27.500	64.844	12.470	26.062	27.429	21.498	27.658	179.961	207.461	
Acções (quotas) próprias		0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	
Prémios de emissão de acções		0	0	0	0	0	(235)	(235)	(235)			0	0	0	0	0	(235)	(235)	(235)	
Prestações suplementares		0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	
Diferenças de consolidação		0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	
Ajustamento partes de capital		0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	
Reservas	687	0	0	0	0	0	0	0	687		690	0	0	0	0	0	0	0	690	
Resultados transitados	(1.617)	(2.520)	144	(11.601)	(2.476)	(5.353)	(5.207)	(27.013)	(28.630)		(80)	572	463	(11.517)	(2.161)	(4.458)	(6.132)	(23.233)	(23.313)	
Resultado líquido do exercício	1.227	3.092	313	85	314	(130)	(926)	2.748	3.975		1.262	12.973	168	(494)	(1.766)	(1.025)	(5.818)	4.038	5.300	
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>Passivo Líquido</b>	<b>2.458</b>	<b>50.303</b>	<b>941</b>	<b>77</b>	<b>155</b>	<b>1.765</b>	<b>216</b>	<b>53.457</b>	<b>55.915</b>		<b>870</b>	<b>52.378</b>	<b>529</b>	<b>72</b>	<b>135</b>	<b>294</b>	<b>318</b>	<b>53.726</b>	<b>54.596</b>	
Provisões p/ riscos e encargos	46	1.000	0	0	0	0	0	1.000	1.046		46	1.000	0	0	0	0	0	1.000	1.046	
<b>Dívidas a terceiros - m/ prazo</b>	<b>2.210</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.210</b>		<b>581</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>581</b>	
Empr. p/ obrigações	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empr. bancários	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras	2.210	0	0	0	0	0	0	0	2.210		581	0	0	0	0	0	0	0	581	
<b>Dívidas a terceiros - c/ prazo</b>	<b>74</b>	<b>48.507</b>	<b>770</b>	<b>67</b>	<b>136</b>	<b>1.748</b>	<b>194</b>	<b>51.422</b>	<b>51.496</b>		<b>73</b>	<b>48.838</b>	<b>351</b>	<b>62</b>	<b>118</b>	<b>278</b>	<b>296</b>	<b>49.943</b>	<b>50.016</b>	
Empr. p/ obrigações	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empr. bancários	0	48.000	0	0	0	0	0	48.000	48.000		0	48.000	0	0	0	0	0	48.000	48.000	
Outras	74	507	770	67	136	1.748	194	3.422	3.496		73	838	351	62	118	278	296	1.943	2.016	
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>128</b>	<b>796</b>	<b>171</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>1.035</b>	<b>1.163</b>		<b>170</b>	<b>2.540</b>	<b>178</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>2.783</b>	<b>2.953</b>	
Acréscimos de custos	128	796	171	10	19	17	22	1.035	1.163		135	2.085	178	10	17	16	22	2.328	2.463	
Proventos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0		14	0	0	0	0	0	0	0	14	
Passivos p/ impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0		21	455	0	0	0	0	0	455	476	
<b>C. Próprio + Passivo + I. Minoritários</b>	<b>30.255</b>	<b>115.719</b>	<b>13.868</b>	<b>14.623</b>	<b>25.422</b>	<b>22.718</b>	<b>21.506</b>	<b>213.856</b>	<b>244.111</b>		<b>30.242</b>	<b>130.767</b>	<b>13.630</b>	<b>14.123</b>	<b>23.637</b>	<b>16.309</b>	<b>15.791</b>	<b>214.257</b>	<b>244.499</b>	
<b>INDICADORES</b>																				
Autonomia Financeira	91,9%	56,5%	93,2%	99,5%	99,4%	92,2%	99,0%	75,0%	77,1%		97,1%	59,9%	96,1%	99,5%	99,4%	98,2%	98,0%	74,9%	77,7%	
(Dispon+Aplic. Tesour.)/Activo Líquido	53,1%	20,5%	25,7%	42,8%	65,0%	35,2%	31,7%	30,3%	33,2%		67,1%	6,8%	49,8%	55,0%	72,1%	13,5%	26,8%	21,9%	27,5%	
Imobilizado/Capitais próprios e equiparados	40,9%	132,3%	78,0%	39,3%	20,9%	49,7%	56,4%	81,1%	75,1%		25,1%	136,0%	50,5%	27,2%	10,6%	86,6%	57,9%	88,7%	78,9%	

## 9.12. Conclusões do Relatório de avaliação global do cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Estado.

- Sendo este o primeiro ano em que se procede à análise ao cumprimento dos Princípios de Bom Governo, na medida em que a RCM que os aprovou foi publicada em 2007 e a validação do seu cumprimento se reporta, em muitos aspectos, aos documentos de prestação de contas relativos a 2006, os resultados obtidos devem ser enquadrados no contexto do período de transição de implementação dos mesmos em que nos encontramos.
- Assim, não obstante o processo de formalização dos documentos em que se consubstanciam as boas práticas nas empresas públicas estar ainda em curso, dever-se-á reconhecer o empenho da maioria das empresas no sentido de corresponderem ao desafio colocado, traduzindo-se num esforço continuado de implementação e desenvolvimento dos princípios de bom governo.

A aprovação de Princípios de Bom Governo (PBG) das Empresas do Estado, através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de Março, teve em vista assegurar a melhoria do governo societário, a adopção generalizada das boas práticas de governo das empresas e garantir a transparência e o rigor na actuação do Estado, enquanto accionista e parte relacionada com as empresas.

Aquela RCM consagra, entre outros, novos princípios no que respeita à prestação de informação pelas empresas públicas. Nesse sentido e tendo em vista cumprir as obrigações de que foi incumbida, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), na sequência da definição de um amplo conjunto de informação a ser divulgada de forma agregada, criou para esse fim específico o sítio das empresas do Estado, ao qual se pode aceder livremente através do endereço [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt).

A informação disponibilizada no sítio das empresas do Estado é da responsabilidade das próprias empresas, assegurando-se, por isso, a cobertura do universo total das empresas públicas à medida que as mesmas procedem à disponibilização da informação a cuja divulgação estão sujeitas.

Determina a RCM que o Estado deve estabelecer as orientações estratégicas e os objectivos que devem ser prosseguidos pelas empresas de que directamente detenha o domínio total, assim como participar de modo informado e activo nas assembleias-gerais das empresas em que detém participação, contribuindo para a fixação das orientações estratégicas e dos objectivos dessas empresas.

Neste domínio a DGTF, entidade com a incumbência de assegurar o exercício da função accionista, tem vindo a representar o Estado nas Assembleias Gerais de todas as empresas em que detém uma participação superior a 5%, bem como nas restantes consideradas como



mais relevantes, de que são exemplo a Portugal Telecom ou a Lisnave, aí actuando de acordo com as orientações aprovadas pelas tutelas sectorial e financeira.

Por outro lado, têm vindo a ser promovidas as diligências necessárias com vista à definição pelas tutelas sectoriais e financeira de orientações de gestão para as empresas e à sua aprovação em Assembleia Geral.

Até 26 de Junho de 2007 foram já aprovadas orientações de gestão para um universo de 20 empresas:

#### Quadro C.1.

Sectores	Empresas
Infra-estruturas Aéreas	ANA, EDAB
Infra-estruturas Portuárias	APA, APDL, APL, APS, APSS
Outras Infra-estruturas	Docapesca, EDIA
Industria	EDM, SPE
Requalificação Urbana	Parque Expo
Serviços Utilidade Pública	CTT
Transportes	Carris, STCP
Par pública	Par pública
Outros Sectores	ENATUR
Empresas Públicas Financeiras	CGD, PME Investimentos
Capital de Risco	INOV Capital

Por outro lado, encontra-se em fase de ultimização o processo de aprovação de alterações estatutárias necessário à implementação de um regime de fiscalização ajustado às especificidades próprias de cada sociedade<sup>33</sup>.

No que respeita às empresas públicas, os PBG recomendam, designadamente, o respeito dos princípios de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades das partes interessadas, devendo para o efeito ser definidas estratégias e objectivos a atingir nesses domínios. Os PBG definem, ainda, a necessidade de planos de igualdade de tratamento e oportunidades, de forma a eliminar as discriminações e de promover práticas ambientais correctas, consentâneas com a sustentabilidade do crescimento e do desenvolvimento económico.

Anualmente, cada empresa deve informar as partes interessadas do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimentos dos seus objectivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público prestado. Cada empresa deve ter ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação. Considera-se, também, necessária uma actuação segundo princípios de transparência, devendo cada empresa proceder, nomeadamente, à divulgação do elenco completo das

remunerações auferidas por cada membro dos órgãos sociais. Incumbe ainda às empresas apresentar uma análise sobre o cumprimento dos PBG que lhe são dirigidos, fundamentando, em razão da sua dimensão ou especificidade, o eventual incumprimento de algum deles.

Tendo em vista criar os mecanismos para a verificação do cumprimento por parte das empresas públicas<sup>34</sup> dos princípios acima enunciados, a DGTF indicou a essas empresas a necessidade de os Relatórios de Gestão incluírem um ponto relativo ao governo das sociedades, em respeito das disposições da RCM. Simultaneamente, a DGTF solicitou às mesmas empresas a disponibilização do leque de informação a divulgar no sítio das empresas do Estado.

Tendo em linha de conta a informação apresentada pelas empresas no âmbito destes dois pedidos, concluiu-se que 6 empresas cumpriram integralmente os PBG.

### Quadro C.2.

#### Empresas que cumpriram integralmente os PBG

AdP - Águas de Portugal, SA  
CTT - Correios de Portugal, SA  
EDIA - Empresa Desenv. Infraest Alqueva, SA  
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA  
Metro - Metropolitano de Lisboa, EP  
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP

Das restantes empresas, 19 não apresentaram informação, ou fizeram-no de uma forma muito deficiente, 35 apresentaram informação apenas para alguns dos princípios definidos e 18 só não apresentaram informação relativamente a um dos princípios definidos<sup>35</sup>.

### Quadro C.3.

	Cumprimento integral	Cumprimento quase integral	Cumprimento parcial	Não cumprimento
Número empresas (78)	6	18	35	19

No universo de informação disponibilizada pelas empresas é ainda possível concluir que a Indicação da Missão, Objectivos e Políticas prosseguidas foi um dos princípios que registou o maior nível de cumprimento (54 empresas) e que apenas 9 empresas referem dispor de Código de Ética.

<sup>33</sup> Este processo, previsto no Decreto-Lei 76-A/2006, que introduziu alterações no Código das Sociedades Comerciais (CSC), foi já concretizado em 5 empresas (CGD, CTT, PARPÚBLICA, PARQUE EXPO e EDIA), sendo ainda aplicável a mais 13 empresas (RTP, AdP APDL, APL, APS, APSS, ANA, ANAM, NAV, CARRIS, EMPORDEF, TRANSTEJO e STC).

<sup>34</sup> Neste primeiro Relatório apenas foram consideradas as empresas públicas detidas directamente pelo Estado. Futuramente esse universo será alargado a todas as empresas que assumam a natureza de empresa pública nos termos do DL n.º 558/99.

<sup>35</sup> O Código de Ética é de um modo geral o PBG não respeitado

Relativamente à sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, apenas 50% das empresas efectuou a correspondente análise. Por outro lado, a Avaliação dos PBG não foi efectuada por 58% das empresas.

#### Quadro C.4.

PBG	Cumprimento integral	Cumprimento quase integral	Cumprimento parcial	Não cumprimento
Indicação da missão, objectivos e políticas	54	4	0	20
Apresentação de regulamentos internos e externos	49	0	1	28
Transacções relevantes c/ entidades relacionadas	44	0	0	34
Informação sobre outras transacções	45	0	0	33
Identificação de modelo de governo e órgãos sociais	53	0	0	25
Discriminação das remunerações dos órgãos sociais	51	0	9	18
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	39	0	1	38
Avaliação dos Princípios de Bom Governo	33	0	0	45
Código de Ética	9	0	0	69

Das 78 empresas em análise, apenas 51 apresentaram informação detalhada sobre o nível de remunerações de cada membro dos órgãos sociais. As empresas do Programa Polis e do sector da Saúde são as que apresentam maiores deficiências neste âmbito.

#### Quadro C.5. - Órgão de Administração

Sector	Remuneração base	Outras regalias e compensações	Encargos com benefícios sociais
Não Financeiro	12.575.569	2.356.645	1.670.758
Financeiro (CGD)	2.286.531	750.558	228.777
Capital de Risco (Inov Capital*)	443.198	0	0
<b>Total</b>	<b>15.305.298</b>	<b>3.107.203</b>	<b>1.899.536</b>
Valor Médio - S. n/ financeiro	256.644	48.095	34.097

\* Ex- PME Capital

Em 2006, os encargos com os membros do Conselho de Administração do conjunto daquelas 78 empresas fixaram-se em 20,3 M€, sendo de 398 m€ o valor médio por empresa. Quanto ao órgão de fiscalização, foi de 17,5 m€ o valor médio global das remunerações por empresa.

#### Quadro C.6. - Órgão de Fiscalização

Sector	Remuneração
Não Financeiro	832.191
Financeiro (CGD)	128.000
Capital de Risco (Inov Capital*)	36.134
<b>Total</b>	<b>996.325</b>
Valor Médio - S. n/ financeiro	16.983

\* Ex- PME Capital

## **Considerações finais**

A RCM referente à aprovação dos PBG foi objecto de publicação em data posterior à da aprovação das Contas de algumas empresas referentes ao exercício de 2006, facto que terá, certamente, contribuído para as deficiências/ausência de informação neste domínio, nos termos que antes se referiram.

Acresce que o grau de cumprimento dos PBG está à partida condicionado pelo facto da RCM que os aprovou ter sido publicada em 2007 e a validação do seu cumprimento se reportar, em muitos aspectos, aos documentos de prestação de contas relativos a 2006, os quais, em alguns casos, já se encontravam finalizados, e mesmo aprovados, na data de publicação da referida RCM.

**Nestas circunstâncias, o presente Relatório retrata o patamar base de um projecto em fase de arranque, cuja implementação plena exige uma conjugação de esforços das empresas, das tutelas e das entidades que exercem a função accionista. Tem portanto o mérito de explicitar o “*status quo*” existente, por forma a permitir aferir, no próximo ano, os resultados da evolução que venha a verificar-se.**

Nesse sentido, essas entidades (DGTF, Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autónomos, empresas públicas) deverão assegurar o cumprimento integral das suas obrigações nesta matéria e assumir um papel activo junto das suas participadas, a fim de fomentar e fazer adotar as medidas necessárias ao respeito pelos PBG legalmente aprovados.

Também as tutelas devem ter uma actuação dinâmica junto das referidas entidades e das empresas, cabendo-lhes uma particular e primeira responsabilidade na definição de objectivos e políticas (orientações de gestão) e no acompanhamento da sua concretização.

Dentro do objectivo de promoção e defesa da transparência, quer os accionistas, quer as tutelas, deverão, ainda, fomentar a divulgação de informação por parte das empresas, a disponibilizar, quer nos sítios de cada uma, quer no sítio das empresas do Estado<sup>36</sup>.

A dinamização deste processo passa, porém, antes de mais, pelas próprias empresas, que deverão empenhar-se no rigoroso cumprimento dos PBG que lhe são dirigidos, a fim de promover a optimização da sua governação e garantir a necessária transparência na sua actuação.

---

<sup>36</sup> Informação a remeter por cada empresa à DGTF